



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PAULA SOUZA DE OLIVEIRA

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA

Salvador
2018

PAULA SOUZA DE OLIVEIRA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Couto Cunha
Coorientador: Prof. Dr. Gabriel Swahili Sales de Almeida

Salvador
2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Oliveira, Paula Souza de.

Internacionalização da educação superior: um estudo de caso em instituições públicas de ensino superior do Estado da Bahia / Paula Souza de Oliveira. - 2018.

155 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Couto Cunha.

Coorientador: Prof. Dr. Gabriel Swahili Sales de Almeida.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Ensino superior - Cooperação internacional. 2. Globalização. 3. Universidade Federal da Bahia - Estudo de casos. 4. Universidade do Estado da Bahia - Estudo de casos. I. Cunha, Maria Couto. II. Almeida, Gabriel Swahili Sales de. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 378.104 - 23. ed.

PAULA SOUZA DE OLIVEIRA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO
SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2018.

Maria Couto Cunha – Orientadora _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Gabriel Swahili Sales de Almeida – Coorientador _____

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Dora Leal Rosa _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Kyria Rebeca Finardi _____

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Federal do Espírito Santo

*Agrada-te do Senhor,
e ele satisfará os desejos do teu coração.
Entrega o teu caminho ao Senhor,
confia nele, e o mais ele fará.*

Salmos 37:4-5

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Altíssimo, detentor de toda ciência e de todo conhecimento, que graciosamente me guiou pelas mãos durante esse percurso de constante crescimento e diminuição. Para quem tantas vezes eu corri e quem em todas elas me acolheu com braços fortes de amor. A Ti, Senhor Jesus, a minha mais profunda gratidão, todo o meu louvor e toda minha devoção.

À minha família: meu pai, pelo amor que não requer palavras, mas se exprime em zelo e renúncia; por ser o meu exemplo e o meu grande amor. À minha mãe, aos meus irmãos e ao agregado Kaká, por serem meu lar, meus braços e pernas quando os meus me faltam.

Aos meus orientadores: a Pró Maria, pelo acolhimento tão materno, pela generosidade, carinho e paciência com que me guiou na construção deste estudo; ao prof. Gabriel que, chegando em boa hora, acrescentou novos olhares à esta pesquisa.

À profa. Maria Bonilla pelos precisos e preciosos ensinamentos.

Aos meus amigos, tão poucos e tão importantes: Vianey, Jamille, Talissa, Rachel, Viviane e Seán (*who wouldn't stop nagging me to go for a masters*) por todo o suporte, por todo o carinho, pelas tantas orações.

Aos colegas que a Faculdade de Educação me trouxe: Rosimere, Genigleide, Jeane, Heder, Jociane, Jéssica, e às colombianas Julieth Carolina, Sandra Carolina e Angela, pelo encorajamento e por compartilharem as alegrias e dificuldades dessa jornada.

A todos os colaboradores desta pesquisa pela disponibilidade e atenção prestadas, bem como pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos e experiências.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, por essa maravilhosa oportunidade.

OLIVEIRA, Paula Souza de. Internacionalização da Educação Superior: um estudo de caso em instituições públicas de ensino superior no Estado da Bahia. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa abordou o processo de internacionalização da educação superior em nível institucional à luz dos movimentos globalizantes que vêm afetando diretamente a educação superior. Para tanto, realizou-se um estudo de caso múltiplo com foco na Universidade Federal da Bahia e na Universidade do Estado da Bahia e, utilizando a versão personalizada do modelo de Ciclo da Internacionalização, focalizou sete dimensões do processo de internacionalização: seu contexto de desenvolvimento, a tomada de consciência e comprometimento com a dimensão internacional, a clarificação das razões e abordagens para internacionalização, e o planejamento e operacionalização de suas ações. Observou-se que estas instituições percebem a internacionalização enquanto uma dimensão estratégica de seu desenvolvimento institucional que, alinhada aos seus objetivos, tem potencial para contribuir com os processos de produção do conhecimento, além de melhorar sua visibilidade internacional. Sem embargo, barreiras como a falta de uma política formal de internacionalização têm obscurecido os rumos da internacionalização nestas instituições, colocando-as a mercê das imposições do ambiente externo. Assim, este estudo indica a necessidade de abertura crítica destas instituições para o mundo, em vista de melhorias na qualidade do ensino, pesquisa e extensão, da formação intercultural de suas comunidades acadêmicas e do desenvolvimento da sociedade em que estão inseridas.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior; Globalização; Instituições de Ensino Superior.

OLIVEIRA, Paula Souza de. Internationalization of Higher Education: a case study in public institutions of higher education in the State of Bahia. 2018. 155 f. Master's Dissertation – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

This research endeavour addressed the process of internationalization of higher education at its institutional level in light of globalizing movements that directly affect higher education. A multiple case study was carried out in the Federal University of Bahia and in the State University of Bahia. Using the customized version of the Internationalization Cycle, the study focused on seven dimensions of the internationalization process: its context of development, the awareness of and commitment with the international dimension, the clarification of the rationales and approaches for internationalization, and the planning and operationalization of its actions. It was observed that these institutions perceive the internationalization as a strategic dimension of their institutional development and that, in line with their objectives, it has the potential to contribute to the processes of knowledge production, as well as the improvement of their international visibility. However, barriers such as the lack of a formal internationalization policy have obscured the paths of internationalization in these institutions, leaving them open to external environment interference. Thus, this study indicates the need for critical opening of these institutions to the world, in view of the improvements in the quality of teaching, research and extension, the intercultural training of their academic communities and the development of the society in which they are inserted.

Keywords: Internationalization of Higher Education; Globalization; Higher Education Institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo de Internacionalização de Knight	45
Figura 2 – Versão modificada do Ciclo da Internacionalização.....	47
Figura 3 – Organograma da UFBA	63
Figura 4 – Organograma da AAI/UFBA	65
Figura 5 – Organograma da UNEB	68
Figura 6 – Linhas de ação da SERINT/UNEB.....	69
Figura 7 – Versão personalizada do Ciclo da Internacionalização.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo, por país, de Acordos de Cooperação Internacionais firmados pela UFBA até 2017.....	66
Gráfico 2 – Quantitativo, por país, de Acordos de Cooperação Internacionais firmados pela UNEB até 2017.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Metas da SERINT para 2016-2017	114
Quadro 2 – Modelo de internacionalização UFBA e UNEB	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI	Assessoria para Assuntos Internacionais
ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
AIIESEC	<i>Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales</i>
ASSECI	Assessoria para Cooperação Internacional
CAE	Conselho Acadêmico de Ensino
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIH	Cooperação Internacional Horizontal
CIT	Cooperação Internacional Tradicional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDR	Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Regional
CsF	Ciência sem Fronteiras
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPSE	<i>Fund for the Improvement of Post Secondary Education</i>
GATS	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
GCUB	Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras
IaH	Internacionalização em Casa
IES	Instituições de Ensino Superior
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IoC	Internacionalização do Currículo
MCT	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
NEC	Núcleo de Estudos Estrangeiros
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCI	Pesquisa, Criação e Inovação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação
PPGEduC	Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade
PrInt	Programa Institucional de Internacionalização
PROAP	Programa de Apoio à Pós-graduação

PROFICI	Programa de Proficiência em Língua Estrangeira para Estudantes e Servidores da Universidade Federal da Bahia
PROPCI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação
PROPESQ	Programa de Apoio a Jovens Professores Doutores
PROPÓS	Programa de Apoio aos Programas de Pós-Graduação
SERINT	Secretaria Especial de Relações Internacionais
SESu	Secretaria de Educação Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
1.1.	Problemática da Pesquisa.....	17
1.2.	Objetivos	21
1.2.1.	Objetivo Geral	21
1.2.2.	Objetivos Específicos	21
	PRIMEIRA PARTE: A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
2.	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	24
2.1.	Impactos e desafios da globalização para a Educação Superior.....	24
2.2.	Internacionalização da Educação Superior: definições, razões e abordagens	31
2.2.1.	Internacionalização Colonial: um retrato dos dias atuais	39
2.3.	Monitoramento e Avaliação: modelos de internacionalização.....	42
3.	AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	49
3.1.	Cooperação Acadêmica Internacional	49
3.2.	Internacionalização em Casa.....	52
3.3.	As TIC no contexto da Internacionalização.....	55
	SEGUNDA PARTE: O PERCURSO METODOLÓGICO	59
4.	METODOLOGIA	60
4.1.	Classificação e Métodos de Pesquisa	60
4.2.	Unidades de Estudo	61
4.2.1.	A Universidade Federal da Bahia	62
4.2.2.	A Universidade do Estado da Bahia	67
4.3.	O Modelo do Ciclo da Internacionalização.....	70
4.4.	Coleta de Dados	73
4.5.	Análise de Dados	75
	TERCEIRA PARTE: O ESTUDO DE CASO	77
5.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS.....	78
5.1.	Análise do Contexto	79
5.2.	Conscientização	91
5.3.	Razões.....	98
5.4.	Abordagens	101
5.5.	Comprometimento	105
5.6.	Planejamento	109

5.7.	Operacionalização	119
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS.....	139
	APÊNDICES	146
	Apêndice A – Roteiro de Entrevista com Reitores	147
	Apêndice B – Roteiro de Entrevista com Pró-reitores de Pesquisa e Pós- graduação.....	149
	Apêndice C – Roteiro de Entrevista com Gestores de Relações Internacionais..	151
	Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	153

1. INTRODUÇÃO

Nossa investigação está centrada no processo de internacionalização da educação superior enquanto consequência dos movimentos globalizantes que perpassam as diversas esferas da sociedade contemporânea e, em especial, a da educação superior. Com efeito, evidenciando o fato de que as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm enfrentando inúmeros desafios para se tornarem (mais) responsivas frente às demandas da sociedade contemporânea, argumentamos que as universidades necessitam estar preparadas para se inserir com eficiência e protagonismo no cenário internacional, a partir da atuação em rede, de modo a formar cidadãos multireferenciados e com consciência global, que conheçam e respeitem as diversas culturas e valores ao redor do mundo e sejam capazes de atuar num ambiente altamente complexo, interligado e interdependente. Nesse cenário de constantes mudanças e pressões externas, a internacionalização em seu nível institucional assume um papel relevante, passando a ser vista não apenas como uma gama de atividades internacionais envolvendo majoritariamente a mobilidade estudantil, mas principalmente como um processo estratégico e transversal, com potencial para elevar os padrões de qualidade da educação superior, bem como de impulsionar o desenvolvimento das sociedades.

Embora o contextualizemos a partir dos fenômenos atuais de globalização das sociedades e da mundialização do capital, o processo de internacionalização da educação superior não é exclusivo das sociedades contemporâneas. Estando intrinsecamente relacionada à constituição das primeiras universidades durante a Idade Média (LAUS, 2012), mais tarde, em 1945, a internacionalização desponta como um processo estratégico de formação de alianças para a reconstrução e o fortalecimento dos países europeus no período pós-guerra, com foco na assistência e cooperação técnica, cultural e científica através das atividades de mobilidade estudantil e da oferta de bolsas de qualificação (CASTRO; BARBALHO, 2010; CASTRO; CABRAL NETO, 2012; MOROSINI, 2011). Mais recentemente, em 1999, a Resolução de Bolonha deu início a um processo de construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior, evidenciando com isso a necessidade de internacionalização da educação superior na União Europeia, com a unificação das características formativas e administrativas de seu sistema universitário (MARQUES; AGUSTÍ, 2012).

Na atualidade, para além das questões educacionais, os contingentes políticos, econômicos, tecnológicos, sociais, dentre outros, delineiam um novo e mais compreensivo conceito de internacionalização que "[...] abrange além da cooperação internacional no sentido geográfico da atividade, alterações internas nas organizações no que se refere aos programas de

estudo [...], criando, desse modo, novas demandas para as Instituições de Ensino Superior [...]” (CASTRO; BARBALHO, 2010, p. 61). Nesta pesquisa, a internacionalização em seu presente contexto é tratada como um processo estratégico de abertura crítica da IES para o mundo, tendo por fim a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a formação cidadã da comunidade acadêmica e o desenvolvimento das sociedades. Essa concepção será mais amplamente discutida em nossa fundamentação teórica.

Diante desse contexto e em concordância com diversos autores, tais como Knight (2008), Green (2012), Laus e Morosini (2005), Qiang (2003) e van der Wende (1997), defendemos o posicionamento de que a internacionalização não é um fim em si mesma, mas um meio para alcançar melhorias na qualidade e na relevância da educação superior, viabilizando a transferência de conhecimento e tecnologias entre os países, contribuindo para a formação internacional, intercultural e multireferenciada de seus cidadãos, ao mesmo tempo em que promove a cooperação e –, ainda que não a endosseemos,– a competição entre IES, permitindo que estas se insiram e posicionem no ambiente global. A internacionalização da educação superior tanto influencia como é influenciada pela globalização (KNIGHT, 2003). Não obstante, reconhecemos que essa influência não ocorre de maneira neutra, de forma que a literatura corrente (FINARDI; GUIMARÃES, 2017; FINARDI; SANTOS; GUIMARÃES, 2016; CASTRO; OLIVEIRA, 2013; CASTRO; CABRAL NETO, 2012, LIMA; MARANHÃO, 2009; ALTBACH, 2004) vem denunciando os efeitos dos processos de internacionalização para o aumento das disparidades entre os países do Norte e do Sul.

A esse respeito, Bauman (1999) analisa que estamos todos, fatalmente, nos movimentando rumo a um processo que é ambíguo em sua própria natureza. Processo esse que unifica e segrega; que homogeniza ao mesmo tempo em que cria e aprofunda desigualdades. Nesse espaço de constantes e frenéticas movimentações, o autor acrescenta que a mobilidade se transformou em moeda de mais alto valor e ideal de liberdade na sociedade contemporânea. Isso significa dizer que ser local em um mundo global, do mesmo modo em que ser global sem dar conta das tensões locais é necessariamente sinônimo de exclusão.

Pensamos que isto se reflete ainda na forma como o processo de internacionalização da educação superior tem se configurado se considerarmos como exemplo as incongruências no âmbito das atividades de mobilidade internacional onde os países em desenvolvimento têm servido os países desenvolvidos através de um fluxo desigual no envio e recebimento de estudantes e pesquisadores internacionais (CASTRO; CABRAL NETO, 2012; LIMA; MARANHÃO, 2009). Isso, por sua vez, se traduz em um ciclo contínuo de mais privilégios aos mais privilegiados e mais riscos e menos desenvolvimento para os mais necessitados. Essas

contradições são reproduzidas ainda em outros aspectos no que se refere aos delineamentos do processo de internacionalização entre os países. No nível institucional, os *rankings* nacionais e internacionais de qualidade da educação superior – nos quais a internacionalização é fator importante de avaliação –, acompanhados pelas crescentes pressões do ambiente externo no que concerne a formação de capital humano e o desenvolvimento de tecnologias, reforçam o aprofundamento das disparidades entre IES em todo mundo. Além disso, como mostram Finardi e Guimarães (2017), os *rankings* não conseguem capturar a realidade das IES brasileiras, uma vez que usam critérios pensados para outros contextos.

Apesar dos riscos inerentes ao processo de internacionalização, pressões externas da globalização impõem que a marcha siga e que a internacionalização deixe de ser uma opção e a questão central passe a ser de “por que internacionalizar?” para “como internacionalizar?”. Nesta busca por espaço num cenário global de crescente competitividade, refletimos que o impulso para internacionalizar deve transcender as pressões externas, nascendo no âmago das IES, tendo em vista os benefícios e oportunidades advindos do processo de internacionalização. É dessa forma que, com clareza em seus objetivos e razões para internacionalizar, as IES poderão traçar seus conceitos e abordagens para internacionalização que deverão se traduzir em políticas e planos estratégicos formais de maneira a envolver as mais diversas instâncias institucionais em torno desse objetivo comum. Esse é o desafio que as IES contemporâneas deverão enfrentar no sentido de combater as assimetrias criadas pelos processos globalizantes, reconhecendo tais complexidades e buscando sua inserção de maneira plena no processo de internacionalização. Tal qual sustentado por Altbach (2004, p. 23, tradução nossa¹), “é importante assegurar que a globalização não se transforme no neocolonialismo do século XXI”.

Diante disso, o estudo em tela pretende avançar na compreensão acerca do fenômeno da internacionalização da educação superior e sua relação com os processos globalizantes. Com isso, visamos compreender os discursos ideológicos e homogeneizantes que permeiam essa temática, ao passo em que buscamos evidenciar as diferenciações e singularidades do processo de internacionalização a partir do contexto desta pesquisa.

1.1. Problemática da Pesquisa

No mundo acadêmico, o tema da internacionalização da educação superior tem alcançado maior visibilidade a partir da década de 1990 (VILALTA, 2012; LAUS; MOROSINI,

¹ Texto original: “[...] *it is important to ensure that globalisation does not turn into the neocolonialism of the 21st century*”.

2005) quando começou-se a discutir mais fortemente as transformações pelas quais atravessava a educação superior em função da nova conjuntura global impulsionada, de um lado, pela falência do sistema neoliberal de financiar as IES fazendo com que as mesmas necessitassem buscar financiamento em outros lados, inclusive nas mensalidades de alunos internacionais, e, de outro lado, pelo rápido desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e, como reflexo, pela diminuição das distâncias em todo mundo, tudo isso causando uma necessidade de atualização das IES segundo os novos padrões do mundo globalizado.

Certamente, a definição de internacionalização mais conhecida e debatida na literatura corrente é a de Knight (2003) que a conceitua como o processo de integração da dimensão internacional às funções e objetivos da educação superior. As críticas a esta definição se concentram, majoritariamente, em dois fatores: primeiro, em sua incapacidade de refletir a internacionalização como sendo um meio para alcançar um objetivo maior (VAN DER WENDE, 1997) e, segundo, em sua falha para descrever os caminhos concretos através dos quais a dimensão internacional deverá ser integrada ao ensino, pesquisa e extensão (WÄCHTER, 2000). Outras definições já foram propostas, sem haver, contudo, sinais aparentes de consenso na literatura. No contexto brasileiro, onde a internacionalização vem ocorrendo, em muitos casos, apenas de forma passiva (LIMA & MARANHÃO, 2009) e periférica (MOROSINI, 2011), como uma mera reação às pressões do ambiente externo, é possível que essa lacuna conceitual esteja moldando a formulação de políticas públicas e institucionais de internacionalização na educação superior, representando, assim, um obstáculo para o desenvolvimento das atividades na área e, conseqüentemente, restringindo a inserção das IES brasileiras no cenário internacional.

Paralelamente, argumentamos haver, no nível institucional, uma miopia em internacionalização que insiste em resumi-la em termos de um conjunto de atividades internacionais, mais especificamente envolvendo a mobilidade e o intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores, dificultando, assim, a compreensão do caráter estratégico da internacionalização como uma atividade transversal com potencial para contribuir diretamente para o alcance dos objetivos institucionais. Ademais, entendemos que essa miopia atua como um efeito dominó onde as carências em termos de estrutura e financiamento para a realização de atividades internacionais (MIURA, 2006) restringem as ações de internacionalização que, conseqüentemente, perdem sua força, ficando relegadas a segundo plano. Leask (2004) aponta que este foco em internacionalização enquanto um conjunto de atividades se explica na medida em que isso simplifica grandemente a mensuração e quantificação da internacionalização. Essa facilidade, entretanto, esconde alguns riscos estreitamente relacionados à mobilidade

internacional tais como o *brain drain*². Outra dificuldade está relacionada à falta de políticas públicas consistentes, permanentes e sustentáveis que viabilizem essa modalidade, suavizando as barreiras linguísticas e culturais, flexibilizando e amparando os burocráticos e dispendiosos processos administrativos para aquisição de passaporte, visto, etc.

Ao mesmo tempo, a internacionalização deixou de ser uma opção em todos os níveis (nacional, setorial e institucional) a partir do momento em que as pressões do ambiente externo, tais como as exigências por formação e qualificação de capital humano e a necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico dos países e, conseqüentemente, das IES, têm requerido maior responsividade e qualidade no âmbito da educação superior. Não obstante, apesar das exigências externas e dificuldades internas, a internacionalização não é – ou não deve ser vista – como um fardo. Ao contrário, quando gerido de maneira ativa, sustentável, consciente e bem planejado, o processo de internacionalização tem potencial para trazer frutos duradouros para as IES.

Apesar das dramáticas variações entre países e instituições, há um consenso geral de que a internacionalização pode – quando parte de uma estratégia mais ampla – oferecer aos alunos, professores e instituições benefícios valiosos. Ela pode estimular o pensamento estratégico levando à inovação, oferecer vantagens na modernização da pedagogia, incentivar a colaboração entre estudantes e professores e estimular novas abordagens para avaliações de aprendizagem. Com a infusão da internacionalização na cultura da educação superior, estudantes e educadores podem ganhar uma maior consciência dos problemas globais e de como os sistemas educacionais operam entre países, culturas e línguas. A pesquisa é inerentemente internacionalizada por meio de colaborações e parcerias entre equipes, e a maioria dos projetos científicos não pode mais permanecer nacionalmente vinculada (HÉNARD; DIAMOND; ROSEVEARE, 2012, p. 8, tradução nossa³).

Se antes a internacionalização era fruto de pressões exclusivamente externas, de um contexto de sociedade globalizada, interconectada e altamente competitiva, vista quase que primordialmente como um processo *ad hoc* e marginalizado da educação superior (KNIGHT,

² Relativo à emigração em massa de indivíduos altamente qualificados, e, ainda, a exclusão de grande parte dos estudantes que não dispõe dos recursos necessários para viajar e viver em outro país.

³ Texto original: “*Despite dramatic variations between countries and institutions, there is a general consensus that internationalisation can – when part of a broader strategy – offer students, faculty and institutions valuable benefits. It can spur on strategic thinking leading to innovation, offer advantages in modernising pedagogy, encourage student and faculty collaboration and stimulate new approaches to learning assessments. With the infusion of internationalisation into the culture of higher education, students and educators can gain a greater awareness of the global issues and how educational systems operate across countries, cultures and languages. Research is inherently internationalised through collaborations and partnerships amongst teams, and mosts cientific projects can no longer remain nationally-bound*”.

2012), agora, observamos um brotar interno que nasce da compreensão do seu caráter estratégico, do seu potencial para impulsionar avanços e melhorias no cerne da educação superior e, adicionalmente, como um desejo da própria comunidade interna (discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo) de obter experiências internacionais, complementar sua formação acadêmica, desenvolver proficiência linguística, vivenciar novas culturas, enfim, tornar-se, eles mesmos, mais globalmente orientados. É uma “virada de jogo” na qual, contudo, os mesmos desafios levantados anteriormente perpetuam o modo passivo de fazer internacionalização no nível institucional.

Essas dificuldades se apresentam como reflexo do próprio histórico de desenvolvimento da educação superior no Brasil. A esse respeito, Laus e Morosini (2005) nos contam que as primeiras universidades brasileiras só foram instituídas no começo do século XX e que, desde então, o desenvolvimento da educação superior tem se dado sob forte controle do Estado. Ainda segundo essas autoras (ibid.), é apenas nas últimas décadas que o processo de internacionalização da educação superior no país tem sua expressão mais significativa com vistas a unir forças para tentar agregar características internacionais às funções acadêmicas. Quando contrastamos essa realidade com o desenvolvimento da internacionalização no contexto mundial, em que esta vem ocorrendo passo a passo com o desenvolvimento das primeiras universidades – a partir do século XI (LAUS, 2012) –, é que podemos começar a compreender as particularidades que permeiam o sistema de educação superior brasileiro e, como reflexo, a forma como tem se consolidado o processo de internacionalização em suas IES. É nessa perspectiva que alguns autores (LAUS, 2012; MOROSINI, 2006; VAN DER WENDE, 1997) vêm defendendo a necessidade e urgência de maior aprofundamento do campo conceitual de forma a clarificar e conscientizar acerca das especificidades do processo de internacionalização em diferentes contextos, além de consolidar seu papel e dimensão na construção de políticas institucionais voltadas para a educação superior.

Assim, argumentamos que se existe uma lacuna no campo da internacionalização da educação superior – e sabemos que existe –, esta não é simplesmente conceitual, mas de perspectiva e de visão da internacionalização enquanto uma aliada estratégica no sentido de promover uma cultura verdadeiramente global na educação superior, em especial no âmbito das Instituições de Ensino Superior. É diante deste quadro que nos propomos a investigar o processo de internacionalização em duas instituições públicas de educação superior baianas, a saber a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), buscando compreender as características e particularidades desse processo nas dinâmicas, funcionalidades e objetivos institucionais.

Dessa forma, apresentamos as seguintes perguntas norteadoras para a delimitação da problemática desta pesquisa, considerando as duas instituições citadas:

- a) Sob qual contexto tem se dado o processo de internacionalização da educação superior nessas IES baianas?
- b) Como se dá a tomada de consciência e o consequente comprometimento por parte dos gestores institucionais?
- c) Que razões e abordagens fundamentam a internacionalização da educação superior na perspectiva de seus gestores institucionais?
- d) Como estão expressas as diretrizes, metas e estratégias de internacionalização nas políticas e planos estratégicos institucionais?
- e) Como tem se materializado as políticas e estratégias de internacionalização nessas IES baianas?

Assim, a partir dessas questões elaboramos a seguir o nosso problema de pesquisa: como se fundamenta o processo de internacionalização da educação superior na Universidade Federal da Bahia e na Universidade do Estado da Bahia?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Com base na problemática da pesquisa, este estudo objetiva analisar as bases que fundamentam o processo de internacionalização da educação superior na Universidade Federal da Bahia e na Universidade do Estado da Bahia.

1.2.2. Objetivos Específicos

Com base nas questões da pesquisa, apresentamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar o contexto sob o qual tem se desenvolvido o processo de internacionalização da educação superior nas duas IES baianas elegidas para este estudo;
- b) Analisar a consciência e o comprometimento dos gestores institucionais relativamente ao seu processo de internacionalização;
- c) Identificar e analisar as razões e abordagens para internacionalização nas IES estudadas;
- d) Compreender os fundamentos das políticas e planos estratégicos institucionais voltados ao processo de internacionalização nas IES estudadas;
- e) Analisar as ações que estão sendo realizadas nessas IES para operacionalização das estratégias de internacionalização.

Justificamos essa pesquisa ao considerar que são ainda poucos os estudos empíricos na área da internacionalização envolvendo IES públicas da Bahia. Dada a emergência desta temática, pensamos ser necessário o desenvolvimento de estudos que considerem a internacionalização à luz das peculiaridades e regionalidades do contexto e da trajetória da educação superior no Brasil, considerando-a como mais que um conjunto de atividades internacionais, mas como uma política institucional com potencial para contribuir para a elevação dos padrões de qualidade do ensino, pesquisa e serviços nas universidades brasileiras.

Assim, a intenção deste trabalho é trazer visibilidade e melhor compreensão ao tema da internacionalização da educação superior na medida em que defendemos que o aprofundamento de pesquisas nessa área poderá servir de base para (re)formulação e fundamentação de políticas formais de internacionalização em consonância com as missões institucionais.

O presente estudo foi pensado e organizado dentro da seguinte estrutura:

- 1) Na primeira parte, realizamos a discussão teórica que fundamenta esta pesquisa. Esta seção foi dividida em dois capítulos: no primeiro, discutimos os reflexos dos processos de globalização para a educação superior, tendo como finalidade compreender o fenômeno da internacionalização da educação superior em nível institucional; no segundo, discutimos algumas ações de internacionalização no âmbito das IES;
- 2) Na segunda parte, indicamos o percurso metodológico tomado para condução da pesquisa de campo;
- 3) Na terceira parte, apresentamos e analisamos os resultados obtidos através da pesquisa empírica. Finalmente, apresentamos as considerações finais e, na sequência, as referências e os apêndices da pesquisa.

Finalmente, evidenciamos que a motivação para realização desta pesquisa surgiu através da experiência profissional desta pesquisadora na Assessoria de Relações Internacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), fazendo nascer o desejo de obter uma melhor compreensão acerca do fenômeno da internacionalização da educação superior a partir do contexto de singularidades nas quais estão inseridas as instituições de ensino superior do Estado da Bahia. Não obstante, em função de sua particular estrutura, histórico e desenvolvimento, relativamente ao processo de internacionalização da educação, o IFBA não se configurou em objeto de estudo desta dissertação. Todavia, o interesse e desejo por desvelar as características e especificidades do processo de internacionalização do Instituto em particular e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como um todo permanecem, se configurando, quiçá, em proposta para realização de estudos posteriores.

PRIMEIRA PARTE:
A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O presente capítulo está dividido em três partes: na primeira, traçamos um apanhado geral acerca dos processos globalizantes e seus impactos para a educação superior, tendo como resultado o processo de internacionalização da educação superior; na segunda parte, como consequência, abordamos o processo de internacionalização a partir de seu histórico, definições, razões e abordagens, especialmente no nível institucional, delineando o seu desenvolvimento enquanto campo de estudo até as pesquisas mais recentes; por último, trazemos alguns modelos que propõem a internacionalização da educação superior, em especial o modelo do ciclo da internacionalização idealizado por Knight (1994), apresentando suas repercussões com vistas a avaliar, gerir e controlar o processo de internacionalização nas instituições de ensino superior. Tal modelo é apresentado como uma alternativa teórico-metodológica específica para desenvolvimento de estudos dessa natureza.

Durante todo esse percurso, buscamos ressaltar, sempre que possível, os estudos produzidos a partir do contexto nacional dada as peculiaridades das Instituições de Ensino Superior no cenário brasileiro.

2.1. Impactos e desafios da globalização para a Educação Superior

O tema da dimensão internacional vem ocupando posição de destaque nas agendas de organismos internacionais, governos, instituições estudantis e de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, atualmente, muito se tem discutido na literatura acerca dos efeitos da globalização e da mundialização do capital para a educação superior e, conseqüentemente, sobre os desafios que as Instituições de Ensino Superior (IES) vêm enfrentando para se tornarem mais responsivas frente às demandas da atual sociedade do conhecimento e da informação.

Em termos gerais, Toffler (1980) nos oferece uma contextualização do atual estágio da sociedade em seu livro *A terceira onda*. Nele, o autor descreve três momentos de profundas transformações vividas pela civilização no que chamou de ondas: a primeira deu-se com a revolução agrícola; a segunda onda, com a revolução industrial; por fim, a terceira e atual onda é evidenciada pelas revoluções do conhecimento e da informação. Dentro desse quadro, o que diferencia uma onda da outra são seus sistemas de geração de riquezas. Observamos que a terceira onda ocorre predominantemente por meio da geração de conhecimento, o que não somente reduziu a importância dos outros meios de produção, como também os substituiu, provocando, assim, mudanças na estrutura das organizações e na própria essência do trabalho

humano. Para as organizações, seu valor de mercado passou a ser primordialmente mensurado por meio de seus ativos intangíveis, ou seja, no conhecimento que estas possuem ou que são capazes de produzir. Com efeito, para o trabalhador, as constantes transformações nos mercados passam a exigir maior qualificação e capacidade para atuar nesse “novo” ambiente global, altamente interligado e interdependente.

Castells (1999), por sua vez, nos fornece uma ampliada compreensão desse fenômeno ao introduzir o termo “sociedade informacional” para denotar a transição de uma sociedade baseada no “industrialismo” para uma que tem o “informacionalismo” como atributo específico de estruturação social. Essa transição ocorre em função das revoluções tecnológicas possibilitadas pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), fazendo emergir o que o autor chama de Sociedade em Rede: um novo paradigma econômico e social baseado, dentre outros aspectos, na reestruturação do capitalismo e seus processos produtivos, tendo como ponto central o processamento da informação e a acumulação de conhecimento. É a primeira vez na história que “a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (ibid., p. 69). Posteriormente, não sem o custo de grandes debates teóricos e terminológicos que perduram até a contemporaneidade, a centralidade do conhecimento nos contextos econômicos, geopolíticos, sociais e culturais faz surgir o termo “sociedade do conhecimento” para referir-se à uma sociedade “[...] caracterizada por uma estrutura econômica e social na qual o conhecimento substituiu o trabalho, as matérias-primas e o capital como a mais importante fonte de produtividade, crescimento e desigualdades sociais [...]” (KRÜGER, 2006, p. 2, tradução nossa⁴).

Com efeito, a acentuação dos processos globalizantes e a mundialização sociopolítica e de capital com foco principal no conhecimento e na informação têm tido reflexos no desenvolvimento da educação, em especial da educação superior, à medida que esta se traduz em força produtiva e monopólio econômico e político (MAUÉS; BASTOS, 2016). Nesse sentido, estratégias adotadas por organismos internacionais, tais como a categorização da educação como sendo um serviço, segundo o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (em inglês, *General Agreement on Trade in Services*, GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, o assim denominado “Processo de Bolonha” em 1999 com vistas à construção de um Espaço Europeu de educação superior e, um ano mais tarde, a “Estratégia de Lisboa”

⁴ Texto original: “*Este tipo de sociedad está caracterizada por una estructura económica y social, em la que el conocimiento ha substituido al trabajo, a las materias primas y al capital como fuente más importante de la productividad, crecimiento y desigualdades sociales (véase Drucker 1994)*”.

pela Comissão Europeia visando o desenvolvimento e a liderança econômica daquele continente, têm revelado o caráter estratégico da educação para o desenvolvimento das nações (ibid.). A esse respeito, Castro e Barbalho (2010), argumentam a existência de uma absoluta centralidade do conhecimento na sociedade contemporânea que está provocando um deslocamento de eixo no papel da educação de forma que as políticas econômicas por parte de organismos financeiros internacionais vêm impactando diretamente os sistemas educacionais, controlando-os. “A geração de um sistema global de conhecimento demonstra a necessidade de que os países em desenvolvimento agreguem-se a ele buscando superar a condição de retardatários no que se refere à produção do conhecimento” (ibid., p. 51).

Entretanto, essa busca por homogeneidade esconde um processo antagônico de busca por poder, ampliação e domínio dos mercados, produção e monopólio de conhecimento, tudo isso como forma de alavancar o potencial competitivo e de dominação das nações desenvolvidas. No contexto das dimensões sociais, políticas e culturais, Boaventura de Sousa Santos (1997) analisa que esse processo de extensão de domínios através das fronteiras é um processo genuinamente globalizante, porém com raízes locais. Para o autor, a globalização é “um processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo globo desenvolvendo modos de designar como local outra condição social ou entidade rival” (ibid., p. 14). Nessa perspectiva, os verdadeiramente globais especializam-se em localismos globalizados, ou seja, na transformação de fenômenos locais em globais como no caso da utilização do inglês como língua franca, enquanto os periféricos ou marginalizados estão fadados aos globalismos localizados, quando os fenômenos globais impactam de forma impositiva sobre as práticas locais. Isso acentua desigualdades, aumentando as distâncias entre os países e dentro destes.

É diante dessa conjuntura de complexidades, segundo a qual observamos profundas e constantes mudanças econômicas, políticas, culturais, sociais e tecnológicas, que as IES passam a exercer papel protagonista à medida que são geradoras do conhecimento motriz que permite o constante desenvolvimento das sociedades. A globalização impacta o sistema educacional em seus mais diversos níveis, criando demandas e requerendo a inserção de competências de cunho internacional. O interesse pela internacionalização da educação superior, então, sobressai, tendo em vista a emergência por formação e circulação de capital intelectual.

Faz-se pertinente enfatizar, contudo, que a educação é apenas um dos setores impactados pela globalização (KNIGHT, 2008) que, por sua vez, engloba um fenômeno bem mais abrangente que o da internacionalização. Por essas razões, há que se cuidar para que os termos globalização e internacionalização não sejam tratados como sinônimos. Assim, é consenso na

literatura a utilização da seguinte definição não ideológica de globalização: “o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores e ideias... através das fronteiras” (MIURA, 2006, p. 14; KNIGHT, 2003, p. 3; KNIGHT; DE WIT, 1997, p. 6, tradução nossa⁵). Esses autores argumentam que tal fenômeno afeta cada país de forma diferente, de acordo com sua história, tradições, cultura e prioridades individuais. Outro conceito de globalização no contexto da internacionalização da educação superior nos é fornecido por Altbach (2004, p. 5, tradução nossa⁶) que a compreende como “[...] as amplas tendências econômicas, tecnológicas e científicas que afetam diretamente o ensino superior e são em grande parte inevitáveis”. Para os propósitos desta pesquisa, consideramos ambas as definições apropriadas e complementares à medida em que consideram tanto a inevitabilidade dos efeitos globalizantes quanto a localidade de cada nação e sistema e, por consequência, a forma diferenciada como cada uma afeta e é afetada.

A universidade é um ambiente intrinsecamente internacional (LAUS, 2012; ALTBACH; KNIGHT, 2007)⁷ e, como tal, sofre os impactos da globalização e, logo, a crescente pressão para que seja capaz de se adaptar e responder rápida e eficazmente às demandas do mercado mundial. Nesse contexto, autores como Vilalta (2012), Miura (2006), Knight (2003) e Qiang (2003) argumentam que a internacionalização da educação superior surge como uma resposta necessária aos padrões internacionais de difusão do conhecimento, bem como às pressões pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Miura (2006) e Altbach (2004) consideram, ainda, que seria um risco para as universidades desconsiderar a globalização, seus impactos e demandas, já que isso significaria a perda da sua relevância enquanto transformadora da realidade e difusora do conhecimento, acarretando, assim, sua defasagem.

Knight (2005) acrescenta que a globalização é provavelmente o ator mais poderoso de mudanças no ambiente atual. A autora define a globalização como um processo multifacetado que afeta cada país de forma diferente, sem, entretanto, se prender ao questionamento de se esses impactos são positivos ou negativos. Para ela, existe uma relação dinâmica entre a internacionalização da educação superior e a globalização em que uma tanto influencia como é

⁵ Texto original: “*The flow of technology, economy, knowledge, people, values, and ideas ... across borders*”.

⁶ Texto original: “*In this analysis, globalisation is defined as the broad economic, technological, and scientific trends that directly affect higher education and are largely inevitable*”.

⁷ Esses autores contextualizam que a internacionalização não é algo novo para a universidade, estando atrelada a ela desde os seus primórdios, na Idade Média, através de programas de mobilidade acadêmica fronteira e transnacional envolvendo professores e estudantes. Daí a palavra *Universitas*, originária do latim, utilizada para designar uma congregação de professores e estudantes de todo o mundo cristão (LAUS, 2012).

influenciada pela outra. “A internacionalização está transformando o mundo da educação e a globalização está transformando o mundo da internacionalização” (KNIGHT, 2003, p. 3, tradução nossa⁸). Qiang (2003), todavia, defende que a internacionalização respeita a individualidade de cada nação, sua história, cultura, recursos e prioridades, na medida em que essas particularidades moldam sua relação e responsividade a outros países. O autor considera que a identidade nacional e cultural são fatores-chaves para o processo de internacionalização da educação superior. Dessa forma, a internacionalização não é um fim em si mesma (KNIGHT, 2005; GREEN, 2012; LAUS; MOROSINI, 2005; QIANG, 2003; VAN DER WENDE, 1997), mas um recurso valioso para alcançar melhorias no sistema de educação superior em sintonia com os padrões internacionais.

Em contraponto a essa visão de globalização enquanto propulsora de mudanças e melhorias no contexto da educação superior e, mais ainda, como movimento integrador e uniformizador entre os países, autores como Castro e Oliveira (2013), Castro e Cabral Neto (2012) e Altbach (2004) reconhecem que existe uma estreita relação entre a globalização da economia e a internacionalização da educação, todavia argumentam que essa relação tem culminado em um processo de mercantilização da educação fazendo com que a internacionalização adquira características semelhantes à globalização. Isto estaria contribuindo para o aumento das disparidades entre os países em termos econômicos, sociais e especialmente educacionais.

Qualquer discussão acerca da globalização não pode evitar as profundas desigualdades que fazem parte do sistema mundial de ensino superior. A globalização acrescentou uma nova dimensão às disparidades existentes no âmbito do ensino superior (ALTBACH, 2004, p. 8, tradução nossa⁹).

Em termos de mobilidade, Castro e Cabral Neto (2012) observam a existência de um movimento desigual entre os países em relação ao envio e recepção de estudantes em mobilidade acadêmica, de forma que os países desenvolvidos terminam por assumir uma posição hegemônica na recepção de estudantes o que, por consequência, confere-lhes mais vantagens em termos educacionais, culturais e econômicos. No caso da América Latina, os autores analisam que existe uma dependência, tanto nas relações econômicas como

⁸ Texto original: “*In short, internationalization is changing the world of education and globalization is changing the world of internationalization*”.

⁹ Texto original: “*Any discussion of globalisation cannot avoid the deep inequalities that are part of the world system of higher education. Globalisation has added a new dimension to existing disparities in higher education*”.

educacionais. Essa última, aliada a fatores de baixo desenvolvimento econômico e tecnológico, e ainda ao baixo grau de competitividades das universidades, faz com que a América Latina se insira apenas de forma periférica no processo de internacionalização da educação superior.

Por fim, Lima e Maranhão (2009) reconhecem que existe um cenário de profundas desigualdades entre os países do Norte e do Sul no que diz respeito ao envio e recebimento de estudantes em mobilidade acadêmica e, mais ainda, na inserção da dimensão internacional à missão e funções do setor educacional. Assim como Castro e Cabral Neto (2012), as autoras defendem que essas desigualdades terminam por acentuar o que muitos autores vêm chamando de globalização hegemônica na qual os países centrais, que já gozam de grandes vantagens acadêmicas, políticas e econômicas, conseguem, por essas razões, atrair e acolher mais pessoas o que termina por acentuar ainda mais as desigualdades em relação aos países periféricos.

Considerando que os sistemas de educação dos países centrais nutrem interesse de acolher pessoas e, simultaneamente, os países periféricos necessitam enviar parte dos acadêmicos para estudar em universidades mundialmente notabilizadas, a educação internacional caminhará na direção de uma outra globalização (LIMA; MARANHÃO, 2009, p. 599).

Altbach e Knight (2007) explicam que essa segregação ocorre em função da falta de capacidade por parte dos países em desenvolvimento de responder às crescentes demandas globais. A esse respeito, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em sua Conferência Mundial sobre o Ensino Superior em 2009, defendeu que é responsabilidade social das IES de todo mundo

[...] ajudar a colmatar as brechas do desenvolvimento, aumentando a transferência de conhecimento através das fronteiras, especialmente para os países em desenvolvimento, e trabalhar para encontrar soluções comuns para promover a circulação de cérebros e aliviar o impacto negativo do *brain drain*¹⁰ (UNESCO, 2009, p. 5, tradução nossa¹¹).

Entretanto, no contexto da hegemonia do poder de países centrais e dos efeitos excludentes dos processos de globalização e, mais ainda, sem políticas públicas fortes e de

¹⁰ O termo em inglês refere-se à fuga de cérebros ou à evasão de capital intelectual, ou seja, a emigração em massa de indivíduos altamente qualificados.

¹¹ Texto original: “*Institutions of higher education worldwide have a social responsibility to help bridge the development gap by increasing the transfer of knowledge across borders, especially towards developing countries, and working to find common solutions to foster brain circulation and alleviate the negative impact of brain drain*”.

caráter global que direcionem o processo de internacionalização por vias solidárias, compreendemos que essa homogenização do conhecimento idealizada pela UNESCO se transforma em uma fábula, tal qual descrita pelo geógrafo brasileiro Milton Santos em sua obra *Por uma outra globalização*¹². Assim, ao contrário de diminuir as brechas do desenvolvimento, os processos globalizantes terminam por acentuá-las na medida em que a criação de relações de dependência entre os países em desenvolvimento e os países centrais faz emergir um novo processo de neocolonialismo no âmbito da educação.

É nesse seguimento que Castro e Barbalho (2010) e Siufi (2009) compreendem a urgência de que o processo de internacionalização da educação superior avance de forma solidária, em um movimento horizontal e democrático que vise a realização de atividades conjuntas e a integração entre os países através de objetivos de cooperação mutuamente benéficos. Essa forma de conceber a internacionalização está fundamentada na ideia de educação como bem público e de responsabilidade social, em contraposição às tendências de mercantilização por parte dos organismos internacionais (SIUFI, 2009).

Dessa forma, defendemos que a relação entre internacionalização da educação superior e globalização deve ser reconhecida de maneira a desconstruir os discursos ideológicos dominantes na literatura internacional, denunciando suas incongruências com a realidade dos países periféricos. Os efeitos globalizantes vêm impondo inúmeros desafios para a manutenção da relevância das IES em todo mundo, tornando-se inquestionável a necessidade de adequação aos novos padrões mundiais de educação superior. No entanto, conforme discutiremos a seguir, é importante considerar as peculiaridades de cada nação e instituição de ensino no processo de definição das razões e abordagens para internacionalização de forma que esse processo possa se traduzir em políticas e estratégias que reflitam a realidade e necessidade de cada nação e instituição.

Por fim, esclarecemos que as análises realizadas até aqui se configuram em nível nacional e transnacional como forma de circunstanciar o nosso objeto de estudo. No entanto, esta pesquisa focaliza primariamente nas análises do nível institucional já que, em concordância com Knight (2005), é nesse nível que o processo de internacionalização, de fato, se materializa.

¹² SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

2.2. Internacionalização da Educação Superior: definições, razões e abordagens

Nas últimas décadas, o tema da internacionalização da educação superior tem ganhado grande notoriedade acadêmica. Muito se tem discutido na literatura acerca de um possível consenso na definição do seu conceito, além das razões (*rationales*) e abordagens para a internacionalização por parte das instituições da educação superior.

A esse respeito, Qiang (2003) explica que existem dois argumentos amplamente reconhecidos que tem servido como forças dirigentes para a internacionalização. O primeiro é o de que, como discutimos anteriormente, a globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho aliada aos requisitos para formação profissional e acadêmica dos estudantes têm desafiado as IES a buscar formas de melhor preparar o seu corpo discente para atuar no mercado de trabalho. O segundo argumento é o de que a atração de estudantes estrangeiros e o uso das tecnologias da comunicação e da informação para a oferta da educação têm diminuído as fronteiras do mundo e aumentado as possibilidades de atuação das IES. Esses fatores demonstram que a internacionalização se tornou parte inexorável – ou sempre foi, mas está tendo o seu renascimento – da educação superior, não podendo mais ser vista como um mero adendo às suas atividades, mas considerando o seu potencial estratégico para o alcance dos objetivos e missões institucionais.

Apesar disso, a literatura corrente ainda não conseguiu chegar a um consenso acerca da definição de internacionalização da educação. Para Knight (2005), isso se deve ao fato de que o termo pode ser interpretado de diferentes formas por diferentes *stakeholders* (professores, estudantes, servidores e sociedade), a depender do seu contexto e do ambiente em que está inserido. Embora não seja algo novo, a autora sugere haver distorções quanto ao seu conceito na literatura, além das mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, decorrentes dos desafios enfrentados pela internacionalização. Se antes, no nível institucional, a internacionalização da educação superior era definida como um conjunto de atividades, programas e serviços, atualmente, esta deva ser compreendida pelo seu fator estratégico, como um processo que necessita ser integrado e sustentável, além de responder aos desafios da sociedade contemporânea.

Assim, para a autora (2003, p. 2, tradução nossa¹³), “[a] internacionalização nos níveis nacional, setorial e institucional é definida como o processo no qual se integram as dimensões

¹³ Texto original: “*Internationalization at the national, sector, and institutional levels is defined as the process of integrating an international, intercultural, or global dimension into the purpose, functions or delivery of postsecondary education*”.

internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta da educação superior”. Nessa definição, o termo *processo* é usado para dar a ideia de internacionalização enquanto um esforço contínuo; já os termos *dimensões internacional, intercultural ou global* são termos intencionalmente utilizados como tríade: internacional é usado no sentido de relacionamento entre nações, intercultural no sentido de diversidade de culturas no interior dos países, comunidades e instituições e, por fim, global para proporcionar a sensação de âmbito mundial; o conceito de *integração* é usado para denotar o processo de infusão da dimensão internacional e intercultural nas políticas e programas como forma de garantir que a dimensão internacional continue a ser central e sustentável; por fim, os termos *propósitos, funções e oferta*, onde propósito quer denotar os objetivos que a educação superior tem para o país, funções para especificar os elementos e as atividades que caracterizam a educação superior, e oferta refere-se ao serviço de oferta de programas de educação de nível superior.

A definição de Knight (ibid.) é, certamente, a mais utilizada e debatida na literatura corrente. Entretanto, as críticas quanto a ela se concentram, majoritariamente, em dois fatores: primeiro, em sua incapacidade de refletir a internacionalização como sendo um meio para alcançar um objetivo maior (VAN DER WENDE, 1997) e, segundo, em sua falha em descrever os caminhos concretos através dos quais a dimensão internacional deverá ser integrada ao ensino, pesquisa e extensão (WÄCHTER, 2000). Mais ainda, apontamos que, em termos de clarificação conceitual no campo da internacionalização da educação superior, uma definição que englobe múltiplos conceitos (internacional, intercultural, global, etc.) pode estar ainda a contribuir para o obscurecimento do campo de estudo.

Não obstante, observamos alguns pontos positivos no que diz respeito à definição de Knight (2003): primeiro, ela abrange os diversos níveis (nacional, setorial e institucional) nos quais a internacionalização efetivamente ocorre, tornando o seu conceito aplicável em diferentes esferas e contextos; segundo, por compartilharmos a visão de internacionalização enquanto um processo contínuo e não linear, o que sugere a necessidade de constante planejamento e alinhamento aos objetivos últimos do agente que engaja em um processo de internacionalização; e, por fim, como consequência disso, argumentamos que ao contrário de limitar a internacionalização a um fim em si mesma, a autora reconhece em seu conceito que cada agente desse processo possui razões próprias e singulares para internacionalizar e, portanto, a internacionalização deve refletir os propósitos, funções e, em última análise, os objetivos de cada instituição, setor e nação.

Diante das críticas, van der Wende (1997, p. 19, tradução nossa¹⁴) propõe a seguinte definição de internacionalização: “qualquer esforço sistemático e sustentado destinado a tornar a educação superior (mais) sensível às exigências e desafios relacionados à globalização das sociedades, da economia e dos mercados de trabalho”. Com relação a esse conceito, observamos alguns fatores: primeiro, nele a internacionalização surge como um processo organizado e sustentável, ou seja, capaz de suprir as necessidades das IES na sociedade contemporânea sem, entretanto, fugir aos seus propósitos e razões primárias para existência; em seguida, vê-se o conceito de internacionalização da educação como uma resposta aos processos globalizantes em diferentes áreas da sociedade; por fim, a autora torna implícita a atuação governamental ao compreender que esse é o único agente com autonomia para integrar uma função à educação superior no sentido de reestruturar e alavancar o nível de qualidade desse sistema. Assim, a internacionalização é vista como uma aliada estratégica na busca por melhorias na educação superior em nível nacional em consonância com os padrões internacionais. Não obstante, Knight (2008) aponta que tal conceito falha ao contextualizar a dimensão internacional somente em termos de pressões externas, não reconhecendo, portanto, o contexto educacional da internacionalização.

Altbach (2004, p. 6, tradução nossa¹⁵), por sua vez, descreve a internacionalização em termos de “políticas e programas específicos desenvolvidos por governos, sistemas e instituições acadêmicas e até departamentos ou instituições individuais para lidar ou explorar a globalização”. O autor reflete que as forças da globalização não podem ser controladas; a internacionalização, contudo, envolve escolhas e um grau significativo de autonomia por parte de seus agentes. Mais uma vez, vemos a internacionalização descrita apenas em termos de atividades e como um processo reativo, sem, contudo, considerar os fatores estratégicos desse fenômeno como forma de adicionar novas competências e funções à educação superior.

A UNESCO (2003) reconhece essa dificuldade conceitual no campo da internacionalização da educação superior ao mesmo tempo em que defende que “[o] que conta é o que acontece” (ibid., p. 154). A organização compreende a internacionalização como um processo deliberado e não meramente reativo no que diz respeito às complexidades do contexto global, mas que deve ser “motivado por estratégia e com objetivos específicos, meios e uma

¹⁴ Texto original: “[...] *any systematic, sustained effort aimed at making higher education (more) responsive to the requirements and challenges related to the globalisation of societies, economy and labour markets*”.

¹⁵ Texto original: “*Internationalisation includes specific policies and programmes undertaken by governments, academic systems and institutions, and even individual departments or institutions to cope with or exploit globalization*”.

estrutura para monitorar o seu progresso” (ibid., p. 154) de forma a estar diretamente, mas não exclusivamente, ligado aos objetivos acadêmicos das IES. Compreendemos, portanto, que o conceito de internacionalização por parte da UNESCO é amplo, processual e mais especificamente voltado para o contexto institucional. Ao passo de que esta organização não desconsidera as questões externas de ordem macro e geopolítica, sua percepção evoca as motivações internas da instituição como um impulsionador das estratégias de internacionalização. Dessa forma, a internacionalização assume um nível mais alto de importância à medida em que está ligada aos objetivos acadêmicos da instituição.

Por outro lado, em 2010, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em seu Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 propõe “o envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado [...]; o estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros; [e] o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras” (2010, p. 303). Tais recomendações são propostas como estratégia para a expansão da pós-graduação brasileira e da busca pela excelência e por novos conhecimentos através da interação com instituições internacionais, de forma a promover o crescimento da ciência e aumentar o protagonismo do Brasil no cenário internacional. Como resultado, em 2011, através do Decreto nº 7.642, é instituído o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) pelo Governo Federal com vistas a consolidar e expandir a internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras através da proposta do intercâmbio estudantil, além da atração de pesquisadores estrangeiros. Nesse programa, é claro o foco quase que absoluto da CAPES sobre as atividades de mobilidade física internacional, demonstrando, assim, sua definição de internacionalização em termos de programas e atividades, desconsiderando sua dimensão política e processual na busca por integração da dimensão internacional às áreas acadêmicas.

Posteriormente, após duras críticas por parte da mídia e das IES com respeito a diversos aspectos do programa, o CsF chega ao fim em 2015 e um novo formato deste programa começa a ser proposto em 2017. Intitulado de Programa Institucional de Internacionalização (PrInt)¹⁶, o novo programa intenciona o desenvolvimento de políticas estratégicas sustentáveis de internacionalização por parte das IES brasileiras através da “construção de parcerias institucionais estratégicas e simétricas”, bem como do “aumento da qualificação de estudantes, técnicos e pesquisadores/docentes” (CAPES, 2017a, p. 1). Assim, o programa demonstra uma transição no conceito de internacionalização por parte da CAPES que, com foco no

¹⁶ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em 11 nov. 2017.

desenvolvimento da internacionalização no nível institucional, bem como no aumento quantitativo e qualitativo da pesquisa nacional, busca encorajar o protagonismo das IES através da construção de políticas institucionais de internacionalização que deverão refletir as particularidades e os objetivos acadêmicos de cada instituição. Assim, para a CAPES:

A internacionalização pode ser entendida enquanto um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades (idem, 2017b, p. 6).

A intenção do novo programa é conceder o protagonismo da internacionalização às IES que, tendo definido suas diretrizes e estratégias através do desenvolvimento de suas políticas de internacionalização, poderão atuar junto aos parceiros nacionais e internacionais de sua escolha tendo em vista a construção de “um ambiente internacional no dia a dia da Universidade” (ibid., p. 7). Desse modo, a CAPES defende que:

É importante tornar as IES brasileiras mais proativas no seu processo de internacionalização, para que possam beneficiar-se ainda mais da expansão do seu impacto institucional e da apropriação dos conhecimentos adquiridos no exterior, considerando, inclusive, o impacto no setor produtivo desde o fomento ao desenvolvimento tecnológico e da inovação (ibid., p. 7).

Em termos conceituais, é evidente a percepção de avanços na compreensão do fenômeno da internacionalização por parte da CAPES, em especial no que tange a visão de internacionalização enquanto uma política estratégica de nível institucional que, ao envolver o ensino, a pesquisa e a extensão, se traduzirá em melhorias na qualidade da educação superior, podendo, potencialmente, contribuir para o desenvolvimento das sociedades.

É desse modo que passamos a reconhecer a grande variedade conceitual existente no campo da internacionalização da educação superior e, mais ainda, como a falta de consenso nessa área pode estar dificultando a prática e os rumos da internacionalização, inclusive em termos de políticas públicas que compreendam o fator estratégico da mesma para o avanço da educação superior. A esse respeito, Laus (2012) analisa que existe um sentimento de falsa convergência na literatura, não havendo, dessa forma, um consenso sobre “os sentidos, as razões e os rumos da internacionalização da educação superior” (ibid., p. 79). Knight (1994), por sua vez, argumenta que essa variedade de definições pode levar a uma confusão quanto ao propósito e importância da internacionalização, resultando em um fraco senso de legitimidade

e impacto. Nesse sentido, autores como Laus (2012), Morosini (2006) e van der Wende (1997) defendem a necessidade de aprofundamento do campo conceitual de forma a alcançar maior compreensão acerca das especificidades do processo de internacionalização, além de consolidar seu papel e dimensão nas políticas nacionais e institucionais voltadas à educação superior.

A internacionalização, ainda em construção no campo educacional, é um processo complexo por se inserir em um amplo contexto das políticas públicas e, portanto, sem uma clara definição de seus objetivos. Entretanto, as universidades tornam-se protagonistas desse processo, exercendo um papel prevalente, tendo em vista o desenvolvimento e a unidade das nações, garantindo a cooperação fundamentada na solidariedade e no respeito às peculiaridades de cada povo (CASTRO; BARBALHO, 2010, p. 59).

Mais ainda, considerando o contexto atual de constantes mudanças, cada país, sistema educacional e instituição de ensino enfrentam diferentes desafios e oportunidades com respeito à internacionalização da educação superior. Para Knight (2004), isso significa que cada um possui diferentes abordagens quanto a este processo. A autora nos explica que abordagem é diferente de definição, já que a primeira diz respeito à maneira pela qual os atores da internacionalização tratam a sua implementação, o que varia de acordo com suas prioridades, cultura, história, política e recursos. Essas abordagens não são fixas, variando de acordo com o período de desenvolvimento e, por conseguinte, devem ser constantemente avaliadas. Da mesma forma, não existe uma abordagem única e correta. “A noção de abordagem é introduzida para ajudar a descrever e avaliar a maneira pela qual a internacionalização está sendo conceitualizada e desenvolvida” (ibid., p. 18, tradução nossa¹⁷).

No nível institucional, Knight (2004) acrescenta que as principais abordagens são: (a) atividade, na qual a internacionalização é descrita em termos de atividades, tais como mobilidade internacional, internacionalização do currículo, etc.; (b) resultados, no qual a internacionalização é vista pelo viés dos resultados que a instituição deseja obter através dela; (c) razões (*rationales*), em que a internacionalização é descrita por suas motivações primárias; (d) processo, segundo o qual a internacionalização é considerada como um processo no qual a dimensão internacional é integrada às funções da IES; (e) *at home* ou em casa, através da qual a internacionalização é interpretada como sendo a criação de uma cultura ou clima de apoio ao entendimento internacional, porém focado em atividades no campus; e (f) *cross-border* ou

¹⁷ Texto original: “*The notion of approach is introduced to help describe and assess the manner in which internationalization is being conceptualized and implemented*”.

fronteiriça, quando a internacionalização é vista como a oferta da educação para outros países através de diferentes arranjos.

Ainda com respeito às abordagens institucionais para internacionalização, Qiang (2003) aponta quatro tipos comumente adotadas para promoção e implementação de programas que visam a internacionalização. São essas: (a) o *activity approach*, que promove atividades de internacionalização, tais como mobilidade docente e discente e o recepcionamento de estudantes estrangeiros; (b) o *competency approach*, que enfatiza o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos, por parte do corpo docente e discente, além de técnico-administrativos, através da transferência de conhecimento para atuação no mercado global; em seguida, (c) o *ethos approach*, que prioriza a criação de uma cultura que valorize e apoie as perspectivas internacional/intercultural; por fim, (d) o *process approach*, que enfatiza a integração das dimensões internacional/intercultural ao ensino, pesquisa e extensão através de uma combinação de atividades, políticas e procedimentos de internacionalização.

No que tange as razões para a internacionalização, Knight (2004) analisa que, nos países em que a internacionalização não é devidamente valorizada no seu nível nacional, as razões para internacionalização no nível institucional adquirem maior importância e diferenciação de uma instituição para outra. A autora (2005) enfatiza a importância de se ter os *rationales* para internacionalização claros e bem articulados, já que eles são as forças que impulsionam e direcionam o processo de internacionalização, refletindo as políticas e programas que serão desenvolvidos e implementados, bem como os resultados que se espera atingir com esses esforços.

Sem um claro conjunto de *rationales*, seguido por um conjunto de objetivos ou declarações de política, um plano ou um conjunto de estratégias, e um sistema de monitoramento e avaliação, o processo de internacionalização é muitas vezes uma resposta ad hoc, reativa e fragmentada para o enorme número de novas oportunidades internacionais disponíveis (KNIGHT, 2005, p. 15, tradução nossa¹⁸).

Existem vários argumentos que justificam as razões para a internacionalização nas IES. Knight (2004) aponta que os principais são: (a) o alcance de uma reputação e reconhecimento internacionais; (b) o desenvolvimento de alunos e do corpo docente e administrativo no que tange uma melhor compreensão internacional e intercultural; (c) a formação de alianças

¹⁸ Texto original: “Without a clear set of rationales, followed by a set of objectives or policy statements, a plan or set of strategies, and a monitoring and evaluation system, the process of internationalization is often an ad hoc, reactive, and fragmented response to the overwhelming number of new international opportunities available”.

estratégicas através de acordos de cooperação bilaterais e multilaterais; e (d) a produção de conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas através de colaboração internacional e interdisciplinar. Enquanto argumenta que cada IES poderá ter diferentes motivações para internacionalização, a autora enfatiza a importância de se articular esses *rationales* de forma clara e consciente, transformando-os em políticas, programas e estratégias institucionais explícitas.

Existem muitos fatores que influenciam as razões de nível institucional. Esses fatores variam de missão, população estudantil, perfil do corpo docente, a localização geográfica, as fontes de financiamento, nível de recursos e orientação para os interesses locais, nacionais e internacionais (ibid., p. 25, tradução nossa¹⁹).

Diante do exposto e buscando distanciar o entendimento de internacionalização enquanto um conjunto de atividades envolvendo majoritariamente a mobilidade internacional, primamos, neste estudo, pela compreensão de internacionalização enquanto um fenômeno global que afeta IES em todo o mundo de diferentes formas em função dos impactos advindos do ambiente externo. Ainda nessa perspectiva, defendemos que a internacionalização nasce como um esforço interno, tendo em vista a necessidade de posicionamento internacional das IES, da construção de redes de conexão global para a geração de conhecimentos e o desenvolvimento econômico, político e social das nações, mas também para a formação intercultural e crítica de seus cidadãos e a promoção da compreensão mútua entre os países.

Assim, para os propósitos desta pesquisa, conceituamos a internacionalização em seu nível institucional como **um processo estratégico de abertura crítica da IES para o mundo, tendo por fim a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a formação cidadã da comunidade acadêmica e o desenvolvimento das sociedades**. Nesse conceito, enfatizamos o fator estratégico da internacionalização por compreendermos que, ao priorizar a dimensão internacional, as IES estarão aumentando o padrão com que o seu desempenho é medido e, por conseguinte, melhorando os processos internos no que tange às suas funções primárias. A transversalidade é, então, inerente ao processo de internacionalização na medida em que envolve, em última instância, a criação de uma cultura de valorização da dimensão internacional que perpassa os processos de ensino, pesquisa e serviços universitários. Contudo,

¹⁹ Texto original: “*There are many factors that influence the institutional-level rationales. These factors range from mission, student population, faculty profile, geographic location, funding sources, level of resources, and orientation to local, national, and international interests*”.

essa abertura ao cenário internacional não se dá de maneira neutra, requerendo intencionalidade e planejamento acerca das razões e abordagens para internacionalização, pelo que enfatizamos que o processo de abertura ao ambiente externo deve se fundamentar a partir de um posicionamento crítico²⁰ por parte da IES que deverá estabelecer suas diretrizes e prioridades. Por fim, e como finalidades do processo de internacionalização, estão: (1) a inserção das IES no cenário internacional por meio da criação de redes de cooperação interinstitucional que contribuirão para o processo de inovação e geração de conhecimento; (2) a promoção de uma formação multireferenciada e intercultural ao corpo discente, docente e técnico-administrativo, de modo a capacitá-los a atuar de maneira ativa e consciente no atual cenário global de grandes complexidades e; (3) o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a valorização do diálogo internacional e, conseqüentemente, a promoção da compreensão mútua entre os países de forma que se possa contribuir de maneira consistente para o desenvolvimento das sociedades.

Em resumo, a internacionalização está longe de ser uma receita de bolo a ser seguida fielmente por instituições de ensino superior em todo o mundo. Por esse motivo, faz-se imperativo que cada instituição e país possam definir suas razões e abordagens para internacionalização de forma que esta possa estar consistentemente alinhada às políticas e estratégias institucionais e de governo. Somente dessa maneira a internacionalização poderá despontar como mais que um processo reativo às exigências globais ou ainda de internacionalização por internacionalização, ou seja, sem objetivos firmados para, então, servir como motor de desenvolvimento institucional e nacional em um mundo altamente competitivo e excludente.

2.2.1. Internacionalização Colonial: um retrato dos dias atuais

Permitimo-nos, aqui, abrir um parêntesis para fazer uma alusão do objeto desta pesquisa ao livro *Os Bruzundangas* de Lima Barreto. Essa obra póstuma, lançada em 1922, retrata o povo de um país fictício chamado Bruzundanga no qual os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais, ironicamente, muito se assemelham aos do Brasil do início do século XX e, quiçá, ao Brasil dos dias atuais. Nessa obra, mais especificamente em seu capítulo sétimo, o autor retrata a diplomacia de Bruzundanga em que descreve a supervalorização daquele país por tudo

²⁰ A ideia de abertura crítica da IES ao ambiente externo foi dada por Eva Egron-Polak, Secretária Geral da Associação Internacional de Universidades, ao definir a internacionalização como um processo de “abertura crítica para o mundo e para outras maneiras de se chegar ao conhecimento e ao aprendizado”. Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Plano de Desenvolvimento Institucional para a Internacionalização da Universidade Federal do Rio de Janeiro. S.d.

o que vem do estrangeiro. No referido capítulo, Bruzundanga é retratada como um país de exílio onde o ideal de vida de todo o povo é viver no exterior. Por essa razão, a assim chamada “nobreza doutoral” buscava, sempre que possível, obter empregos diplomáticos ou consulares como uma maneira de, nas palavras do próprio Lima Barreto (2005, p. 38), “safar-se do país”. No contexto de Bruzundanga, o viver no exterior assume a conotação de mais um título de nobreza ou *status* valorizado pela sociedade.

Cada mandachuva [como são chamados os chefes do poder executivo] novo traz sempre em mente aumentar o número de legações, de modo que não há país no mundo em que a Bruzundanga não tenha um batalhão de representantes. Muitos desses países não mantêm, com a curiosa república que venho descrevendo, relações de espécie alguma; mas, como é preciso mandar alguns filhos de "figurões" para o estrangeiro, a munificência dos poderes públicos não trepida em criar nelas legações dispendiosas. Há lá até quem reze para que certos países se desmanchem e surjam da separação novos independentes, permitindo o aumento de legações.

Os rapazes, que vão para elas, saem do país muito bons rapazinhos, às vezes mesmo mais ricos de influência que de dinheiro; quando, porém, de lá voltam, só porque viram o emir de Afeganistão ou o sultão de Baçora, acreditam-se da melhor nobreza... certamente muçulmana.

Os seus modos são outros, os seus gestos estudados, pisam à última moda do centro da Ásia e encetam a conversa sobre qualquer cousa, começando sempre assim:

— Estava eu em Cabul, quando a mulher do ministro russo...

Cabul soa aí como se fosse Paris, Londres ou Roma e os seus auditores consentem em admitir que a capital de Afeganistão seja mesmo um depósito de elegâncias superiores (ibid., p. 39).

Trazendo essa sátira para o contexto da internacionalização da educação superior no caso brasileiro, é possível relacionarmos algumas das lacunas conceituais existentes na área. Primeiramente, no que diz respeito ao “complexo de colônia” brasileiro por meio do qual é possível observar que, de forma significativa, o processo de internacionalização da educação superior nasce como uma exigência de padrões externos de um modelo de educação internacionalmente conectada e direcionada que não necessariamente estará ligada aos objetivos educacionais da instituição, setor ou nação. Por conseguinte, tem-se um modelo de internacionalização que não atende às necessidades locais, nem tampouco logra atingir objetivos e resultados sustentáveis na medida em que seu próprio processo formativo não explicita objetivos e caminhos claros e consistentes.

Adicionalmente, analisamos haver um processo de simplificação no que tange as definições de internacionalização no cenário nacional onde estas são reduzidas em termos de mobilidade estudantil, já que isso facilita grandemente sua mensuração e quantificação: “quanto maior o número de estudantes que se deslocam para dentro e para fora, maior o nível de internacionalização” (LEASK, 2004, p. 336, tradução nossa²¹). Contudo, assim como o envio das legações de Bruzundanga ao estrangeiro, o envio de estudantes em programas de mobilidade internacional sem o adequado planejamento, gestão e captação de resultados por si só não garante que a dimensão internacional esteja de fato permeando a educação superior em seus variados aspectos. Nesse sentido, a internacionalização é diminuída, passando a exercer papel meramente decorativo, tal qual ocorre com a diplomacia de Bruzundanga.

Mais ainda, relacionamos esta obra às limitações em abordagem e *rationales* para internacionalização no contexto das IES brasileiras onde pensamos que esta ainda não logrou extrapolar a dimensão de atividades, a exemplo da mobilidade acadêmica internacional e dos acordos de cooperação internacionais sem grandes (ou nenhum) desdobramentos, para alcançar uma compreensão mais ampla. Se assim o fosse, a internacionalização da educação superior passaria a ser vista como um conjunto de políticas e estratégias que, em estreita consonância com os objetivos institucionais, teriam o potencial de tornar a educação superior mais responsiva aos desafios da sociedade globalizada, impulsionando melhorias na qualificação do corpo discente, docente e técnico-administrativo, incentivando a inovação científica e tecnológica, além da criação de uma cultura de cooperação entre os países.

Não obstante, assim como em Bruzundanga, temos assistido no Brasil o crescimento desordenado de programas de mobilidade internacional para estudantes, bem como aumentos no número de acordos de cooperação e ações conjuntas com IES estrangeiras com baixos padrões de qualidade e sem planejamento estratégico institucional (LAUS; MOROSINI, 2005); reflexos de um modelo de internacionalização passivo – no qual a emissão de discentes, docentes e pesquisadores de alto nível aos grandes centros acadêmicos, científicos e tecnológicos é o foco principal de atividades (LIMA; MARANHÃO, 2009) – e periférico, caracterizado pela presença de atividades internacionais em apenas alguns setores isolados dentro da IES e de um modelo de Cooperação Acadêmica Internacional pautado na competitividade entre instituições e no mercantilismo das atividades educacionais (MOROSINI, 2011).

²¹ Texto original: “*The greater the numbers of students moving in and out, the greater the level of internationalization*”.

Ao mesmo tempo, em contraposição à leitura de “complexo de vira-lata” brasileiro (ou ‘bruzungandese’?) de Lima Barreto, Verhine e Dantas (s.d.) analisam haver uma desconfiança por parte dos nossos acadêmicos em relação a qualquer intervenção ou modelo estrangeiro que proponha alterações no sistema brasileiro de educação, afetando, dessa forma, qualquer iniciativa de alavancar o processo de internacionalização da educação superior no país. Com efeito, a produção científica nacional e seus resultados são ainda altamente endógenos e as IES brasileiras, quando comparadas às estrangeiras, possuem um número ínfimo de estudantes internacionais, bem como de pesquisas internacionalmente vinculadas (ibid.). Para os autores, isso demonstra o caráter insular das instituições de ensino superior brasileiras e de seu baixíssimo nível de internacionalização.

Por fim, argumentamos que, com esse modo de pensar a internacionalização, é possível que as instituições de ensino superior brasileiras estejam a perder de vista o que Knight e de Wit (1995) citando Kerr (1994) chamaram de universalização do conhecimento; para eles, parte integrante do conceito original das universidades segundo o qual as IES se dariam conta de que, ao servir o mundo do aprendizado e do conhecimento, estariam fomentando o desenvolvimento de suas nações. Somente dessa forma, diferentemente do que ocorre na diplomacia de Bruzundanga, a internacionalização da educação superior brasileira poderá superar o seu *status* decorativo para assumir o seu papel estratégico para o posicionamento do país no cenário mundial.

Não há mal algum que seja assim a diplomacia daquelas paragens. A Bruzundanga é um país de terceira ordem e a sua diplomacia é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem: enfeita.

E, se os maridos e pais da Bruzundanga têm que andar cheios de cuidados, é melhor que tais zelos fiquem ao cargo dos estrangeiros. A diplomacia do país tem a sua utilidade... (BARRETO, 2005, p. 40-41).

2.3. Monitoramento e Avaliação: modelos de internacionalização

Como fator crítico para a inserção e o avanço das instituições de ensino superior no cenário global e, mais ainda, para manutenção de sua relevância e competitividade face aos movimentos globalizantes que perpassam a sociedade contemporânea, faz-se imprescindível que as IES em todo mundo estejam aptas a planejar, gerir, monitorar e continuamente avaliar suas ações e estratégias de internacionalização de maneira a consolidar sua institucionalização. Com isso, o objetivo é assegurar que a dimensão internacional esteja arraigada nas funções e

propósitos da educação superior, sendo evidenciada na política, no planejamento e nos processos organizacionais.

A esse respeito, de Wit (2009) nos conta que a necessidade de mensuração do processo de internacionalização não é algo novo e tem se tornado cada vez mais emergente, especialmente em razão dos *rankings* nacionais e internacionais da educação superior que pressionam as IES rumo à consolidação de seu caráter internacional. Esse fato, aliado aos *racionales* econômicos, especialmente a partir da categorização da educação enquanto serviço pelo GATS/OMC, são utilizados pelo autor para confirmar que a internacionalização tenha se transformado num aspecto central da educação superior. Isto configura-se com maior força no contexto dos países desenvolvidos. O autor, contudo, argumenta a importância de se conceber as diferentes abordagens e as particularidades das estratégias de internacionalização a partir do contexto de cada país. É nesse sentido que a mensuração e avaliação do processo de internacionalização adquirem importância.

Não existe um único modelo de internacionalização e, por isso, na medição da internacionalização, esta diversidade de *racionales*, abordagens, objetivos e estratégias por região, país e instituição devem ser levadas em consideração (ibid., p. 3, tradução nossa²²).

Autores como Hudzik e Stohl (2009), Jenkins-Deas (2009) e Green (2012) defendem que a avaliação da internacionalização não pode ocorrer de forma desintegrada da avaliação do alcance dos objetivos institucionais. Para isso, os objetivos e metas de internacionalização propostos pela IES necessitam estar alinhados com a sua missão institucional de forma a podermos considerar não somente os resultados relativos às atividades de internacionalização, mas de que forma esses resultados têm impulsionado a IES no alcance de seus objetivos fundamentais. “A internacionalização precisa contribuir para as missões e valores centrais das instituições, ou nunca se elevará acima do status secundário” (HUDZIK; STOHL, 2009, p. 9, tradução nossa²³).

Para Hudzik e Stohl (2009), o comprometimento com a internacionalização deve andar passo a passo com o monitoramento e avaliação dos resultados que esta tem proporcionado à instituição. Negligenciar a avaliação das estratégias de internacionalização pode causar o

²² Texto original: “*There is not one model for internationalisation, so in measuring internationalisation this diversity of rationales, approaches, objectives and strategies by region, country and institution must be taken into account*”.

²³ Texto original: “*Internationalisation needs to contribute to core missions and values of institutions or it will never rise above secondary status*”.

enfraquecimento de sua importância no nível institucional. É com esses argumentos que os autores sugerem um modelo para medição e avaliação da internacionalização em IES. Esse modelo apresenta três categorias que se distinguem entre *inputs*, *outputs* e *outcomes*.

1. *Inputs* (insumos) são os recursos financeiros, humanos, de políticas, etc. que a IES dispõe e aloca para dar suporte ao seu processo de internacionalização;
2. *Outputs* (saídas) são os esforços em termos de quantidade e tipo de atividades realizadas em favor da internacionalização; e
3. *Outcomes* (resultados) que mede o alcance e os impactos que os *inputs* e *outputs* foram capazes de alcançar. Esses resultados justificam os esforços para internacionalização e estão – ao menos em teoria – intimamente associados ao alcance da missão institucional.

A metodologia de avaliação proposta por Hudzik e Stohl (ibid.) é intencionalmente simples, visando mínimo custo e máxima validade dos resultados. A ideia é que cada instituição possa definir seus indicadores com base nos objetivos institucionais, avaliando-os individualmente segundo as três categorias propostas. Esse processo de avaliação foi pensado no sentido de se constituir numa espécie de pesquisa aplicada na qual os resultados possam ser utilizados no reforço, revisão e melhoria das atividades de internacionalização.

Compreendemos, entretanto, que esse modelo pressupõe a existência de uma estrutura sólida de internacionalização, o que nem sempre é o caso dos países emergentes, a exemplo do Brasil onde a própria estrutura jovem da educação superior aliada a fatores como o alto nível de controle por parte do Estado (LAUS; MOROSINI, 2005), a falta de uma política formal de internacionalização, a escassez de recursos, o excesso de burocracia para formalização de convênios de cooperação, entre outros fatores (MIURA, 2006) limitam as ações de internacionalização das IES. Além disso, os critérios simplistas dessa metodologia podem, a nosso ver, se traduzir em uma abordagem inflexível e com viés economicista que torna complexa a tarefa de se avaliar, dentro das categorias propostas, indicadores intangíveis como as razões e abordagens para a internacionalização por parte dos diversos agentes envolvidos nesse processo.

Outra proposta para monitoramento e avaliação da forma como as estratégias de internacionalização vêm sendo implementadas, geridas e avaliadas no âmbito IES foi apresentada por Knight (1994). A autora elaborou o modelo do Ciclo de Internacionalização com vistas a alcançar uma análise ampla desse processo através de uma série de passos interconectados que vão desde o nível imaterial – analisando aspectos como a conscientização, motivações e comprometimento – ao literal – com a análise das atividades que estão de fato

sendo planejadas, desenvolvidas e controladas. Esse modelo é apresentado em 6 (seis) fases, conforme segue:



Figura 1 – Ciclo de Internacionalização de Knight

Fonte: Knight (1994, p. 12, tradução nossa).

- 1. Consciência:** da necessidade, dos propósitos, dos impactos e dos benefícios da internacionalização por parte dos estudantes, professores, gestores, departamentos e faculdades. “A internacionalização não pode ser propriedade de um pequeno grupo, uma vez que se torna marginalizada e pode ser vista como uma questão exclusiva, em vez de inclusiva” (ibid., p. 12, tradução nossa²⁴). A consciência, entretanto, não é suficiente, devendo se traduzir em compromisso.

²⁴ Texto original: “*Internationalization cannot be owned by a small group, as it then becomes marginalized and can be seen as exclusive, rather than inclusive, issue*”.

2. **Comprometimento:** no sentido de verdadeiramente integrar e institucionalizar a dimensão internacional às funções da universidade, o comprometimento por parte da alta administração é fator crítico, mas é também importante que haja comprometimento pelos demais *stakeholders*. “Enquanto o compromisso da alta administração conduzirá o processo, o verdadeiro motor da internacionalização será o corpo docente e técnico-administrativo” (ibid., p. 12, tradução nossa²⁵). Embora importante, comprometimento não se restringe a financiamento, mas se estende a atitudes, reconhecimento, etc.
3. **Planejamento:** desenvolver planejamento das prioridades e estratégias de internacionalização. Essa etapa envolve clarificação das razões, objetivos e interesses para internacionalização. O planejamento deve estabelecer prioridades e direcionamento e é nesse aspecto que a missão desenvolve papel central. Essa missão deve se traduzir em um plano estratégico e operacional.
4. **Operacionalização:** implementação dos objetivos e estratégias estabelecidos no planejamento e criação de uma cultura de apoio à internacionalização. Essa fase dependerá das prioridades e dos recursos disponíveis.
5. **Revisão:** avaliar e aumentar continuamente a qualidade e os impactos do processo de internacionalização em seus diferentes aspectos visando certificar-se de que os objetivos estejam sendo cumpridos dentro dos padrões e expectativas esperados.
6. **Reforço:** reconhecer, recompensar e incentivar a participação de docentes e técnico-administrativos com vistas a desenvolver uma cultura de apoio à internacionalização.

Nesse modelo, as fases 5 (cinco) e 6 (seis), revisão e reforço respectivamente, levam a uma maior conscientização e comprometimento, fases 1 (um) e 2 (dois) respectivamente, levando a um recomeço no ciclo de internacionalização. Mais ainda, nele pressupõe-se que a cultura organizacional permeia todas as etapas do ciclo de modo que os valores da internacionalização estejam enraizados em todas as áreas e dimensões do processo.

Não obstante, Christino (2013) nos conta que esse modelo sofreu críticas por parte da literatura em função de não abranger etapas relevantes para avaliação da internacionalização, tais como a análise dos fatores internos e externos à instituição, a implementação dos programas de internacionalização e a análise dos efeitos desse processo no longo prazo em relação às funções da instituição, especialmente do ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, o modelo foi reformulado de forma a compreender os três elementos propostos, conforme a figura seguir.

²⁵ Texto original: “*While the commitment from senior administration will lead the process, the real engine of internationalization will be faculty and staff*”.

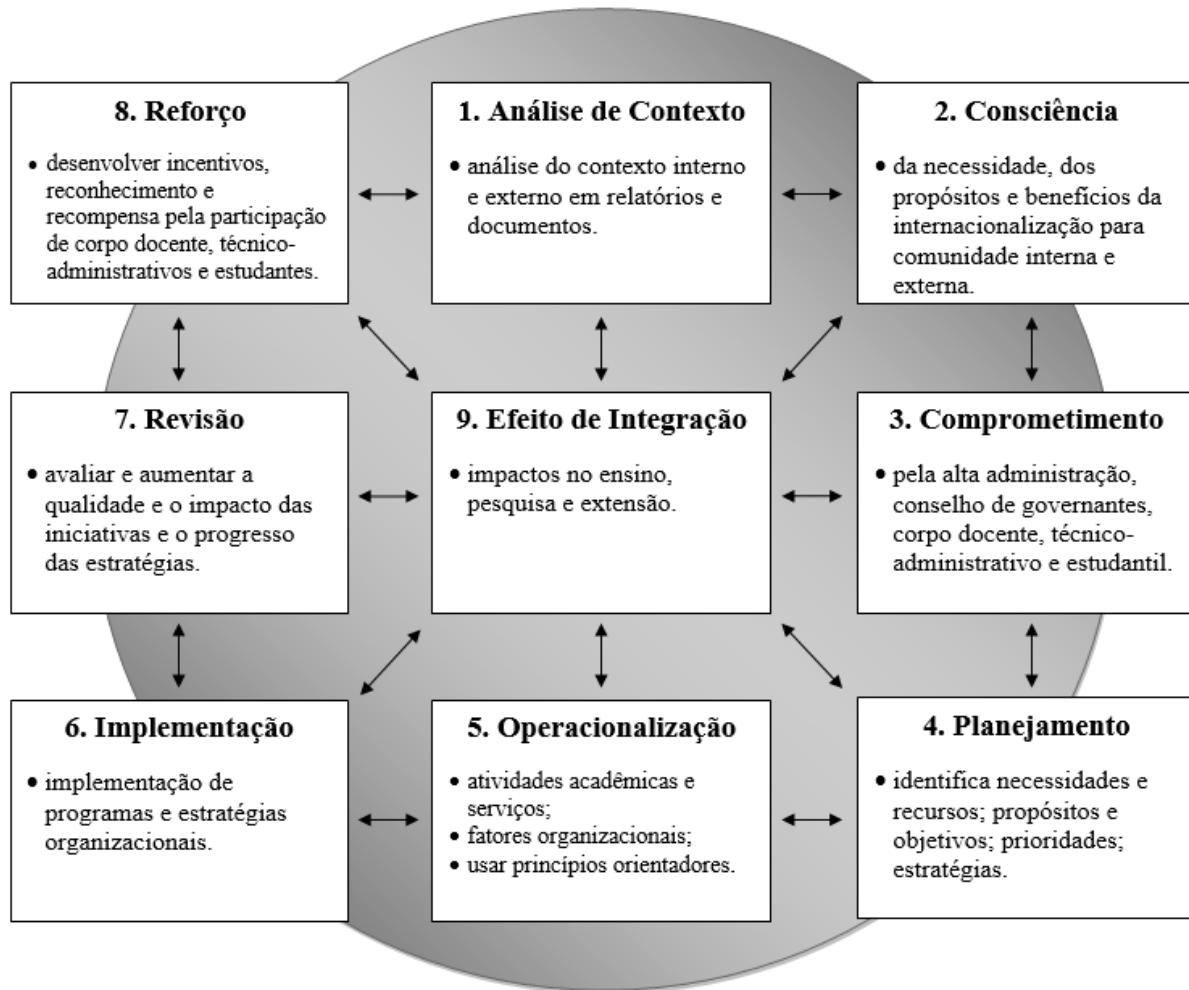


Figura 2 – Versão modificada do Ciclo da Internacionalização
 Fonte: Christino (2013, p. 79 apud DE WIT, 2002).

Acerca do modelo de Knight (1994) e suas repercussões, analisamos que este se apresenta em estreita harmonia com a definição adotada nesta pesquisa onde a mesma autora (2003) concebe a internacionalização como um processo cíclico, o que envolve, necessariamente, esforços contínuos com vistas a planejar, monitorar e avaliar o desenvolvimento de suas atividades em sintonia com as definições, razões e abordagens para internacionalização por parte da IES que realiza esse processo.

Esse modelo tem sido utilizado em dissertações e teses acadêmicas, a exemplo dos trabalhos de Miura (2006) e Christino (2013), no sentido de alcançar uma visão geral do processo de internacionalização em IES. Nesta pesquisa, a versão atualizada e modificada do modelo do Ciclo da Internacionalização de Knight (1994) será adotada com vistas a realizar uma análise do processo de internacionalização em IES baianas.

Adicionalmente, a literatura corrente nos fornece diversas metodologias que propõem não somente o monitoramento e a avaliação da internacionalização em IES, mas um modelo de

internacionalização propriamente dito. Não obstante, esses modelos não são fixos, podendo ser adequados à estrutura, realidade e propósitos de cada instituição.

De forma geral, os modelos de internacionalização são formulados com o intuito de apresentar a importância da adoção de uma política, organizando e relacionando os diversos elementos e participantes que integram a internacionalização da instituição. Sumariamente, os modelos contemplam o máximo de variáveis consideradas no fenômeno da internacionalização e tentam, de maneira geral, montar um esquema quanto às possíveis abordagens, estratégias e revisões do processo de internacionalização da instituição (CHRISTINO, 2013, p. 39).

No nível institucional, pensamos ser esse o caminho mais viável no sentido de reverter as incongruências inerentes ao processo de globalização que, em função das transformações pelas quais vemos atravessar a sociedade pós-moderna com crescente competitividade no âmbito da educação superior, que analisamos haver um movimento de hegemonia, assimetrias e exclusões que vem criando polarizações que se refletem no processo internacionalização, resultando em uma participação apenas reativa passiva por parte das IES localizadas nos países periféricos.

É nessa perspectiva que o monitoramento e avaliação da internacionalização no nível institucional se tornam um recurso estratégico valioso com a finalidade de possibilitar maior consciência e intencionalidade ao processo de planejamento, implementação e revisão das políticas e atividades de internacionalização, evitando que esta seja utilizada com um mero adendo às atividades institucionais, restringindo, dessa forma, seu potencial em termos de benefícios e oportunidades.

Compreendemos até aqui que internacionalizar já não é mais uma opção. Apesar disso, esse é um processo que requer escolhas, intenções, planejamento e comprometimento. Não podemos, entretanto, desconsiderar que, no caso dos países periféricos, a exemplo do Brasil, a própria estrutura e histórico da educação superior representam um desafio ao processo de internacionalização. Contudo, atualmente, fatores como o desenvolvimento das atividades de Internacionalização em Casa, bem como o uso das TIC têm permitido a diminuição das distâncias em todo mundo e, com isso, aberto um leque maior de possibilidades para atuação por parte das IES no sentido de integrar, de forma efetiva, a dimensão internacional às funções e objetivos da educação superior. Resta às IES, portanto, fazer uso dessas tecnologias com vistas a colher, de maneira plena, os frutos (doces) da internacionalização.

3. AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Muito falamos até aqui acerca da internacionalização da educação superior, a raiz do seu surgimento, sua necessidade, conceitos, estratégias e modelos. Mas, afinal, de que forma se materializa a internacionalização? É a partir desse questionamento que esse capítulo se desenvolve. Nele, abordaremos, de forma breve e sem grandes pretensões, alguns dos principais conceitos relacionados às ações de internacionalização no contexto da educação superior.

Dessa forma, o presente capítulo está estruturado em três partes: na primeira, abordaremos a cooperação acadêmica internacional, seus conceitos, natureza e delineamentos na atualidade; na segunda, a Internacionalização em Casa é abordada como um contraponto à visão de internacionalização enquanto um conjunto de atividades envolvendo quase que exclusivamente a mobilidade internacional, apresentando, também, alguns conceitos e implicações; por fim, trazemos uma breve discussão acerca das possibilidades de uso das TIC no contexto da internacionalização, apresentando suas perspectivas e desafios para educação superior.

3.1. Cooperação Acadêmica Internacional

A globalização é causa propulsora da cooperação internacional entre os países onde a atual complexidade das relações nos mais diversos âmbitos impossibilita o isolamento destes. Nessa linha, Souto e Reinert (2004, p. 1) compreendem que “[...] a cooperação internacional é a expressão de um trabalho conjunto entre nações, visando contribuir e operar na busca de objetivos de interesse para todos os participantes envolvidos”. Siufi (2009, p. 124, tradução nossa²⁶), por sua vez, conceitua a cooperação internacional como sendo “[...] a modalidade de relação entre países que buscam um benefício mútuo, e em especial para alcançar um desenvolvimento ótimo de seus cidadãos, o que seria difícil de conseguir em forma isolada”. Já do ponto de vista das agências internacionais, Faria e Costa (2006, p. 177) compreendem a cooperação internacional como “[...] a transferência de recursos materiais, técnicos e humanos dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento” como forma de “[...] tentar solucionar deficiências individuais, a partir do desenvolvimento conjunto das economias e com benefícios equitativamente distribuídos entre as nações envolvidas na cooperação” (ibid., p. 160).

²⁶ Texto original: “[...] *la modalidad de relación entre países que persiguen un beneficio mutuo, y en especial para alcanzar un desarrollo óptimo de sus ciudadanos, que sería difícil de lograr en forma aislada*”.

Diante de tais definições, Siufi (2009) destaca a discrepância entre as definições de cooperação internacional e globalização. Por certo, apesar de estar em sua raiz, a essência do conceito de cooperação internacional é contrária àquele de globalização, onde a competitividade, a necessidade de homogeneização, o mercantilismo e a sobreposição de interesses regem as relações inter e mesmo intranacionais. Nesse sentido, a cooperação internacional visa tapar as brechas de desenvolvimento deixadas pelos processos globalizantes, oportunizando a formação de parcerias e colaborações que viabilizam o crescimento mútuo dos envolvidos.

Mais especificamente no âmbito da educação superior, a cooperação acadêmica internacional, formalizada, dentre outros, através de memorandos de entendimento, convênios e acordos de cooperação entre instituições de ensino entre si ou por meio de agências internacionais, visa estabelecer laços de apoio mútuo entre IES de modo a fortalecer alguma área ou atividades específicas que é o objeto de cooperação. Os termos cooperação acadêmica internacional ou cooperação acadêmica universitária referem-se ao

[...] conjunto de atividades realizadas entre ou por instituições universitárias que, através de múltiplas modalidades, implica uma associação e colaboração nos âmbitos da política e gestão institucional; a formação, a pesquisa, a extensão e a vinculação para o mútuo fortalecimento e a projeção institucional; a melhoria da qualidade da docência; o aumento e a transferência do conhecimento científico tecnológico; e a contribuição à cooperação para o desenvolvimento (SIUFI, 2009, p. 124, tradução nossa²⁷).

A cooperação acadêmica internacional pode se materializar por meio de diversas atividades:

[...] mobilidade de estudantes e funcionários, intercâmbios acadêmicos, desenvolvimento curricular, oferta conjunta de cursos, colaboração em pesquisa, licitação conjunta para projetos de pesquisa e *benchmarking* são as atividades mais comuns que a cooperação institucional pretende realizar (CHAN, 2004, p. 38, tradução nossa²⁸).

²⁷ Texto original: “[...] *el conjunto de actividades realizadas entre o por instituciones universitarias que, a través de múltiples modalidades, implica una asociación y colaboración en los ámbitos de la política y gestión institucional; la formación, la investigación, la extensión y la vinculación para el mutuo fortalecimiento y la proyección institucional; la mejora de la calidad de la docencia; el aumento y la transferencia del conocimiento científico tecnológico; y la contribución a la cooperación para el desarrollo*”.

²⁸ Texto original: “[...] *student and staff mobility, academic exchanges, curriculum development, joint course delivery, research collaboration, joint bidding for research projects, and benchmarking are the most common activities that institutional cooperation intend to accomplish*”.

Evidenciamos, contudo, que a cooperação internacional envolve esforços de acompanhamento permanente de modo a se mostrar efetiva, gerando frutos e benesses para as partes envolvidas. Essa vigilância decorre do perigo que alguns acordos correm de não ultrapassar os limites do papel, tornando-se sem efeitos desde o momento de sua assinatura. Em concordância com Leiro e Rosário (2016, p. 16), defendemos que “os acordos internacionais devem ser vistos como uma oportunidade para a expansão do diálogo científico, evidenciando a importância da produção e da socialização do conhecimento”.

Em outro tópico, Chan (2004), em artigo acerca da teoria e prática de cooperação acadêmica internacional, evidencia que a massificação e mercantilização da educação superior mudou a natureza da cooperação internacional, levando IES a criarem *links* de cooperação que visam, em última instância, a formação de alianças econômicas, políticas e intelectuais, de modo a aumentar seu potencial competitivo. Nisso, observamos uma mudança conceitual nos princípios e práticas de cooperação acadêmica internacional onde, novamente, os valores mercantilistas da sociedade globalizada se sobrepõem à solidariedade e a compreensão de educação enquanto bem público.

Nesse viés, Morosini (2011) apresenta dois modelos de cooperação acadêmica internacional: a Cooperação Internacional Tradicional (CIT) e a Cooperação Internacional Horizontal (CIH). A primeira tem por característica o estabelecimento de relações de competitividade entre as IES. Aqui, “a ênfase é posta nos contatos internacionais e nas atividades que fortalecem as IES, principalmente as de pesquisa e de pós-graduação” (ibid., p. 95). O segundo, em função dos movimentos denunciatórios do crescimento das disparidades acadêmicas entre os países do Norte e os países do Sul, propõe um modelo de cooperação internacional pautado na solidariedade e na consciência internacional, visando o fortalecimento do objeto da articulação, bem como dos atores envolvidos. No que tange ainda a produção do conhecimento científico e tecnológico, a autora subdivide a cooperação acadêmica internacional em Inicial e Avançada. A inicial se dá com os processos de capacitação e formação de recursos humanos no exterior, o que possibilita o estreitamento de relações acadêmicas entre os pares, departamentos e centros de pesquisa. A partir disso, a Cooperação Internacional Avançada pode ocorrer através do estabelecimento de projetos de pesquisa conjuntos onde, de fato, se dá a produção de conhecimentos. No Brasil, a autora relata que os esforços de cooperação internacional estão majoritariamente centrados no tipo inicial:

A cooperação internacional na pós-graduação é gerida basicamente pela Capes/MEC e pelo CNPq/MCT [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação].

Ambas as agências vêm atuando em áreas similares. No CNPq, as atividades de pesquisa estão sendo resgatadas, mas, ainda assim, 60% de seus apoios são destinados a bolsas, ou seja, a capacitação (ibid., p. 98).

Em resumo, a cooperação acadêmica internacional se apresenta como uma estratégia de formação de alianças entre as IES de todo mundo, de modo a possibilitar a colaboração e o desenvolvimento mútuo. No que tange o seu delineamento na atualidade, a cooperação acadêmica internacional vem tomando novas formas, assumindo o papel anti-solidário da competição, afastando-se, assim, de sua essência e causando a necessidade de reavaliação e reorientação das políticas de fomento à educação superior por parte dos organismos e agências nacionais e internacionais.

3.2. Internacionalização em Casa

Trazemos neste tópico a discussão acerca da *Internationalization at Home* (IaH), ou, em português, Internacionalização em Casa, como uma abordagem possível dentro do processo de internacionalização e, mais ainda, considerada atualmente como o segundo pilar interdependente nas conceituações acerca da internacionalização da educação superior (KNIGHT, 2012)²⁹. Esse termo foi desenvolvido por Nilsson (2003, p. 31, tradução nossa³⁰) e por ele conceituado como “[...] qualquer atividade internacionalmente relacionada, exceto a de mobilidade estudantil”. Tal conceito remove, logo no primeiro instante, as dificuldades físicas, financeiras e estruturais inerentes às atividades de mobilidade, causando a necessidade de maior abrangência do conceito de internacionalização para as atividades interculturais dos processos de ensino e aprendizagem, além da reformulação dos currículos.

Knight (2008) adiciona ainda novas dimensões ao conceito da IaH ao incluir uma diversidade de atividades internacionalmente relacionadas a serem realizadas dentro do campus. Entre essas estão: as atividades extracurriculares, o que envolve participação em eventos internacionais e interculturais dentro da instituição, além de vivência em clubes e associações; ligação com grupos culturais/étnicos locais através de programas de estágio, iniciação científica, monitoria, pesquisa, atividades acadêmicas e projetos internacionais em conjunto com IES estrangeiras, além de parcerias com outros setores da sociedade visando ao desenvolvimento de temas e áreas estratégicas.

²⁹ O primeiro seria a internacionalização ‘*abroad*’ ou fora de casa.

³⁰ Texto original: “*Internationalisation at Home is any internationally related activity with the exception of outbound student mobility*”.

Beelen e Leask (2011, p. 5, tradução nossa³¹), por sua vez, definem a IaH como "[...] um conjunto de instrumentos e atividades ‘em casa’ que se concentram no desenvolvimento de competências internacionais e interculturais em todos os estudantes". Nesse conceito, as competências internacionais referem-se aos conhecimentos e habilidades inerentes às relações internacionais, a exemplo das habilidades linguísticas e dos conhecimentos acerca do desenvolvimento político, social e econômico dos países; já as competências interculturais dizem respeito ao desenvolvimento da compreensão, do respeito e da capacidade de construir relações empáticas com pessoas de diferentes nacionalidades, culturas, crenças religiosas, etc. (BEELEN, 2007). A menção ao desenvolvimento de tais competências a ‘todos os estudantes’ é um contraponto às atividades de mobilidade internacional que, por sua vez, oferecem benefícios a um grupo seletivo de estudantes que dispõe dos recursos e suportes necessários para gozar de uma ‘experiência internacional’.

Não obstante, tais conceitos requerem ainda maior abrangência ao destacar a Internacionalização do Currículo, em inglês, *Internationalization of the Curriculum* (IoC), como uma importante vertente da IaH.

A Internacionalização do Currículo é a incorporação de uma dimensão intercultural e internacional ao conteúdo do currículo, bem como aos processos de ensino e aprendizagem e aos serviços de apoio de um programa de estudo. Um currículo internacionalizado envolverá estudantes com pesquisa internacionalmente informada e diversidade cultural e linguística. Desenvolverá propositadamente suas perspectivas internacionais e interculturais como profissionais e cidadãos globais (BEELEN, 2011, p. 9 apud LEASK, 2009, p. 209, tradução nossa³²).

A IoC engloba tanto as atividades formais quanto informais do currículo, compreendendo-o como “[...] um veículo pelo qual elementos epistemológicos e da prática (práxis) podem ser incorporados na vida dos estudantes assegurando que, ao se formarem, estejam prontos para fazer diferença no mundo” (BELLI; HEEMANN; SEHNEM, 2016, p. 2 apud DE WIT; LEASK, 2015). Ambas a IaH e a IoC requerem uma abordagem *top-down*, ou seja, que parte das instâncias superiores da IES e vai até os estudantes, perpassando o planejamento e estrutura organizacional, o programa de aulas e as atividades extracurriculares

³¹ Texto original: “[...] *a set of instruments and activities ‘at home’ that focus on developing international and intercultural competences in all students*”.

³² Texto original: “*Internationalisation of the Curriculum is the incorporation of an intercultural and international dimension into the content of the curriculum as well as the teaching and learning processes and support services of a programme of study. An internationalised curriculum will engage students with internationally informed research and cultural and linguistic diversity. It will purposefully develop their international and intercultural perspectives as global professionals and citizens*”.

correlatas. Da mesma forma, a aplicação de ambos os conceitos de internacionalização depende de questões linguísticas, como a ministração de aulas ou cursos em idiomas estrangeiros, e da presença de estudantes e professores internacionais, tornando possível a universalização da formação internacional e intercultural.

Do ponto de vista institucional, consideramos que é através da diversa gama de possibilidades trazidas pela IaH que as dimensões internacional, intercultural e global são efetivamente integradas aos propósitos, funções e oferta da educação superior, remontando o tão debatido conceito de internacionalização de Knight (2003). Em contraponto às atividades de mobilidade física internacional, concordamos com Leask (2004) quando argumenta que tais atividades por si só não garantem engajamento intercultural e, ainda que esse de fato ocorra, não garantirá que as dimensões internacional, intercultural e global estarão permeando a educação superior em seus mais diversos aspectos. Corroborando com esse argumento, de Wit (2011) aponta a mobilidade internacional como uma das nove ‘misconcepções’ sobre internacionalização da educação superior, defendendo ser questionável a sua desequilibrada e simplista abordagem em termos de estudo ou permanência no exterior. A mobilidade é, para ele, apenas um instrumento para promover a internacionalização.

Não é pretensão desta discussão ignorar ou sequer minimizar a importância e os benefícios advindos dos programas de mobilidade internacional, tanto para o estudante que tem com isso a possibilidade de desenvolver competências globais, internacionais e interculturais (SORIA; TROISI, 2013), como para a instituição/nação/setor que, a depender do tipo e dos propósitos do programa, com o adequado planejamento e controle destas atividades, poderá colher frutos da internacionalização *abroad*. Beelen (2007), inclusive, aponta esta como uma das limitações da IaH:

Um currículo internacionalizado em casa tem uma limitação importante. Não conduzirá a uma imersão de 24 horas por dia em um ambiente internacional, da forma como um período de estudo ou estágio no exterior faz. Os estudantes domésticos, depois de terem sido imersos na universidade internacionalizada, saem, no final do dia, para voltar para suas familiares casas. Eles não falam uma segunda língua o tempo todo como fariam se estivessem no exterior e não são forçados a lidar com circunstâncias desconhecidas. A mobilidade de saída, portanto, continua sendo uma experiência valiosa (ibid., p. 1, tradução nossa³³).

³³ Texto original: “An internationalised curriculum at home has one important limitation. It will not lead to a 24-hours-a-day submersion in an international environment, in the way that a study period or placement abroad does. The domestic students, after having been immersed in the internationalised

Mais ainda, quanto ao conceito de IaH desenvolvido por Nilsson (2003), consideramos desnecessária a completa exclusão das atividades de mobilidade internacional à medida que, em nossa experiência, muitas atividades de IaH têm seu impulso inicial na mobilidade, trazendo a experiência adquirida no exterior para gerenciar atividades *on campus*. Quanto a isso, Beelen (2007) aponta essa exclusão como uma ‘misconcepção’ da IaH, enquanto Beelen e Leask (2011, p. 5, tradução nossa³⁴) chegam a incluir a “mobilidade de saída de curto prazo sob a forma de visitas de estudo ou trabalhos de pesquisa que são um componente obrigatório do currículo” como uma das atividades a serem desenvolvidas pela IaH. Assim, defendemos a integração da mobilidade internacional nas definições de IaH, quando se fizer possível e necessário, não como uma atividade fim, mas como uma atividade meio, tendo como objetivo último a integração da dimensão internacional e intercultural aos objetivos acadêmicos institucionais.

Retomando o conceito mais amplo de IaH, propomos a seguir uma análise acerca do papel que as tecnologias da informação e da comunicação vem desempenhando no sentido de possibilitar a concretização das atividades propostas por este segundo pilar da internacionalização.

3.3. As TIC no contexto da Internacionalização

As TIC no contexto da internacionalização da educação superior vêm possibilitando a diminuição das distâncias, atravessando as fronteiras entre os países ao mesmo tempo em que têm evidenciado desafios, refletindo diretamente na forma como o processo de internacionalização vem se configurando. Na literatura, dispomos de uma crescente coleção de artigos que descrevem experiências positivas com o uso dessas tecnologias com vistas a potencializar a incorporação da dimensão internacional em IES através da oferta, com baixo custo e alta flexibilidade, de novas possibilidades de interação com o ambiente externo.

Para Hénard, Diamond e Roseveare (2012), isso é internacionalização virtual. Os autores argumentam que as TIC têm impulsionado uma reformulação no processo de internacionalização no sentido de realizar uma melhor articulação, contribuindo para uma mudança qualitativa de seus objetivos. A introdução dessas tecnologias com o intuito de estimular o processo de internacionalização requer planejamento, não só do processo em si,

university, leave at the end of the day to go back to their familiar homes. They do not speak a second language all the time as they would if they were abroad, and they are not forced to cope with unfamiliar circumstances. Outgoing mobility therefore remains a valuable experience”.

³⁴ Texto original: “[...] *short-term outgoing mobility in the form of study visits or research assignments that are a component of compulsory curriculum*”.

mas de seu alinhamento com os objetivos institucionais, e clarificação quanto às razões e abordagens para internacionalização no âmbito de cada IES. No contexto atual de grandes transformações em escala mundial, não é mais concebível continuarmos a tratar de internacionalização como um processo meramente reacionário e finalístico. Internacionalizar requer escolhas e é nesse contexto que as TIC contribuem para expandir o leque de opções para as IES.

São diversas as formas de utilização das TIC no sentido de integrar as dimensões internacional e intercultural aos aspectos concernentes à educação, pesquisa e serviços universitários. Atualmente, é possível falarmos em intercâmbio de conhecimento *online* entre instituições de ensino ou grupos colaborativos de qualquer parte do globo; na realização de projetos de pesquisa conjuntos totalmente virtualizados; na construção de redes interativas de trocas através de plataformas *online*. No contexto acadêmico, a utilização das TIC possui ainda potencial para internacionalizar o conteúdo e a abordagem para ensino e aprendizagem nos currículos através da integração de experiências interculturais e temáticas de relevância global, sendo possível a participação virtual em fóruns, conferências, performances culturais, etc. de cunho internacional. Portanto, as TIC agem como facilitadoras – mas não condutoras – dos processos de ensino com interface internacional, dando suporte ao aprendizado intercultural e a aquisição de competências globais (OLIVOS ROSSINI, 2016).

As possibilidades são inúmeras, bem como as vantagens na medida em que as TIC diminuem os riscos de *brain drain*, promovem a democratização do acesso e participação da comunidade acadêmica como um todo, além de possibilitar que as perspectivas da internacionalização e da interculturalidade estejam, de fato, perpassando a educação superior de forma transversal e integrada. O objetivo principal é o de trazer o contexto internacional para ‘casa’ de forma que “[...] todos os estudantes possam agora ser considerados como estudantes internacionais em termos de sua mobilidade virtual” (LEASK, 2004, p. 337, tradução nossa³⁵).

Não obstante, a apropriação das TIC no processo de internacionalização encontra algumas dificuldades, especialmente no que tange a proficiência em línguas estrangeiras por parte do corpo docente e estudantil e ainda as diferenças interculturais que exercem influência no chamado ciberespaço (JORIS; VAN DEN BERG; VAN RYSSSEN, 2003; OLIVOS ROSSINI, 2016). As barreiras linguísticas não são dificuldades próprias da internacionalização virtual; antes, remontam lacunas estruturais da educação brasileira, desde a sua base até os

³⁵ Texto original: “*In this sense, all students can now be considered as international students in terms of their virtual mobility*”.

níveis mais avançados. Quanto a isso, iniciativas governamentais, como o programa Idiomas sem Fronteiras, do Governo Federal, têm buscado avançar na solução de tais problemas. Todavia, apontamos haver ainda espaço para atuação das IES através de programas de extensão com vistas à qualificação linguística das comunidades interna e externa, a exemplo do que vem sendo feito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, em 2015, alcançou o primeiro lugar em termos de melhores iniciativas de ensino de idiomas e de ações de internacionalização³⁶. Porém, mais que isso, argumentamos para a necessidade de políticas públicas continuadas e consistentes que, para além de um adendo às atividades acadêmicas do corpo discente para fins específicos (como a participação em programas de mobilidade, por exemplo), compreendam a formação linguística enquanto parte constituinte do processo formativo dos cidadãos. Já no que diz respeito à barreira da compreensão intercultural, esta é precisamente uma das finalidades em se desenvolver atividades de IaH, requerendo mediação entre as instituições parceiras, com vistas a promover compreensão mútua por parte dos grupos de trabalho, ao passo em que os possíveis conflitos deverão ser vistos enquanto oportunidades para promover a formação multicultural dos envolvidos.

Outra dificuldade é que, apesar da vantajosa diminuição dos custos quando comparado com as atividades de mobilidade internacional, a implantação e efetiva utilização de tecnologias avançadas para mediação do processo de internacionalização não é necessariamente uma opção barata: os custos de pessoal, bem como os pesados investimentos em maquinários, sistemas, redes, etc. (HÉNARD; DIAMOND; ROSEVEARE, 2012) irão exigir seriedade e planejamento, demonstrando, novamente, que esta forma de internacionalização não ocorre sem objetivos claros, além de esforço integrado e comprometimento por parte dos agentes universitários.

Adicionalmente, a internacionalização virtual requer o emprego e uso efetivo e pleno de tecnologias para suporte e avaliação pedagógica (ibid.), o que, a nosso ver, termina por impor uma camada de complexidade ainda maior para as IES que precisam lidar com questões de letramento digital (SABILLÓN; BONILLA, 2015)³⁷ do seu corpo docente e técnico-

³⁶ Disponível em: <<https://www.ufba.br/noticias/ufba-fica-em-1%C2%BA-lugar-em-avalia%C3%A7%C3%A3o-nacional-de-cursos-de-idomas-e-internacionaliza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

³⁷ Para além da leitura e escrita em tela, compreendemos o letramento digital como “uma série de habilidades que o indivíduo possui e com as quais é capaz de identificar, analisar criticamente, criar e compartilhar informações *online* e *offline*, resguardando as normas de segurança e os direitos autorais. Também identifica e utiliza diferentes *softwares* e aplicativos para diferentes tarefas; compreende de multiletramentos. Identifica o *hardware*, os protocolos e os diferentes dispositivos digitais que existem na sociedade, levando essas habilidades às suas práticas sociais, as quais são determinadas pelas necessidades geradas pelo ambiente em que o indivíduo se desenvolve” (SABILLÓN; BONILLA, 2015, p. 9, tradução nossa).

administrativo ao mesmo tempo em que preparam seu quadro estudantil para atuar e interagir de forma plena com o ambiente externo através das TIC. Acrescentemos, ainda, os estranhamentos e medos por parte da comunidade interna para o uso de tais tecnologias.

Em resumo, são desafios que se acumulam à medida que consideramos as inúmeras pressões que têm impactado a educação superior no seio da sociedade pós-moderna, não existindo, contudo, escapatória. “Estamos todos sendo ‘globalizados’”, alerta Bauman (1999, p. 5). Se se negar a seguir os rumos traçados pelo desenvolvimento tecnológico, a educação superior o estará fazendo à custa de sua relevância social e, conseqüentemente, de sua razão para existência.

SEGUNDA PARTE:
O PERCURSO METODOLÓGICO

4. METODOLOGIA

Neste capítulo, serão apresentados os caminhos metodológicos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa de campo tendo em vista o atingimento dos objetivos de pesquisa propostos.

O capítulo está, assim, dividido em cinco partes: na primeira, realizamos a caracterização do estudo, bem como do método de pesquisa a ser utilizado; na segunda parte, delimitamos o universo da pesquisa, apresentando, de maneira breve, cada uma das unidades de estudo; a seguir, apresentamos o modelo proposto para realização da análise do processo de internacionalização nas unidades de estudo selecionadas; na quarta parte, definimos as técnicas de pesquisa a serem utilizadas para a coleta de dados; por fim, na quinta parte, explicitamos nossas estratégias para a análise dos dados obtidos durante a pesquisa empírica.

4.1. Classificação e Métodos de Pesquisa

Com base nas várias taxonomias dos tipos de pesquisa descritas por Silveira e Córdova (2009), este trabalho se classifica segundo dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, em consonância com os objetivos para realização deste trabalho, esta pesquisa se caracteriza como sendo de natureza exploratória de cunho qualitativo. Classificamos o estudo em exploratório haja vista o pouco conhecimento acerca do fenômeno da internacionalização da educação superior em IES baianas, bem como pela necessidade e desejo de avançar na compreensão dessa temática, contribuindo para sua maior visibilidade. Por sua vez, as pesquisas qualitativas se caracterizam, conforme explanam Bogdan e Biklen (1994, p. 16), como estudos que “privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação”. Dessa forma, os significados são de vital importância neste tipo de investigações, tendo em vista que o foco central da pesquisa qualitativa está sobre as representações, experiências e interpretações que os sujeitos da investigação fazem acerca de um determinado fenômeno (ibid.). “Esse tipo de abordagem, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos particulares, propicia a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14).

Quanto aos meios, esta pesquisa fará utilização do método de estudo de caso múltiplo (comparativo). As pesquisas denominadas de ‘estudo de caso’ são, conforme explicam Cohen,

Manion e Morrison (2007, p. 253, tradução nossa³⁸), “[...] um estudo de uma instância em ação”. Tais estudos são valorizados por possibilitarem uma melhor compreensão de circunstâncias da vida real, para além dos princípios e teorias abstratas, de modo a tornar possível a compreensão de que teoria e prática se complementam formando um todo. Esse método será aqui utilizado, conforme argumenta Yin (2001), como uma estratégia de pesquisa abrangente que visa lidar com condições contextuais que são pertinentes para a compreensão do fenômeno de estudo. Segundo o autor, esse procedimento pode ser aplicado a um único caso ou, ainda, a casos múltiplos, sendo, nesse último caso, apenas duas variantes dos projetos de estudo de caso. Dessa forma, destacamos que os estudos comparativos permanecem dentro da mesma estrutura metodológica de estudos de caso, com a ressalva de que “as provas resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto” (ibid., p. 68).

Adicionalmente, o aprofundamento da revisão de literatura que deu embasamento à esta pesquisa foi realizado através do levantamento de referências teóricas, nacionais e estrangeiras, publicadas por meios escritos e eletrônicos em livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos que versam sobre temas diversos relacionados à educação superior de modo geral, à globalização, em especial no contexto da educação superior, e às temáticas envolvendo o processo de internacionalização da educação superior.

4.2. Unidades de Estudo

Para emprego do método de pesquisa determinado, considerando a limitação de tempo para execução deste trabalho, delimitamos o universo desta pesquisa à duas instituições de ensino superior baianas com sede em Salvador, a saber: a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Esclarecemos que a opção por duas instituições públicas de ensino superior para realização deste estudo se justifica na medida em que os *rationales* econômicos para internacionalização, no caso das instituições privadas de ensino, poderiam, a nosso ver, representar diferenças irreconciliáveis para fins de uma análise comparativa da forma como o processo de internacionalização vem se configurando no estado da Bahia. Além disso, o critério para seleção das unidades de estudo baseou-se na facilidade de acesso aos atores desta pesquisa, em especial, para realização da fase de coleta de evidências, já que os contatos profissionais

³⁸ Texto original: “[...] *It is ‘the study of an instance in action’*”.

desta pesquisadora no âmbito das relações internacionais em instituições de ensino superior baianas foram utilizados para fins de agendamento das entrevistas (vide item 4.4).

A seguir, apresentamos, de maneira breve, cada uma das unidades de estudo selecionadas.

4.2.1. A Universidade Federal da Bahia

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma instituição pública de ensino superior de regime jurídico autárquico, mantida pelo Governo Federal e vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Fundada em 1808, a instituição teve seu início como a então Escola de Cirurgia da Bahia com o primeiro curso universitário do Brasil (UFBA, 2017a). Constituída oficialmente em universidade pelo Decreto nº 62.241 de 8 de fevereiro de 1946, a instituição atualmente possui sede em Salvador com 31 Unidades Universitárias e 3 campi. Atualmente, a instituição conta com 99 cursos de graduação, 122 cursos de pós-graduação *stricto sensu* entre mestrados profissionais e acadêmicos e doutorados, além de 501 grupos de pesquisa (UFBA, 2015a).

A UFBA possui em sua estrutura Conselhos Superiores, Administração Central, Órgãos Estruturantes, Unidades Universitárias, além de outros órgãos. Sua Administração Central é composta por 1 (uma) Reitoria, 8 (oito) Pró-Reitorias, 5 (cinco) Superintendências, 3 (três) Assessorias, 1 (uma) Ouvidoria e (1) um Serviço de Informação ao Cidadão, conforme o organograma a seguir:

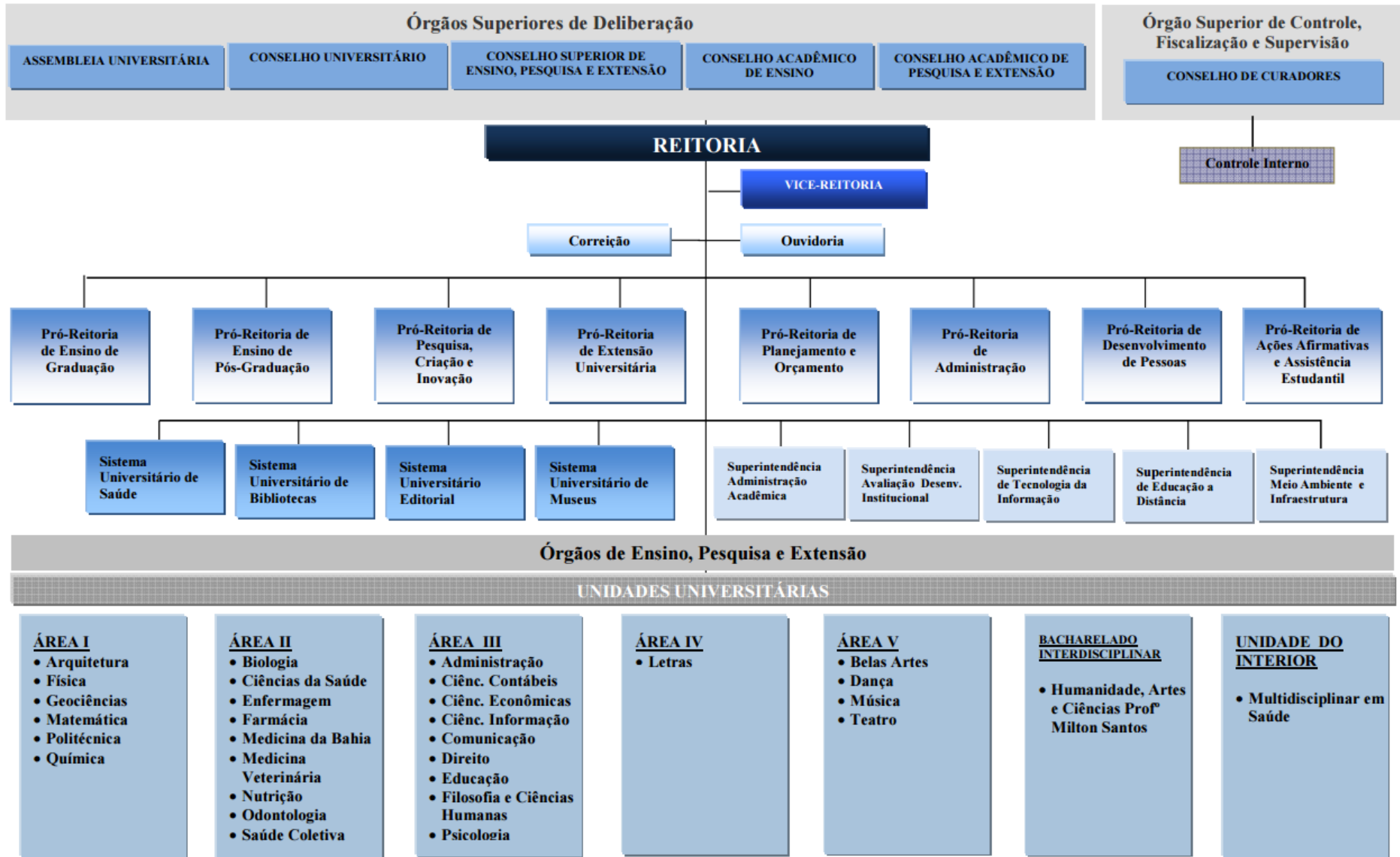


Figura 3 – Organograma da UFBA
Fonte: UFBA (2015b).

O órgão responsável pela execução das estratégias de internacionalização, bem como pela formalização de parcerias internacionais nesta instituição é a Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI), órgão da Administração Central que atua com a prospecção e promoção de convênios de cooperação internacional com vistas a possibilitar o intercâmbio de sua comunidade interna, bem como o desenvolvimento de outras atividades de natureza técnico-científica. A AAI tem como objetivos:

- Induzir e promover a internacionalização discente, docente e técnica com instituições estrangeiras, através de intercâmbios, cursos, eventos, bolsas de estudos, estágios (remunerados ou não);
- Viabilizar, em parceria com outros setores da Universidade, a concretização de acordos de cooperação bilaterais ou multilaterais com instituições estrangeiras;
- Prospectar, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais;
- Gerenciar programas de intercâmbio acadêmico UFBA/universidades no exterior e universidades no exterior/UFBA;
- Divulgar oportunidades acadêmicas internacionais junto à comunidade interna e externa da UFBA;
- Realizar missões em instituições estrangeiras de ensino superior e de pesquisa;
- Recepcionar missões de instituições do exterior em visita à UFBA (AAI-UFBA, 2017).

O órgão conta com uma Assessora e uma Assessora Adjunta para Assuntos Internacionais, uma Coordenadora de Relações Internacionais, uma Coordenadora de Intercâmbio Estudantil, um Tradutor e Intérprete de Língua Inglesa e 3 (três) Técnicos de Intercâmbio Estudantil, conforme representado na figura a seguir:

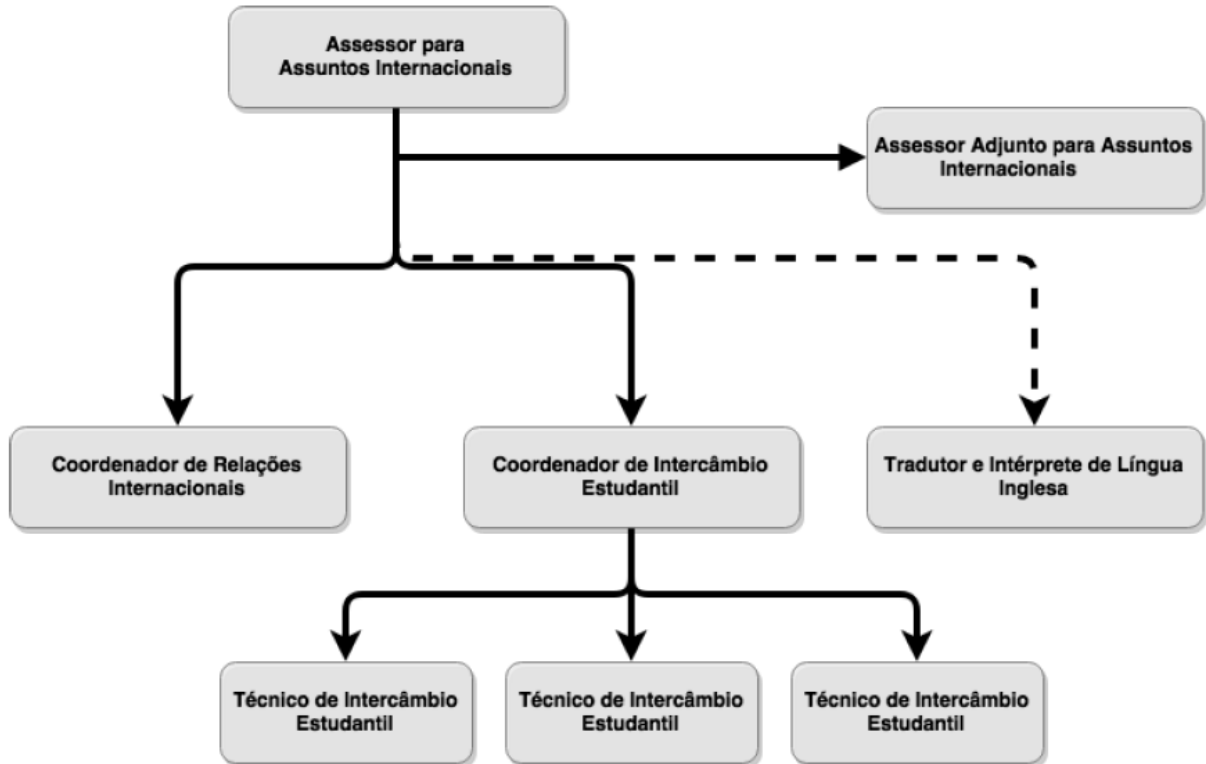


Figura 4 – Organograma da AAI/UFBA
 Fonte: Aquino (2016).

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012-2016, a ampliação da internacionalização é dita como uma das mais importantes estratégias propostas, “tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto para a formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade” (UFBA, 2012, p. 37). Para tanto, o documento baliza suas ações de internacionalização em consonância com os objetivos do Programa CsF, formulando, desta forma, propostas para política de internacionalização da instituição. Dentre essas, a ampliação da mobilidade internacional, a cooperação entre grupos de pesquisa da UFBA com os de IES e centros de pesquisa estrangeiros, bem como o desenvolvimento de competências linguísticas traduzem os objetivos de internacionalização desta instituição.

No âmbito da Cooperação Internacional em 2014, a UFBA realizou 19 convênios internacionais, renovou 10 convênios já existentes, realizou nove (9) convênios de cotutela e 25 missões internacionais entre envio e recepção de missões (UFBA, 2015a). Atualmente, detectamos no sítio da AAI a existência de 325 acordos/convênios de cooperação com parceiros em todos os continentes (AAI-UFBA, 2017) em 50 países.

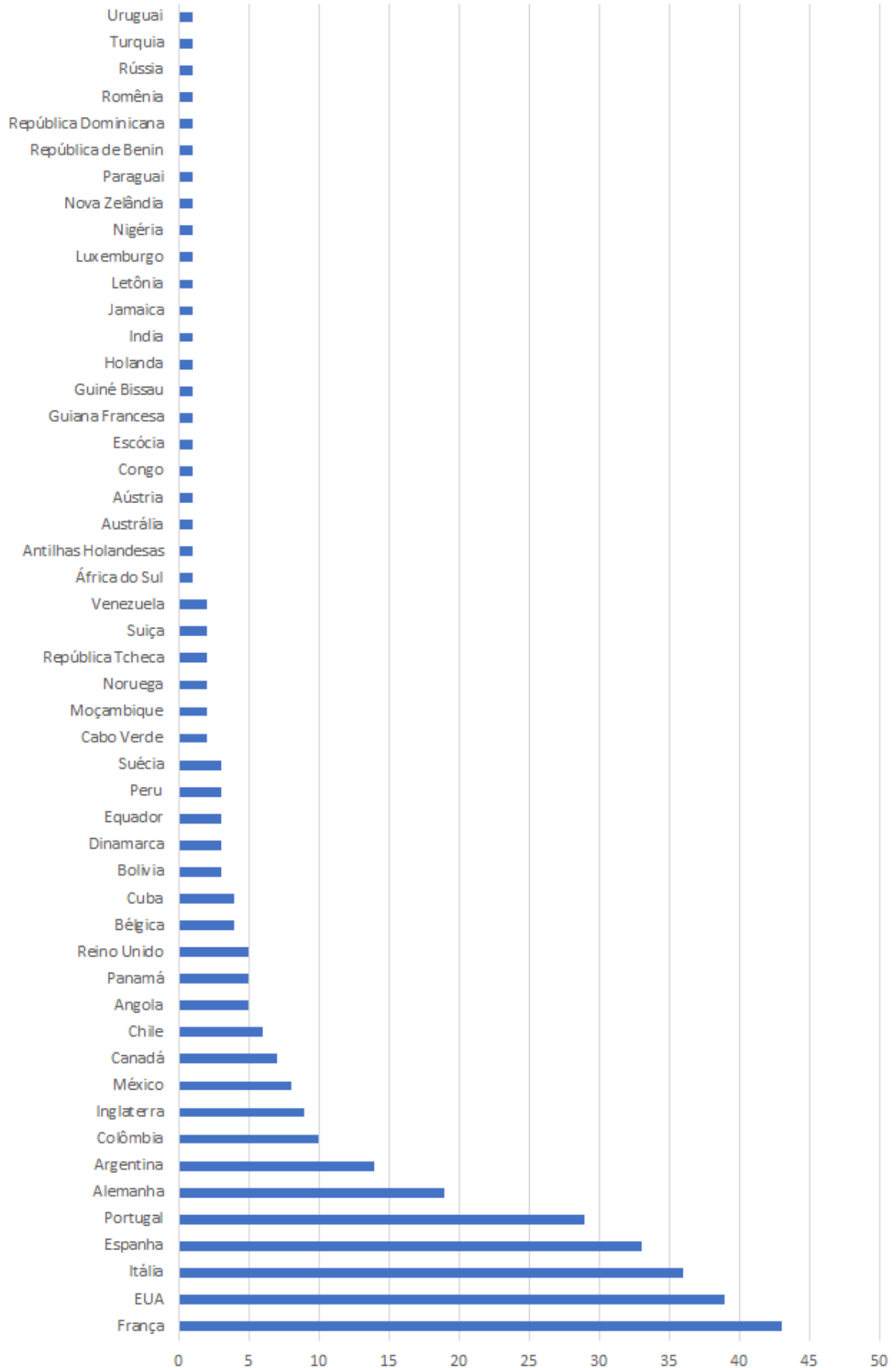


Gráfico 1 – Quantitativo, por país, de Acordos de Cooperação Internacionais firmados pela UFBA até 2017
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados da AAI-UFBA (2017).

Adicionalmente, em 2015, durante o ‘I Encontro Internacional do Programa Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e Multilinguismo’ do Ministério da Educação, a UFBA ficou em primeiro lugar em uma avaliação nacional das melhores iniciativas de ensino de idiomas e de ações de internacionalização no âmbito das universidades brasileiras (UFBA, 2017a).

4.2.2. A Universidade do Estado da Bahia

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma instituição pública de ensino superior de característica autárquica, criada pela Lei Delegada nº 66, de 1º de junho de 1983 e reestruturada pela Lei Estadual nº 7176, de 10 de setembro de 1997. Mantida pelo Governo do Estado da Bahia através de sua Secretaria da Educação, a UNEB é considerada a maior instituição pública do Estado da Bahia. Possui estrutura multicampi com presença geográfica em todas as regiões do Estado e sedes em 23 municípios baianos. Além disso, a UNEB está presente em aproximadamente 417 municípios do estado através de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas.

A instituição dispõe, atualmente, de mais de 150 opções de cursos presenciais e a distância, distribuídos nos níveis de graduação e pós-graduação e, este último, disponível nas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu* (UNEB, 2017a; 2012).

Sua estrutura organizacional é compreendida por 3 (três) órgãos deliberativos da Administração Superior, 1 (uma) Reitoria, 11 (onze) Pró-Reitorias e 5 (cinco) Secretarias Especiais e 2 (duas) Assessorias. Em seu sítio institucional, o organograma da UNEB é apresentado conforme segue.

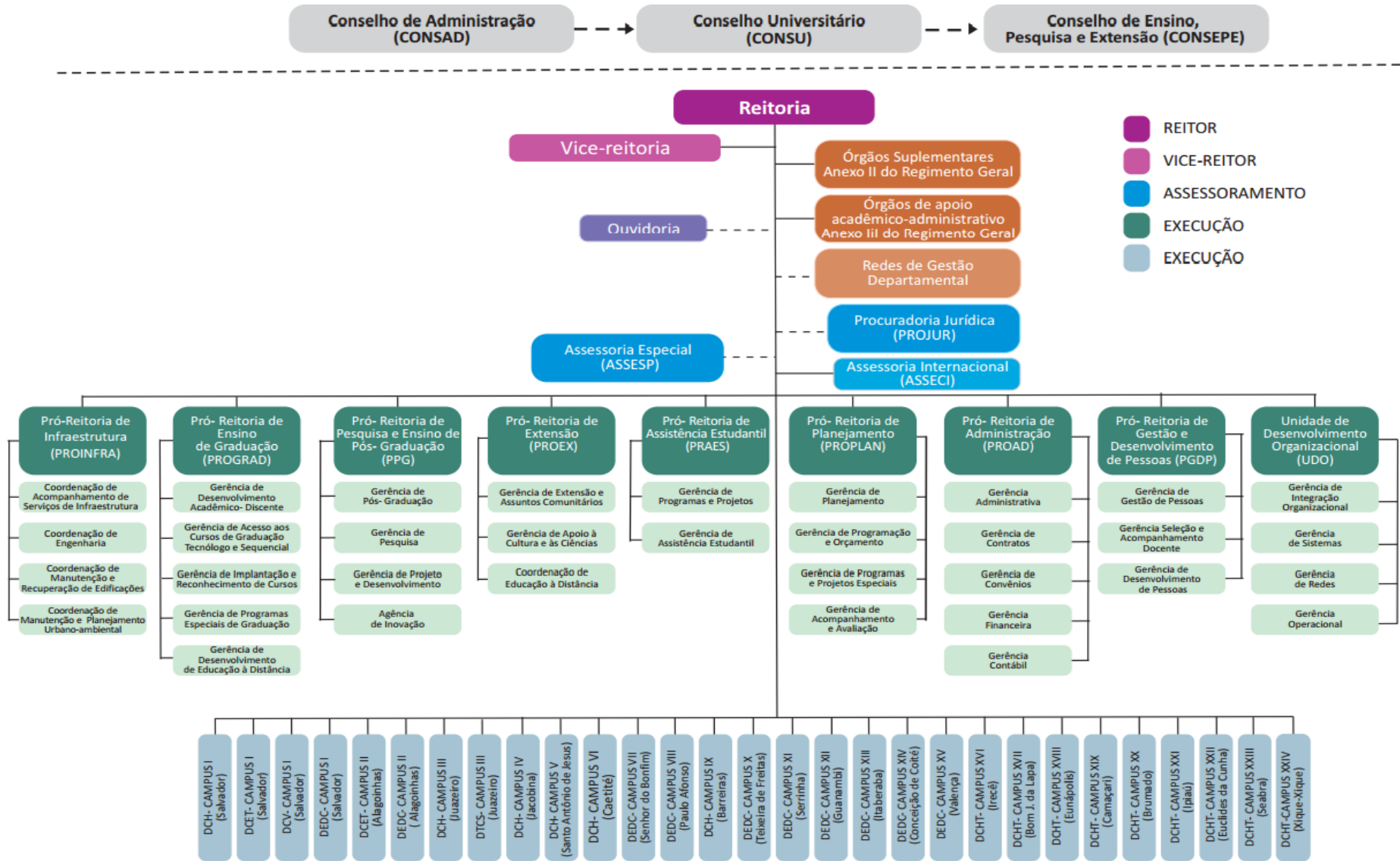


Figura 5 – Organograma da UNEB
Fonte: UNEB (2013b).

Recentemente, a partir do novo projeto de gestão ‘UNEB Democrática e de Qualidade 2014 – 2017’, surge a Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT) da UNEB, substituindo a Assessoria para Cooperação Internacional (ASSECI) com a missão de “criar e fomentar a política de internacionalização da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, através de cooperação e intercambio científico, tecnológico, cultural e acadêmico” (UNEB, 2017a, n.p.). A SERINT é, então, incumbida do objetivo de fomentar essa política “através das relações de cooperação, mobilidade e intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico com outros países, atendendo ao PDI e ao Plano da nova gestão” (UNEB, 2017a, n.p.).

A SERINT conta com uma Secretária Especial de Relações Internacionais, uma Secretária e uma Assessora de Relações Internacionais, uma Coordenação de Mobilidade Estudantil, 2 (dois) membros da equipe e 7 (sete) estagiários. O órgão está estruturado conforme as seguintes linhas de ação:



Figura 6 – Linhas de ação da SERINT/UNEB
Fonte: UNEB (s.d.).

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2013 – 2017, a UNEB reconhece a importância do desenvolvimento das ações e políticas de internacionalização ao considerar que estes têm sido importantes fatores nas avaliações acerca da qualidade da educação por partes dos órgãos oficiais, assim como ao enfatizar que “a internacionalização é fator extremamente relevante para a oxigenação das relações universitárias no mundo globalizado” (UNEB, 2013a, p. 37). Nisto, a instituição reafirma seu compromisso com o fortalecimento das ações e o fomento da política de internacionalização através do engajamento com programas governamentais de internacionalização, especialmente nas áreas de mobilidade e cooperação internacional.

Atualmente, detectamos 39 acordos/convênios de cooperação internacional em seu sítio institucional, com parceiros em 14 países espalhados pela América do Sul, América Central e América do Norte, além da Europa e África (UNEB, 2017a).

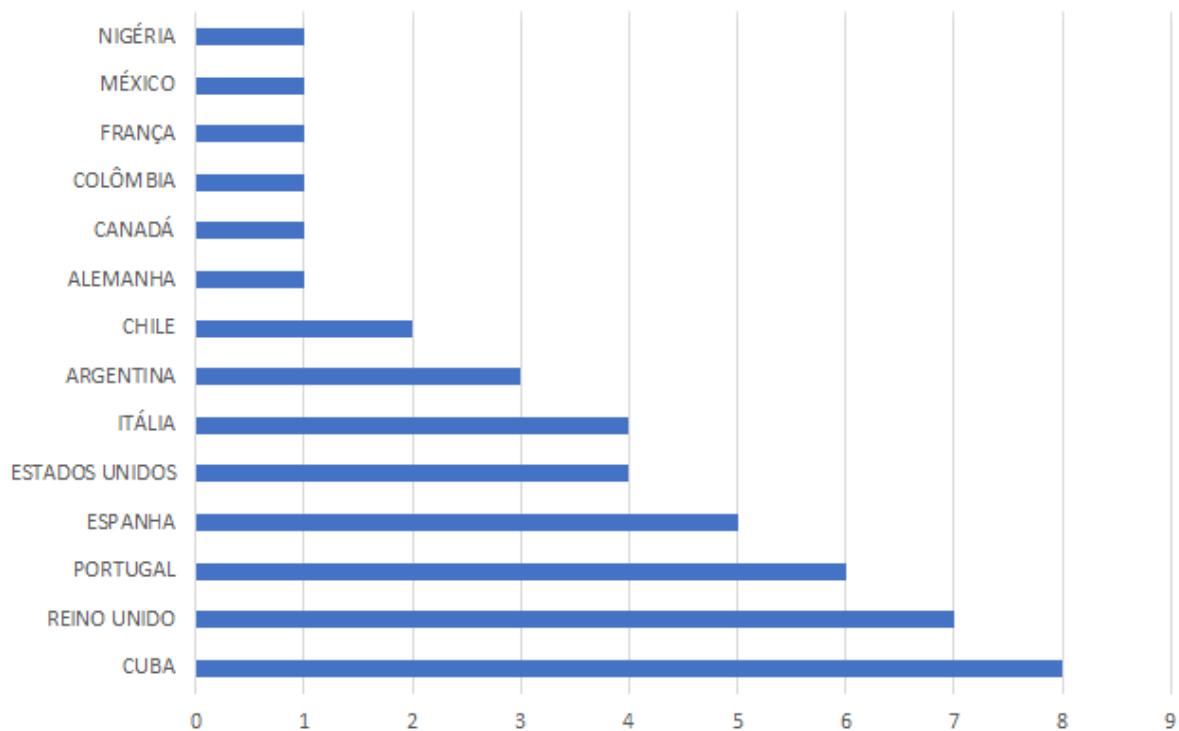


Gráfico 2 – Quantitativo, por país, de Acordos de Cooperação Internacionais firmados pela UNEB até 2017
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados da UNEB (2017a).

Ao realizarem um estudo diagnóstico dos acordos de cooperação firmados pela UNEB, Leiro e Rosário (2016, p. 12) analisam que, “do ponto de vista da gestão universitária, o quadro relativo ao processo de internacionalização revela-se ainda precário, com flagrante falta de estrutura técnico-administrativa e diminuto quadro de pessoal”. Relativamente aos acordos existentes, os analisam a existência de diferentes interesses: promoção de “atividades acadêmicas, científicas, culturais, tecnológicas e de inovação, com o compartilhamento de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos e ações” (ibid., p. 13). Os autores nos fornecem, ainda, informações do ano de 2016 acerca da existência de 2 (dois) acordos de cotutela em curso através do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), a realização de 7 (sete) missões oficiais para assinatura de acordos protocolares e o ingresso de 8 (oito) estudantes estrangeiros – 4 (quatro) com matrícula regular e 4 (quatro) com matrícula especial – no PPGEduC.

4.3. O Modelo do Ciclo da Internacionalização

Embora possamos observar na literatura diversos modelos que propõem a internacionalização da educação superior, optamos, com vistas a alcançar os objetivos desta pesquisa, pela elaboração de um modelo de internacionalização com base nos modelos de

Knight (1994) e de Christino (2013) e sua modificação em função das categorias de análise selecionadas para a realização deste trabalho. Propomos, dessa forma, a utilização desse modelo, apresentado como segue, como uma estratégia para realização da análise do processo de internacionalização nas unidades de estudo selecionadas.



Figura 7 – Versão personalizada do Ciclo da Internacionalização

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nos modelos de Knight (1994) e Christino (2013).

Em nosso modelo, comparativamente à versão modificada do Ciclo da Internacionalização de Knight (CHRISTINO, 2013, p. 79 apud DE WIT, 2002), as dimensões Revisão e Reforço foram suprimidas por não se enquadrarem aos objetivos de pesquisa aqui propostos. A categoria Implementação também foi retirada por compreendermos que esta será contemplada na dimensão Operacionalização, na qual ocorre a materialização das políticas e estratégias institucionais. Da mesma forma, a categoria Efeito de Integração foi retirada em função do pouco tempo para realização desta pesquisa e, conseqüentemente, pela impossibilidade de analisarmos tal categoria em toda sua extensão e completude. Por fim, as

categorias Razões e Abordagens foram adicionadas com base no modelo elaborado por Christino (2013).

Cada dimensão deste modelo é explicada conforme segue:

1. **Análise do Contexto:** são investigados os fatores internos e externos que influenciam o processo de internacionalização das instituições em relatórios e documentos, bem como pela perspectiva dos colaboradores desta pesquisa³⁹;
2. **Conscientização:** é investigado, pela perspectiva dos colaboradores desta pesquisa, sua compreensão acerca da necessidade, dos propósitos, dos impactos e dos benefícios da internacionalização;
3. **Razões:** são investigadas as justificativas institucionais para o desenvolvimento das atividades do processo de internacionalização (razões políticas, acadêmicas, econômicas e culturais, etc.);
4. **Abordagens:** é investigada a maneira pela qual os colaboradores desta pesquisa tratam a implementação da internacionalização de acordo com suas prioridades, cultura, história, política e recursos.

A abordagem pode ser classificada dentro de uma variação entre a internacionalização proativa (existência de uma política ou estratégia explícita), internacionalização reativa ou passiva (resposta a fatores externos), internacionalização oculta (as atividades são realizadas por indivíduos, que podem ser o pessoal de apoio ou os estudantes, sem apoio oficial ou institucional) e a ausência de internacionalização (caracterizada pela falta de ações ou pela falta de vontade em realizá-las) (CHRISTINO, 2012, p. 73).

5. **Comprometimento:** é investigado o compromisso dos colaboradores desta pesquisa no sentido de verdadeiramente integrar e institucionalizar a dimensão internacional às funções da universidade, bem como o comprometimento em termos de financiamento, atitudes, etc.;
6. **Planejamento:** são investigados os fundamentos das políticas e planos estratégicos institucionais voltados ao processo de internacionalização e como se dá, em tais documentos, a clarificação das razões, objetivos e interesses para internacionalização, assim como a disponibilização de recursos para tais atividades;

³⁹ Conforme será explanado a seguir, os colaboradores desta pesquisa foram os agentes chave das IES investigadas que estão diretamente envolvidos no processo de internacionalização, incluindo gestores de relações internacionais, reitores e pró-reitores.

7. Operacionalização: é investigada a implementação dos objetivos e estratégias estabelecidos no planejamento da internacionalização, bem como as prioridades institucionais.

Esclarecemos, por fim, que, embora o modelo original de Knight (1994) e sua posterior atualização (CHRISTINO, 2013 *apud* DE WIT, 2002) tenham sido propostos enquanto uma metodologia para monitoramento e avaliação do processo de internacionalização em IES, nesta pesquisa, o emprego dessa metodologia de análise não se destinará a tais fins. Antes, sua aplicação se apresenta como uma estratégia para alcance do objetivo aqui proposto, a saber, a realização de uma análise do processo de internacionalização em instituições de ensino superior do estado da Bahia.

4.4. Coleta de Dados

Para a etapa de coleta de evidências, fizemos uso das seguintes técnicas de pesquisa:

- 1) Análise de documentos institucionais e registros em arquivos físicos e eletrônicos;
- 2) Entrevistas semiestruturadas com agentes chave das IES investigadas que estão diretamente envolvidos no processo de internacionalização, incluindo gestores de relações internacionais, reitores e pró-reitores.

As entrevistas foram utilizadas como estratégia principal de coleta de evidências visando desvelar e interpretar os sentidos que os entrevistados atribuem ao fenômeno da internacionalização em suas instituições, bem como as práticas e acontecimentos relativos a este fenômeno. Esta técnica é, conforme explicam Amado e Ferreira (2013), uma ferramenta poderosa de recolha de informações na medida em que é capaz de captar emoções e necessidades inconscientes através da transferência de informações de uma pessoa para outra.

Metodologicamente, a condução das entrevistas do tipo semiestruturadas requer muito planejamento como forma de se estabelecer os objetivos gerais e específicos do que se busca compreender com a entrevista e, a partir disto, traçar a melhor estratégia para chegar aos objetivos desejados (AMADO; FERREIRA, 2013). Nesse sentido, os roteiros de entrevista foram elaborados em estreita consonância com os objetivos propostos para esta pesquisa. Da mesma forma, a condução dessa técnica requer o estabelecimento de uma relação de confiança com o entrevistado, esclarecendo-lhe os objetivos e os quadros de referência da pesquisa (*ibid.*). Para tanto, justificamos que a aproximação profissional da pesquisadora com os agentes da área nas instituições estudadas atuou como um facilitador para execução desta pesquisa,

viabilizando o agendamento das entrevistas e contribuindo para a criação de um ambiente favorável à coleta de informações.

Para esta fase, o número de colaboradores selecionados em cada unidade de estudo deu-se em função da proximidade e relação com a gestão da internacionalização universitária, a disponibilidade dos colaboradores em participar da pesquisa, bem como pelo prazo para execução deste estudo. Desse modo, no caso da UFBA, foram quatro (4) os entrevistados, a saber: o Reitor, o Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação, a Coordenadora de Relações Internacionais e o Colaborador X, estes últimos ambos da AAI. O Colaborador X optou por não ter seu cargo identificado, razão pela qual lhe foi dado um codinome. Os demais colaboradores serão identificados por seus respectivos cargos, conforme autorização expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) constante no Apêndice D desta pesquisa.

No caso da UNEB, foram dois (2) os entrevistados, a saber: a Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação e Secretária Especial de Relações Internacionais. Em tempo, esclarecemos que diversos contatos foram realizados na tentativa de colher os depoimentos do Reitor e demais funcionários da SERINT, todos sem sucesso.

Nesse sentido, 3 (três) roteiros de entrevista foram elaborados: o primeiro (Apêndice A) destinado aos Reitores; o segundo (Apêndice B), aos Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação de cada instituição; e o terceiro (Apêndice C), aos respectivos Gestores de Relações Internacionais. Em ambas as unidades de estudo, as Pró-reitorias de Pesquisa e de Pós-graduação se concentram na pessoa de um único Pró-reitor, razão pela qual ambas as áreas foram contempladas em apenas um roteiro de entrevista. No caso da UFBA, embora disponha de uma Pró-reitoria de Ensino de Pós-Graduação, esta é liderada pelo Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação, conforme pode ser observado no sítio da Pró-reitoria⁴⁰.

As entrevistas ocorreram entre os meses de junho e agosto de 2017, sendo todas elas conduzidas pessoalmente por esta pesquisadora. Com a devida ciência e permissão dos colaboradores, todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise. As entrevistas tiveram de 0h18min a 2h30min de duração, tendo tal variação em decorrência da disponibilidade de tempo de cada entrevistado, perfazendo um total de 6h40min de entrevistas.

Com referência aos cuidados éticos para execução desta pesquisa, foram entregues, individualmente, a todos os colaboradores, o TCLE com detalhamentos acerca da natureza da

⁴⁰ Pró-reitoria de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<http://www.propg.ufba.br/equipe>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

pesquisa. Com isso, objetivamos assegurar os envolvidos acerca do comprometimento da pesquisadora com o objeto de estudo, bem como do caráter ético deste estudo. Da mesma forma, enviamos a todos os colaboradores a transcrição dos áudios de suas respectivas entrevistas como forma de possibilitar a correção, edição e/ou refinamento de suas falas, de modo que, nestes casos, a análise dos dados recaiu sobre a versão corrigida das entrevistas. Nos comprometemos, ainda, a possibilitar o retorno dos resultados e das considerações desta pesquisa para as instituições envolvidas de forma a possibilitar sua utilidade no que tange a ampliação de seus processos de internacionalização.

Por fim, a análise de documentos e registros foi utilizada como estratégia complementar de coleta de dados para o desenvolvimento desta pesquisa à medida que, em concordância com Flick (2009, p. 234), “os documentos representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos”. Em outras palavras, os documentos têm potencial para contextualizar as informações já obtidas nas entrevistas, podendo oferecer análises que vão além das perspectivas fornecidas pelos entrevistados, possibilitando, desta forma, maior fundamentação para a análise global das evidências coletadas.

Desse modo, documentos disponíveis em arquivos de domínio público foram coletados, a saber: informações constantes nos sites institucionais, nos planos de desenvolvimento institucionais vigentes, bem como em relatórios de gestão e em planos de metas, ambos relativos ao último exercício disponível (ano de 2016). Esclarecemos, ainda, não ter sido possível acessar as políticas de internacionalização, uma vez que, em ambas a UFBA e a UNEB, esse documento não se encontra disponível.

4.5. Análise de Dados

Logo após cada atividade individual de coleta de evidências, prosseguimos à organização das informações coletadas nas entrevistas e nos documentos institucionais. Em seguida, prosseguimos à análise dos dados obtidos o que, para Bogdan e Biklen (1994), implica em uma tarefa analítica de interpretar e tornar compreensíveis as informações que foram construídas em campo. Essa análise abrange diversas fases que “[...] envolvem o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros” (ibid., p. 205). O desenvolvimento desta tarefa pode ocorrer mediante diversas perspectivas e tradições disciplinares (AMADO; FERREIRA, 2013), o que

poderá revelar diferentes técnicas para organização, classificação e codificação das informações coletas, a depender de sua natureza e objetivos.

Dessa forma, em consonância com os objetivos e natureza desta pesquisa, o princípio da análise qualitativa de conteúdo foi utilizado como estratégia para o exame minucioso dos dados coletados, buscando “desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214). Para Amado e Ferreira (2013), o uso dessa metodologia de investigação científica requer rigor no que diz respeito a um conjunto de passos que deverão ser seguidos no sentido de conferir-lhe a validade necessária. Nesta pesquisa, o uso dessa técnica se justifica na medida em que buscamos, para além da descrição sistemática dos conteúdos expressos, inferir os significados que estão ocultos ao discurso dos entrevistados, visando compreender a forma como tem se dado o processo de internacionalização da educação superior por meio da percepção dos gestores acerca desse fenômeno.

Para dar prosseguimento ao processo de análise de conteúdo, os dados brutos foram organizados em categorias de codificação, conforme aquelas previamente delineadas pelo modelo proposto nesta pesquisa (ver item 4.3), o que permitiu a descrição precisa das características relevantes do conteúdo (AMADO; FERREIRA, 2013). Para Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014, p. 16) as categorias “são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado”. Para fins deste trabalho, esclarecemos que a utilização de um sistema de categorias prévio não excluiu a possibilidade de que novas categorias surgissem de modo indutivo no decorrer do processo de análise de dados. Em seguida, recorreremos à classificação e a agregação dos dados dentro das categorias levantadas para, então, dar prosseguimento às inferências e interpretações que foram inter-relacionadas ao quadro teórico construído nesta pesquisa. Conforme explicam Amado e Ferreira (2013, p. 341 *apud* RODRIGUES, 2002), a fase interpretativa é o momento mais importante e crucial para o pesquisador já que este se traduz na “passagem do ‘paradigma da autoridade do texto’ para o ‘paradigma da autoridade do leitor’”.

TERCEIRA PARTE:

O ESTUDO DE CASO

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentaremos e analisaremos comparativamente os resultados obtidos na pesquisa de campo à luz das discussões teóricas desenvolvidas na primeira parte deste estudo. A opção por incluir, ao longo da apresentação dos resultados, nossa interpretação dos dados se justifica em vista da significativa quantidade de categorias de análise e de dados, o que poderia ocasionar em consultas frequentes entre capítulos, caso decidíssemos por separar a interpretação e a análise dos dados em capítulos distintos.

A coleta de evidências, bem como as categorias de análises levantadas tiveram por base a versão personalizada do modelo do Ciclo da Internacionalização de Knight (1994) e Christino (2013), conforme apresentado no item 4.3 desta pesquisa.

Este capítulo fica, então, dividido em 7 (sete) partes, conforme as categorias de análise utilizadas para a coleta de dados, a saber: (1) a análise do contexto sob o qual se desenvolve o processo de internacionalização nas IES estudadas; (2) a conscientização acerca da necessidade, dos propósitos, dos benefícios e obstáculos da internacionalização para essas IES; (3) as razões e (4) abordagens para o desenvolvimento do processo de internacionalização; (5) o comprometimento por parte da alta administração, corpo docente, técnico-administrativo e estudantil da instituição; (6) o planejamento do seu processo de internacionalização; e (7) a operacionalização das ações estabelecidas no planejamento da internacionalização.

Esperamos, desta forma, atingir os objetivos específicos enunciados na introdução desta pesquisa, quais sejam:

- a) Investigar o contexto sob o qual tem se desenvolvido o processo de internacionalização da educação superior nas duas IES baianas elegidas para este estudo;
- b) Analisar a consciência e o comprometimento dos gestores institucionais relativamente ao seu processo de internacionalização;
- c) Identificar e analisar as razões e abordagens para internacionalização nas IES estudadas;
- d) Compreender os fundamentos das políticas e planos estratégicos institucionais voltados ao processo de internacionalização nas IES estudadas;
- e) Analisar as ações que estão sendo realizadas nessas IES para operacionalização das estratégias de internacionalização.

5.1. Análise do Contexto

Relativamente ao contexto no qual se desenvolve o processo de internacionalização em instituições de ensino superior no cenário atual, as evidências coletadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) apontam para uma multiplicidade de olhares acerca do fenômeno da internacionalização da educação superior que, contudo, convergem no que diz respeito ao posicionamento da instituição frente às interferências dos órgãos governamentais externos.

O Reitor inicia sua análise do fenômeno da internacionalização pelo prisma da globalização e das pressões exercidas pelo ambiente externo, enfatizando a existência de movimentos opostos onde, de um lado, a dinâmica global de produção de conhecimento impõe pressões sobre as IES na medida em que estabelece padrões que homogeneízam, por exemplo, a lógica de produção do conhecimento. Do outro lado, aponta para a existência de pressões internas por parte das instituições universitárias no sentido de buscar os grandes centros de produção do conhecimento, se conectando e atuando em rede de modo a garantir que essa produção flua conforme o padrão internacionalmente desejável.

Esse movimento eu disse que é oposto porque, ao mesmo tempo que pode parecer um estímulo, ele pode ter algumas marcas indesejáveis. Ser quantitativista, de sufocar expressões locais, de fazer com que a expressão na nossa língua natural não seja tão valorizada... tudo isso é a outra face de um movimento que não deixa de ser positivo, que é o movimento de você participar de uma comunidade científica que não tem nação e, ao mesmo tempo, o desejável de que aquilo que é a marca de sua nação possa estar presente (REITOR - UFBA).

Tais observações refletem as discussões teóricas desenvolvidas na primeira parte deste estudo ao ressaltar a existência de movimentos antagônicos, frutos de transformações nos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, que têm afetado a educação superior desde a sua essência, com reflexos na dinâmica global de produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico, além da emergência pela formação e circulação de capital intelectual. O antagonismo desses movimentos é evidenciado por seus efeitos que, de um lado, impõem padrões que elevam a qualidade e relevância da educação superior, impulsionando o desenvolvimento das sociedades (LAUS; MOROSINI, 2005; VAN DER WENDE, 1997) e, por outro, aumentam a competitividade e assimetrias entre os países, num processo de dominação, homogeneização e monopólio da produção e captação de conhecimentos que termina por mercantilizar a educação superior (SANTOS, 1997; CASTRO; OLIVEIRA, 2013; CASTRO; CABRAL NETO, 2012; ALTBACH, 2004).

Em continuidade, ao apontar tais ambiguidades, o Reitor argumenta a necessidade de posicionamento internacional da UFBA de forma a demarcar mais fortemente o interesse acadêmico da instituição, suas características, tal como a cultura e expressões locais que esta representa. Internamente, o Reitor elenca algumas características e ações que refletem na forma como sua instituição se insere no processo de internacionalização, a começar pela própria história da UFBA e os esforços de Edgard Santos⁴¹ em atrair grandes pesquisadores do cenário internacional, em especial no campo da cultura e das artes, para atuar na instituição. Em seguida, aponta para a formação de seus docentes, enfatizando que boa parte deles possui laços internacionais, com doutoramentos ou pós-doutorados realizados no exterior, de forma a possibilitar “que de dentro da UFBA haja [...] uma força que dirija a universidade para a internacionalização”.

Em termos de políticas de gestão, o Reitor marca o posicionamento da Universidade de estabelecer relações bilaterais nas quais ela possa participar enquanto interlocutora efetiva do processo de internacionalização. Outra ação de gestão mencionada diz respeito à abertura de editais para professores visitantes⁴² que tem atraído docentes estrangeiros e/ou com formação internacional o que, a seu ver, contribuirá positivamente para as metas de internacionalização da instituição.

Posicionando-se de modo a demarcar os interesses da UFBA em seu processo de abertura ao ambiente externo, observamos que o próprio histórico de desenvolvimento da internacionalização da Universidade, bem como sua consciência em relação às suas prioridades, características regionais e ao lugar que integra na sociedade baiana fundamentam o contexto para sua inserção no cenário internacional. Ainda nesse sentido, a formação docente e as iniciativas para atração de pesquisadores visitantes indicam a adoção de estratégias para integrar a dimensão internacional ao contexto do ensino e da pesquisa universitária.

O Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação enfatiza o modismo da palavra internacionalização no contexto mundial atual, observando, contudo, que não se trata de um fenômeno novo. Para ilustrar, exemplifica as explorações do mercador veneziano Marco Polo pela denominada “Rota da Seda” por onde transitavam não somente mercadorias, mas, também, “hábitos culinários, formas de conhecimento, formas de governança, formas religiosas, que não eram transplantadas automaticamente, mas que interagem de um lado [para] outro”, num

⁴¹ Fundador e primeiro Reitor da Universidade Federal da Bahia.

⁴² Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Visitante 2017-2018 da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/pub/PGNUT/WebHome/edital_professores_visitantes_30-03-2017.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

movimento de internacionalização. Da mesma forma, no contexto das IES, o Pró-reitor reafirma que a internacionalização não é um fenômeno novo, estando intrinsecamente ligada à própria história das universidades:

A primeira grande universidade do Brasil foi a Universidade de São Paulo. A criação da chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essa faculdade foi toda formada trazendo professores de fora. E é bem conhecido porque teve uma certa regra: [para] área de Humanas e Sociais se buscou professores na França; [para] área de física e matemática se buscou italianos; [para] área de química se buscou alemães. Então é da formação da universidade no Brasil a busca dessa circulação. Então é isso que eu queria enfatizar, que não é novidade e, ao mesmo tempo, é algo que a gente deve cuidar e valorizar com toda atenção (PRÓ-REITOR DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO - UFBA).

Ao contemplar a internacionalização pelo viés histórico e de sua intrínseca relação com a formação universitária brasileira, observamos que a dimensão internacional é tida como fator indissociável do fazer acadêmico da UFBA. Decerto, conforme ressaltado por Laus (2012, p. 31), “o que entendemos como trocas científicas e culturais não é um fenômeno da contemporaneidade, encontrando suas raízes nas origens do projeto da *Universitas* medieval”. Esse resgate do contexto de desenvolvimento da internacionalização em instituições universitárias indica que a educação superior, assim como as demais áreas que compõem a sociedade contemporânea, está sujeita às tendências dos movimentos globalizantes, devendo, portanto, ser responsiva às mudanças no âmbito global. Nesse sentido, conforme defende a literatura (ALTBACH, 2004; 2007; MIURA, 2006; KNIGHT, 2003; QIANG, 2003; VILALTA, 2012), a internacionalização em sua forma atual é uma resposta necessária aos padrões de desenvolvimento da educação superior frente à dinâmica global de produção e difusão do conhecimento, mas, também, em face dos processos de mundialização do capital, de dominação política e de transformações socioculturais que desempenham papel determinante nos rumos da educação superior.

Assim, ao considerar a forma como a pesquisa e a pós-graduação se inserem nesse processo de internacionalização, o Pró-reitor pondera sobre o atual momento de instabilidade política e econômica que vivemos no Brasil e no mundo, refletindo, com isso, que o contexto orçamentário das IES brasileiras atualmente e, de igual modo, os movimentos anti-migratórios que vêm ocorrendo em alguns países representam obstáculos à internacionalização da educação superior. Apesar disso, internamente, argumenta que a UFBA vive um bom momento para a internacionalização ao considerar, primeiro, sua tradição no recebimento de estudantes estrangeiros e, segundo, a força cultural da cidade de Salvador para atração desses estudantes.

Para ele, outro fator que corrobora o momento atual de internacionalização na UFBA é sua disposição em apoiar a mobilidade estudantil, reflexo dos programas doutorado-sanduíche e dos programas de apoio ao ensino de línguas, a exemplo do Programa de Proficiência em Língua Estrangeira para Estudantes e Servidores da UFBA (PROFICI). Ademais, o Pró-reitor cita os programas regulares de apoio à revisão e tradução de artigos de língua estrangeira, o programa de reembolso à pesquisadores para publicação em revistas qualificadas e o Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) no qual, conforme explica, parte dos recursos devem ser utilizados para auxiliar no recebimento e envio de pesquisadores ao exterior para, por exemplo, apoiar a apresentação de trabalhos em congressos e seminários.

Novamente, vemos que as características locais são ressaltadas de modo a contribuir para as estratégias de internacionalização da UFBA, a exemplo dos aspectos geográficos e histórico-culturais que impulsionam a atração de estudantes e pesquisadores internacionais. Para além disso, acerca do PROFICI, constatamos ser esse um bom exemplo de programa institucional regular já consolidado que atua de maneira a apoiar as estratégias de internacionalização da UFBA, promovendo formação intercultural à comunidade acadêmica, também possibilitando o acolhimento e integração de estudantes e pesquisadores da comunidade internacional com os cursos de Português como Língua Estrangeira. Ademais, a existência de outros programas regulares de apoio à internacionalização corrobora a análise de que a dimensão internacional é parte do contexto de desenvolvimento da UFBA.

Outros colaboradores analisam o contexto considerando as dificuldades que surgem no atual momento de restrições financeiras que perpassam as IES brasileiras. O Colaborador X da Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI) pondera acerca da existência de um paradoxo em internacionalização onde, por um lado, ao mesmo tempo em que, mais do que nunca, vivemos uma pressão para a internacionalização da educação superior e, da mesma forma, programas de fomento às ações de internacionalização, a exemplo do já extinto Programa CsF, criaram uma demanda e um desejo por internacionalização por parte da comunidade acadêmica, por outro lado, o atual momento de crise no plano nacional impõe restrições de recursos para internacionalizar. Para ele:

A situação é delicada, como todas as áreas no Brasil, porque a demanda aumentou, a pressão é muito forte, a consciência de que a internacionalização é parte de um processo formativo e deve integrar a pesquisa é enorme. Ao mesmo tempo, faltam recursos. [...] é uma crise. A forma que a internacionalização se insere na enorme crise que vivemos é dentro desse paradoxo (COLABORADOR X - UFBA).

A Coordenadora de Relações Internacionais da AAI, por sua vez, apresenta um olhar gerencial, ressaltando que o caráter transversal da internacionalização termina por pulverizar suas ações no âmbito da UFBA, o que, a seu ver, torna difícil a verificação do “nível de internacionalização” atual da universidade. Observa ainda que o ambiente externo, em especial a política de gestão federal do país, termina por ditar os rumos da internacionalização das universidades federais antes que estas possam fazer suas proposições, uma vez que, salvo algumas exceções, essas instituições ainda não têm suas missões de internacionalização consolidadas.

Ainda nesse sentido, um ponto de convergência entre os colaboradores da UFBA repousa na crítica acerca dos recentes posicionamentos políticos no âmbito do Governo Federal que, através da CAPES, tem privilegiado e, mesmo, demandado a cooperação Sul-Norte, ou seja, a cooperação com os países centrais, em sobreposição à cooperação horizontal, com países da América Latina e África. Nesse tópico, o Reitor reflexiona que:

Só se considera hoje como uma meta fundamental de internacionalização, uma relação nossa com o Norte e não uma relação Sul-Sul. Mas é estranho isso, porque, no caso da Universidade Federal da Bahia, é muito desejável ter uma relação Sul-Sul, tanto com a América Latina quanto com a África. [...]. É desejável porque temos uma cultura local, uma história que depende desses laços e se alimenta desses laços, por exemplo, com a África. Mas não é computado nos projetos de internacionalização da mesma forma essa relação Sul-Sul. É interessante que essa relação poderia nos ter como protagonistas, como nucleadores, como aqueles que tem uma relação de agregar pessoas que são oriundas, por exemplo, dos países africanos (REITOR - UFBA).

Consoante esse posicionamento, em seu PDI 2012-2016, a UFBA estabelece como um de seus objetivos: “fomentar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação internacional e de intercâmbio científico, artístico e tecnológico, com especial foco nos países de língua oficial portuguesa e nos países latino-americanos” (UFBA, 2012, p. 19).

Assim, percebemos que o contexto para o desenvolvimento da internacionalização da UFBA é demarcado por conflitos em que, de um lado, o ambiente global, ao mesmo tempo em que impõe pressões para a inserção das instituições universitárias no contexto internacional, ditando as regras acerca de como tal inserção deverá ocorrer, também impõe restrições de ordem política e orçamentária o que exige um esforço mais intenso para internacionalizar. Por outro lado, internamente, as próprias características constituintes da UFBA, desde o seu nascedouro até a crescente consciência em favor da internacionalização por parte da comunidade acadêmica, impulsionam a universidade a avançar em seu processo de inserção no

cenário internacional. Nesse seguimento, em contraponto ao que indica a literatura corrente (QIANG, 2003; KNIGHT, 2003; KNIGHT; DE WIT, 1997) de que a globalização influencia cada nação e IES de maneira diferente, respeitando suas particularidades, prioridades e objetivos, verificamos que o ambiente externo à UFBA exerce pressões para que seu processo de internacionalização ocorra em conformidade com o padrão de desenvolvimento idealizado, em especial, pelas agências governamentais brasileiras. Assim, em vez de evidenciar as particularidades do país por meio da inserção de suas IES no ambiente global, tais movimentos buscam homogeneizar o processo de internacionalização da educação superior, conformando suas ações e relações aos interesses políticos dos governos.

A CAPES (2017a, p. 1), ao afirmar o objetivo de apoiar “a construção de parcerias institucionais estratégicas e simétricas para o avanço da pesquisa e pós-graduação brasileira” através do programa CAPES-PrInt, tem privilegiado a relação com os países desenvolvidos sob o argumento de que tais países têm se mostrado “melhores parceiros institucionais [do Brasil], seja na qualidade das relações com a CAPES, seja nos resultados das ações conjuntas com pesquisadores e IES brasileiras” (ibid., p. 11). Apesar disso, a Coordenação não explicita os critérios utilizados para avaliação da qualidade das parcerias, nem tampouco aprofunda o conceito de simetria em relações Sul-Norte.

Por seu turno, e a despeito dos encaminhamentos da CAPES, a UFBA demonstra ter objetivos e prioridades para internacionalização bem demarcados ao se posicionar de maneira a estabelecer relações na qual possa atuar enquanto protagonista do processo de internacionalização, ressaltando ainda a história e a cultura na qual está inserida. Além disso, a Universidade expressa a tendência de privilegiar o modelo de Cooperação Internacional Horizontal (CIH) (MOROSINI, 2011) ao demarcar o interesse de criar laços de cooperação por meio dos quais possa atuar de maneira solidária, apoiando o desenvolvimento de seus parceiros.

Não obstante tais posicionamentos, a instituição estabelece em seu PDI (UFBA, 2012) a produção e difusão do conhecimento e a formação de recursos humanos como diretrizes para a ampliação de seu processo de internacionalização, incorporando, assim, os objetivos do programa CsF às suas metas:

- I - ampliar a participação e a mobilidade internacional de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos para participação em estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior;
- II - criar oportunidades de cooperação entre grupos de pesquisa da UFBA e de universidades e centro de pesquisa estrangeiros por meio de projetos de cooperação bilateral e programas para fixação na UFBA de pesquisadores visitantes;

- III - promover a cooperação entre a UFBA e universidades e centros de pesquisa na área da ciência, tecnologia e inovação;
- IV - implantar programa para o desenvolvimento de competência em língua estrangeira (inglês, francês, italiano, espanhol e alemão) (ibid., p. 37-38).

Assim, nesse documento, observamos que a instituição reconhece a importância da internacionalização, porém de maneira mais passiva (LIMA; MARANHÃO, 2009), em face dos objetivos propostos pelo programa CsF que, no período de construção do PDI corrente, havia posto em evidência a necessidade de promover o desenvolvimento de áreas específicas do conhecimento através da cooperação internacional. Sem embargo, e apesar de destacar a importância de atuar de maneira autônoma e solidária por meio do estabelecimento de relações de reciprocidade com a comunidade acadêmica internacional, em especial a dos países latino-americanos e outros que possuem a língua portuguesa como idioma oficial, a UFBA se submete aos desígnios do projeto de internacionalização do Governo Federal ao definir áreas prioritárias que, a nosso ver, não refletem o perfil acadêmico da instituição como um todo. Tal documento, contudo, deverá ser atualizado em breve para, quiçá, definir diretrizes de atuação no âmbito da internacionalização que melhor expressem os objetivos e prioridades institucionais atuais.

Por fim, em relação à estrutura de Relações Internacionais da UFBA, tanto o Reitor como os Gestores de Relações Internacionais da instituição mencionaram a necessidade de adequação das instalações da AAI para atender as demandas do setor. Do mesmo modo, enquanto observa que o setor conta com um “ótimo *staff*”, com funções específicas, porém com vasto domínio e funcionamento solidário, o Colaborador X considera a necessidade de ampliação da equipe, tendo em vista a abrangente atuação do setor. Em termos de gerenciamento da informação, a Coordenadora da AAI verifica a necessidade de obtenção de sistemas eletrônicos para registro dessas informações na medida em que reforça sua dispersão diante da transversalidade da internacionalização. O Reitor, por sua vez, expõe a pretensão de que a Assessoria se transforme em uma Pró-reitoria de Relações Institucionais de modo a ser capaz de estabelecer relação com outras instituições dentro e, sobretudo, fora do país.

A esse respeito, analisamos que a criação de um setor com posição mais elevada e de atribuição executiva dentro da estrutura organizacional da UFBA poderá contribuir para a promoção de maior institucionalidade das ações de internacionalização, além de fomentar mais diretamente suas atividades entre seus dois campi e em todas as unidades da instituição. É possível, contudo, que a transição de relações internacionais para interinstitucionais desvie o foco da internacionalização por adicionar a dimensão nacional ao âmbito de atuação do setor. Por outro lado, consideramos que o relacionamento interinstitucional nacional pode servir para

fortalecer o processo de inserção no cenário internacional ao contribuir para que as instituições universitárias nacionais possam atuar em rede de modo a cooperar mutuamente e se posicionar mais fortemente diante das imposições do ambiente externo.

Em contraste, na análise do contexto no qual se desenvolve a internacionalização da educação superior na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), os colaboradores desta pesquisa compartilham fortes críticas quanto à falta de autonomia universitária da instituição em relação ao Governo do Estado da Bahia e, com reflexo, a dificuldade em se fazer internacionalização diante desse contexto. Do mesmo modo, partilham, ainda que em níveis diferentes, da crítica da UFBA acerca das imposições de cooperação Sul-Norte por parte dos órgãos governamentais, sem, contudo, expressar o posicionamento da UNEB diante de tais exigências.

A Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação da UNEB reflexiona a questão da internacionalização da educação superior em instituições universitárias no contexto atual pelo olhar das agências nacionais de fomento. Observa, primeiramente, que, quando comparado ao que ocorre em IES oriundas de países centrais, o nível de internacionalização em instituições brasileiras e, mais especificamente, nordestinas, é, nas palavras da Pró-reitora, "muito rasteiro". Isso se dá, pois, o relacionamento construído com países africanos e latino-americanos, incluindo alguns países da Europa como Espanha e Portugal, não é considerado na avaliação da internacionalização uma vez que, no olhar dessas agências, o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia está atrelado tão somente aos países considerados "desenvolvidos". Da mesma forma, a Pró-reitora analisa que a falta de reconhecimento das universidades brasileiras no exterior influencia negativamente na forma como sua Universidade se insere no processo de internacionalização. Internamente, aponta a falta de autonomia da UNEB no que diz respeito ao alto nível de controle por parte do Governo do Estado da Bahia no que tange a realização de atividades no exterior, bem como a falta de institucionalização do processo de internacionalização e, também, de normatização e regulamentação de suas ações, de modo a enfatizar a importância da internacionalização, tanto internamente à UNEB quanto externamente em relação ao Governo Estadual.

Nesse sentido, a Secretária Especial de Relações Internacionais da UNEB aponta a questão político-partidária, estrutural e orçamentária do país e do Estado da Bahia como complicadores do processo de internacionalização universitária, reconhecendo, tal qual os colaboradores da UFBA, o paradoxo da crescente demanda contemporânea por internacionalização, de um lado, e a falta de recursos e suporte governamental, do outro. Essa falta de apoio, em especial no âmbito do Governo do Estado, é, para a Secretária, decorrente do

desconhecimento acerca do que, de fato, é a internacionalização, seus benefícios e seu potencial de contribuir para o desenvolvimento local e nacional.

Pelo prisma da UNEB, as imposições por parte das agências governamentais tão somente refletem as fragilidades do seu processo de internacionalização uma vez que o relacionamento que a Universidade mantém com os países do Sul não é computado nas metas de internacionalização da CAPES. Nessa ótica, ao tentar se inserir no cenário internacional de forma a seguir as orientações dos órgãos governamentais, estabelecendo parcerias com os países do Norte, a falta de consolidação de sua internacionalização se transforma em uma barreira que, conforme argumentado por Altbach e Knight (2007), reflete a incapacidade das IES do Sul em responder às crescentes demandas globais. Essa contradição nos revela uma fragilidade no que diz respeito às estratégias governamentais de internacionalização universitária que, antes de buscar fundamentar o seu desenvolvimento de maneira a fortalecer as ações que já estão em curso e que possivelmente retratam de maneira mais clara as singularidades e prioridades de cada IES, visam controlar e homogeneizar esse processo fazendo com que a internacionalização adquira características semelhantes à globalização (CASTRO; OLIVEIRA, 2013; CASTRO; CABRAL NETO, 2012; ALTBACH, 2004).

Por outro lado, conforme apontado por Laus e Morosini (2005), o alto nível de intervenção por parte do Estado é, também, um fator crítico para o desenvolvimento do processo de internacionalização das IES brasileiras que, para além das dificuldades políticas e orçamentárias as quais atravessam no momento atual, não conseguem executar suas estratégias de internacionalização sem passar pelo crivo de seus Governos Federal e/ou Estadual. Ainda no caso das universidades baianas estaduais, analisamos que a falta de um setor específico na estrutura da Secretaria de Educação que congregue os interesses das universidades em suas diversas demandas, constituindo-se como instância de diálogo técnico e político, com força argumentativa para o convencimento sobre as necessidades basilares das instituições universitárias frente à alta administração do Governo, constitui um importante fator impeditivo para o atendimento aos pleitos dessas instituições, dentre esses os relativos à internacionalização da educação superior.

A Secretária analisa ainda o processo de constituição da UNEB pelo educador e escritor baiano, Edivaldo Machado Boaventura⁴³, e à forma como ele pensou a Universidade, tomando por referência modelos internacionais, em especial o da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, além de universidades cubanas e portuguesas.

⁴³ Primeiro Reitor da Universidade do Estado da Bahia.

Então, ele escreveu a internacionalização dos interiores, a expansão do ensino superior nos interiores. Por isso que ele propôs criar as universidades no interior para quê? Era mais barato um professor sair de Salvador, de Feira de Santana, dos grandes centros, irem para o interior. Só que aí, quando criou a universidade, esses professores precisavam de se qualificar, então eles viajavam para Cuba; notoriamente, Cuba, Quebec, foram os primeiros países a fazer acordo com a UNEB, e Portugal (Porto, Coimbra), basicamente esses (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Em similaridade ao observado no caso da UFBA, ao trazer à memória tais fatos, notamos que a Secretária concebe a internacionalização como parte constituinte da UNEB desde o seu nascedouro até a formalização de suas primeiras parcerias internacionais, tendo em vista a necessidade de qualificação do seu corpo docente. As características internas da UNEB, tal qual a sua multicampia e capilarização no Estado da Bahia, são evidenciadas para enfatizar a forma como o seu processo de internacionalização tem se delineado. Não obstante, não encontramos tão fortemente demarcado os aspectos concernentes à sua história, cultura e prioridades institucionais de modo a fundamentar seu posicionamento no cenário internacional, tal qual o observado na UFBA.

Cabe ainda destacar a característica multicampi da UNEB à medida que a gestão de sua internacionalização requer abrangência de todas as suas unidades, circunscritas geograficamente em todas as regiões do Estado. Quanto a isso, Leiro e Rosário (2016), citando Fialho (2005), ponderam que a complexidade do modelo de universidade multicampi muito se assemelha à dinâmica de internacionalização universitária por envolver questões relativas ao rompimento das barreiras do tempo e espaço em vista dos processos de produção e socialização do conhecimento científico e tecnológico. Nesse sentido, a vasta interiorização da UNEB pode atuar em favor de seu processo de internacionalização à medida que requer a gestão de um modelo educacional pervasivo e interligado que necessita funcionar em harmonia no conjunto de suas ações e relações, buscando a excelência de seus processos de ensino, pesquisa e serviços comunitários. No contexto global atual, em que a cooperação internacional e a integração intercultural são características inerentes à contemporaneidade, o modelo multicampi ressalta as potencialidades do processo de internacionalização da UNEB.

Acerca dos fatores que influenciam a forma como sua instituição se insere no processo de internacionalização, a Secretária analisa positivamente às demandas externas por parte das IES parceiras e associações de educação internacional, na medida em que estas provocam a UNEB a se organizar e se mobilizar internamente para, por exemplo, participar de missões, promover maior apoio e monitoramento das atividades de mobilidade internacional e verificar os índices de produção e publicação de seu corpo docente, o que, segundo ela, sua instituição

jamais tinha realizado. Assim, cita a atuação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB)⁴⁴ e da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI)⁴⁵ ao observar que estes desenvolvem papéis importantes no sentido de impulsionar o processo de internacionalização das IES.

De igual modo, a Pró-reitora menciona o apoio do GCUB e do Projeto *CAMINOS*⁴⁶, além das agências de fomento CAPES e CNPq, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Além disso, menciona os esforços para alocação de recursos da própria UNEB de modo a impulsionar o processo de internacionalização, mais uma vez reiterando a falta de apoio do Governo do Estado como uma barreira à tais esforços:

[Na] UNEB, sempre nós temos um valor X que é destinado ao processo de internacionalização, que é intercâmbio, que é saída para eventos, etc. e tal. Só que se é um aluno não precisa pedir autorização para o governador, então aluno consegue fazer o processo de internacionalização, baseado nos princípios da UNEB e com os recursos da UNEB. O professor, não, porque o governador não permite. [...]. Então, o processo de internacionalização [para] a gente é bem precário. Acontece, existe... por iniciativa dos professores, dos grupos de pesquisa, dos programas, mas não por incentivo das instâncias [...], por exemplo, da governadoria, do governador, secretário de educação, secretário de ciência e da tecnologia, e da própria FAPESB que perdeu autonomia, né? (PRÓ-REITORA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - UNEB).

Ao passo que observamos as imposições do ambiente externo sobre o processo de inserção das IES no cenário internacional, a percepção de que tais interferências também provocam efeitos positivos na medida em que impulsionam melhorias nos processos institucionais, além de estabelecer padrões de qualidade internacionalmente aceitáveis, conforme argumentado por Vilalta (2012), Miura (2006), Knight (2003), Qiang (2003), também

⁴⁴ Associação composta, atualmente, por 77 instituições brasileiras de educação superior e visa “promover relações acadêmicas, científicas e culturais entre as instituições associadas e parceiros internacionais, por meio de programas, projetos e ações de cooperação internacional, bilaterais e multilaterais”. Disponível em: <http://www.grupocoimbra.org.br/Sobre_o_Grupo.aspx>. Acesso em: 14 out. 2017.

⁴⁵ Associação composta por cerca de 180 gestores ou responsáveis por assuntos internacionais e visa “promover o aperfeiçoamento do intercâmbio e da cooperação internacionais como instrumentos para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração das instituições filiadas, procurando estimular o constante aperfeiçoamento da gestão do intercâmbio e da cooperação internacionais”. Disponível em: <<http://faubai.org.br/pt-br/sobre-a-faubai/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

⁴⁶ O Projeto *CAMINOS: Enhancing and Promoting Latin American Mobility*, do GCUB, visa a “fortalecer as capacidades institucionais das universidades, associações e redes de universidades, a fim de ampliar a mobilidade acadêmica na América do Sul”. Disponível em: <<http://www.grupocoimbra.org.br/Destaques/PaginasHtml/caminos.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

deve ser considerada. Ao colocar as instituições universitárias em evidência nas discussões em nível mundial, os processos de globalização expõem a necessidade de verificação e monitoramento acerca do que vem sendo produzido em termos de pesquisas científicas e processos de inovação, bem como de seus impactos para o desenvolvimento das sociedades. Ainda nesse seguimento, a formação discente e a qualificação docente e técnico-administrativa para atuação em um ambiente global, complexo e multicultural, bem como a articulação em rede por parte das IES passam a serem exigências laudáveis do processo de globalização.

Assim, e consonante o posicionamento de seus colaboradores, a UNEB reconhece em seu PDI 2013-2017 (UNEB, 2013a) a complexidade das relações universitárias no ambiente global atual, apontando para a internacionalização, especialmente por meio da mobilidade acadêmica internacional e do desenvolvimento de projetos interinstitucionais, como um fator de relevância para o desenvolvimento institucional. Além disso, a UNEB vê na internacionalização um meio para alavancar seu desempenho frente às avaliações dos órgãos oficiais de educação, reforçando, então, o compromisso de investimento com a dimensão internacional. O documento estabelece ainda como diretriz para as ações extensionistas a “valorização dos programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e das atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacionais” (ibid., p. 25). Nesse contexto, os fenômenos externos são destacados como oportunidades de melhorias na oferta de seus serviços e no aumento da visibilidade institucional no cenário internacional. Percebemos, assim, que a UNEB compreende o potencial estratégico da internacionalização face às grandes transformações que estão ocorrendo na sociedade globalizada. Entretanto, as pressões por um modelo homogêneo e anti-solidário de internacionalização tornam necessários posicionamentos mais bem demarcados por parte da UNEB relativamente às suas prioridades para inserção no cenário internacional, evitando que a instituição seja levada, sem rumo, onde sopram os ventos dos interesses externos.

Por fim, acerca da estrutura da Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT) da UNEB, a Secretária nos conta que esta foi inicialmente pensada para ser uma Pró-reitoria. Entretanto, mais uma vez em função da falta de autonomia universitária da instituição, supôs-se que uma Secretaria seria mais facilmente aprovada pelo Governo do Estado. Sendo assim, o setor foi pensado para atender aos princípios da multirregionalidade, da multicampia, da inclusão e da participação da comunidade acadêmica, conforme os princípios institucionais da UNEB destacados em seu PDI. A Secretária aponta, contudo, que a falta de pessoal qualificado para atuar com a internacionalização, bem como a falta de recursos materiais e de espaços físicos acessíveis e apropriados dificultam o pleno funcionamento do setor.

Curiosamente, em ambas as unidades de estudo a questão da adequação dos espaços físicos para gerenciamento das relações internacionais universitárias foi apontada como fator crítico. Por certo, como um setor que realiza o atendimento aos públicos internos e externos – em especial, de seus parceiros internacionais –, a estrutura física se configura em fator de importância para a execução de suas atividades. Da mesma forma, a carência de recursos humanos em termos quantitativos, no caso da UFBA, e qualitativos, no caso da UNEB, é evidenciada, indicando a necessidade de maior atenção por parte da alta gestão universitária com a gestão de suas relações internacionais.

Por outro lado, a estruturação do setor de relações internacionais da UNEB enquanto uma Secretaria Especial com *status* de órgão executivo é indício da compreensão da internacionalização como estratégia para o desenvolvimento institucional. Os princípios orientadores da SERINT revelam a preocupação de que a dimensão internacional possa permear todos os espaços da UNEB de acordo com suas características regionais e de forma a democratizar a participação da comunidade acadêmica, tendo em vista o perfil socioeconômico de seus públicos.

5.2. Conscientização

No que diz respeito ao entendimento da internacionalização da educação superior em sua completude, analisando os benefícios, os obstáculos e as resistências para condução desse processo, os colaboradores da UNEB apontam a melhoria dos processos internos e o aumento da visibilidade internacional de sua IES como alguns desses benefícios. Evidenciam, porém, mais uma vez, a falta de apoio governamental para o avanço da internacionalização na instituição, compreendendo que tais dificuldades têm reflexos negativos para a instituição, para o Estado da Bahia e para a sociedade como um todo.

A Secretária Especial de Relações Internacionais da UNEB observa os benefícios advindos da internacionalização pelo viés do desenvolvimento institucional, considerando que esta contribui para dar visibilidade à instituição no cenário externo. Como decorrência de tal visibilidade, cita a possibilidade de atrair recursos financeiros externos através de projetos internacionais, a exemplo do Programa *Erasmus+*⁴⁷ que concedeu recursos para a compra de computadores para a instituição, e da instalação do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (CPDR) com recursos advindo da França e Espanha. Concordantemente, em seu PDI

⁴⁷ Programa *Erasmus+* da União Europeia para a educação, formação, juventude e desporto. Disponível em: <https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/about_pt>. Acesso em 26 nov. 2017.

(UNEB, 2013a, p. 30) estabelece “implementação de estratégias de captação de recursos financeiros, identificando fontes nacionais e internacionais para o atendimento às demandas” institucionais. Ainda em se tratando de benefícios, a Secretária reflete que a internacionalização ajuda a instituição a “pensar de fora para dentro”, mobilizando a alta administração da instituição a pensar pela perspectiva de seus parceiros internacionais. Em termos acadêmicos, defende que a internacionalização contribui para o fazer pedagógico dos docentes, seu comprometimento com a produção científica e seu relacionamento com a comunidade internacional.

Por sua vez, a Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação considera a possibilidade de troca e socialização de tecnologias como sendo o principal benefício da internacionalização, enfatizando que esta é própria do nascedouro das Universidades, sendo, portanto, inconcebível a sua desvinculação com o resto do mundo.

O potencial de elevação de sua visibilidade internacional e, a partir disso, a possibilidade de melhoria de seus processos internos nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão são, para UNEB, os principais benefícios do processo de internacionalização. Por essa perspectiva, observamos a compreensão dos propósitos e dos impactos da internacionalização para a instituição que busca se inserir no cenário internacional com vistas a colher os frutos da internacionalização. Contudo, é importante destacar a diferença entre a internacionalização compreendida *versus* a internacionalização praticada. Esta última deverá ser refletida nos caminhos que a instituição vem trilhando de modo a operacionalizar suas estratégias de internacionalização. Como observaremos mais a frente, a falta de institucionalização de sua política de internacionalização tem tornado obscuro os meios para apropriação dos potenciais benefícios da internacionalização, podendo ocasionar dificuldades na coordenação desse processo. Tal contexto expressa uma fragilidade da dimensão da consciência em favor da internacionalização na UNEB. Essa dimensão é crítica, pois, conforme destacado por Knight (1994), é a cultura organizacional que irá permear todas as etapas do modelo de internacionalização, de modo que seus valores estejam enraizados em todas as áreas e dimensões do processo.

Relativamente aos obstáculos enfrentados pela instituição, a Secretária expõe a dificuldade em institucionalizar a cultura de internacionalização na UNEB, o que torna obscura a sua compreensão por parte da comunidade acadêmica que frequentemente a associa à mobilidade internacional, desconsiderando sua dimensão acadêmica e científica. Para ela, “a cultura institucional sobre a internacionalização ainda é muito verde”. Nesse sentido, menciona

como positiva a iniciativa do CAFÉ INTER⁴⁸, evento regular organizado e promovido pela SERINT como forma de impulsionar a Internacionalização em Casa através do diálogo da UNEB com instituições estrangeiras. Neste evento, a comunidade interna propõe um protagonista de qualquer parte do Brasil ou do mundo que é trazido à Universidade para debater diferentes temáticas sob a perspectiva da internacionalização da educação superior. A Secretária nos conta que um dos frutos recentes do evento foi a mobilidade de um grupo de estudantes da área de Ciências da Vida para Cuba. Contudo, ainda nesse viés, reforça a falta de compreensão do que seja a internacionalização da educação superior no âmbito dos órgãos externos, destacando:

[...] a questão do incentivo do governador que barra, com muita clareza e muita tranquilidade, os processos de saída do país por parte dos professores e do Reitor, inclusive. A Secretaria de Educação da qual nós somos vinculados tem um desconhecimento total sobre o que é a internacionalização; o mínimo! Não sei o que eles pensam! Eu já dialoguei com vários representantes do ensino superior na Secretaria de Educação e há um desentendimento e desinteresse muito grande por essa temática. Ignorância, literalmente, sobre o que é internacionalização no ensino superior. [...] e isso dificulta muito porque ao mesmo tempo de que eles retiram o material, o professor comprometido não deixa de fazer o trabalho dele fora do país, mas ele tira do salário dele. Quando ele tira do salário dele, ele fica desmotivado e, por sua vez, ele não coloca o nome do Estado [...] (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

A Pró-reitora também reflete essa questão, argumentando que a falta de incentivo e financiamento para internacionalizar é um obstáculo para a uma melhor avaliação dos cursos de pós-graduação na Bahia e, da mesma forma, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia do Estado: “[...] quando a gente fica longe do processo de internacionalização, a Universidade perde, os pesquisadores perdem, e quando esses dois perdem a comunidade inteira perde”. Para ela, a falta de autonomia universitária e de reconhecimento por parte das instâncias governamentais acerca do potencial da UNEB em desenvolver ciência e tecnologia é um entrave à internacionalização. Outro entrave seria a falta de consciência e o despreparo dos recursos humanos da instituição, bem como dos governantes:

⁴⁸ CAFÉ INTER: (inter)nacional, (inter)cultural, (inter)ativo, (inter)institucional, (inter)departamental e (inter)disciplinar. Disponível em: <<http://www.uneb.br/2016/06/20/nova-edicao-do-cafe-inter-abordapoliticas-de-acoes-afirmativas-e-assistencia-estudantil-2/>>; <<http://www.uneb.br/2015/11/18/producao-literaria-e-linguas-de-cabo-verde-pautaram-nova-edicao-do-cafe-inter/>>; <<http://www.uneb.br/2015/10/05/primeira-edicao-do-cafe-inter-discute-desafios-da-psicologia-no-seculo-xxi/>>. Acesso em 29 out. 2017.

[...] a gente tem pessoas que elas ainda são muito despreparadas para trabalhar. Despreparadas mesmo! Não é assim por falta de vontade. Às vezes mesmo por falta de conhecimento [por parte] do grupo da SERINT, [por parte] do próprio grupo da PPG [Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação], [...] [por parte] da universidade, [acerca] da importância da internacionalização. As pessoas ainda não conseguiram, sabe, incorporar a importância. A gente que trabalha com pesquisa, que sai [...] do país, que publica fora, que vê as outras coisas e que traz coisas novas, a gente que sabe da importância. O Governador vai saber? (PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - UNEB).

Embora o tema venha emergindo com mais notoriedade nos cenários nacional e internacional, a compreensão de internacionalização da educação superior como sendo um fator estratégico para elevação da qualidade institucional, para a formação cidadã da comunidade acadêmica e, mais ainda, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e, portanto, das sociedades é ainda obscura. Antes, é ainda forte o entendimento de internacionalização como um conjunto de atividades envolvendo majoritariamente a mobilidade estudantil e os processos para formalização de parcerias internacionais. Apesar disso, na perspectiva das colaboradoras da UNEB, notamos como clara a compreensão de educação e, portanto, de internacionalização enquanto um bem público, conforme argumentado por Siufi (2009), na medida em que é destacado o seu potencial em beneficiar não somente a Universidade e seu corpo acadêmico, mas também a sociedade que, ao possibilitar que suas IES participem de uma comunidade global de produção do conhecimento, colherá os frutos do desenvolvimento científico e tecnológico advindo de trocas com o ambiente externo.

Para tanto, contudo, a internacionalização requer financiamento e incentivo que parte de uma cultura de valorização da dimensão internacional. Esse é um trabalho de conscientização que a UNEB já vem desenvolvendo no âmbito de sua comunidade interna através da realização periódica do CAFÉ INTER, instigando, de maneira participativa, o interesse do corpo discente, docente e administrativo para questões de relevância global. Os desdobramentos desses eventos, a exemplo da cooperação com Cuba, podem indicar a efetivação do comprometimento por parte da comunidade acadêmica, fruto da tomada de consciência acerca da necessidade e dos benefícios da internacionalização. Assim, retomando o pensamento de Knight (1994), defendemos que a internacionalização necessita ser inclusiva no sentido de que ela precisa ser vista como propriedade e responsabilidade de todos na instituição, uma vez que depende da integração e colaboração de toda comunidade acadêmica.

Sem embargo, no que tange o apoio das instâncias governamentais estaduais, e considerando a dependência da UNEB a tais instâncias, são latentes os obstáculos para a

internacionalização e, logo, a necessidade de buscar maior autonomia no exercício de suas funções universitárias.

Acerca da presença de resistências por parte da comunidade interna da UNEB no que diz respeito ao processo de internacionalização, a Secretária argumenta que todos na instituição são ávidos e cobram mais oportunidades de aprendizado intercultural e linguístico. Por certo, embora a concepção acerca da internacionalização da educação superior careça ainda de amadurecimento, a demanda por parte da comunidade interna é latente, evidenciando, mais uma vez, a necessidade de se internacionalizar.

Por sua vez, os agentes da UFBA enfatizam a dimensão da pesquisa como o mais forte benefício advindo da internacionalização, apontando, contudo, as restrições de ordem orçamentária como obstáculos para o desenvolvimento das atividades de internacionalização.

Para o Reitor da instituição, é curioso observar que a internacionalização, ao mesmo tempo em que possibilita participação no processo global de produção do conhecimento, coloca em evidência os méritos da própria instituição, contribuindo para maior valorização e divulgação da “prata da casa”. Em concordância com esse posicionamento, o Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação da UFBA aprofunda a análise ao notar que a internacionalização, intrinsecamente associada à proficiência em idiomas estrangeiros, possibilita um aumento significativo na qualidade e no impacto da produção realizada internamente à medida que expande o “repositório de conhecimentos”, ou seja, de informações, de referenciais e teorias aos quais os pesquisadores terão acesso, e, do mesmo modo, aumenta a massa crítica do trabalho, ou seja, o número de pessoas que poderão ter acesso à pesquisa, comentando-a e criticando-a. Outra vantagem da internacionalização observada pelo Pró-reitor é relativa à circulação de pessoas, argumentando que esta tende a promover maior sensibilidade, tolerância e senso de alteridade nos indivíduos que participam dessa mobilidade. Do mesmo modo, a Coordenadora de Relações Internacionais da UFBA enfatiza a visibilidade internacional como um dos benefícios da internacionalização ao permitir o posicionamento da instituição diante dos *rankings* de qualidade da educação superior. Além disso, menciona a troca de conhecimento, o aumento da qualidade da pesquisa e a possibilidade de trabalhar em rede com IES internacionais de forma que essas atividades, por consequência, contribuam para melhorar a qualidade tanto do ensino, quanto da pesquisa e da extensão.

Semelhante à UNEB, percebemos o potencial de elevação de sua visibilidade internacional como o principal benefício almejado pela internacionalização na UFBA. Apesar disso, seu foco é a participação na dinâmica internacional de produção do conhecimento e, para tanto, a internacionalização atua como propulsora de tal objetivo, ao passo em que também

promove a formação intercultural de sua comunidade acadêmica e a atuação em rede, fortalecendo, assim, seus processos internos relativos ao ensino, pesquisa e extensão.

Novamente, assim como no caso da UNEB, é revelada a consciência de que a internacionalização é parte de um processo de trocas com a sociedade, contribuindo para que esta se desenvolva à medida que suas instituições de ensino interagem com a comunidade internacional. Indo mais além, no caso da UFBA, a relação histórico-cultural com o lugar de onde vem é novamente evidenciada. Nesse seguimento, o Colaborador X da AAI aponta para a relação da UFBA com a cidade de Salvador, enfatizando que a internacionalização é parte importante dessa relação:

[...] nós somos, historicamente, uma universidade voltada para a sociedade local. Nós temos um compromisso com o nosso aqui e o nosso agora. [...] o Reitor, quando ele recebeu o título de Cidadão de Salvador, ele disse que a UFBA é uma cidade dentro da cidade. Mas ela é parte da cidade. Ela tem um vínculo histórico e, que eu percebo, muito afetivo com a cidade. Então, nós procuramos atuar diluindo as fronteiras entre essas duas cidades. Nos consideramos parte de uma comunidade. No entanto, veja bem, até para beneficiar essa cidade, nós precisamos da internacionalização (COLABORADOR X - UFBA).

Não obstante, ambos o Reitor e o Colaborador X refletem o atual momento de restrição orçamentária no contexto das instituições universitárias, bem como da retração na atuação das agências e programas governamentais de fomento à internacionalização como sendo um dos principais obstáculos à internacionalização da UFBA.

[...] a UFBA, como todas as universidades federais brasileiras, ela viveu um momento de expansão. E internacionalização não foi uma exceção, ela se expandiu, criou expectativas e expectativas que eram justas. Porque, [para] os alunos que entram, é justo, é legítimo e é importante que eles tenham essa demanda de querer ter uma temporada no exterior, de querer ter uma competência cultural mais vasta, mais ampla, de conviver com estudantes que também são hóspedes acadêmicos aqui. Isso é necessário, essa consciência é importante. Então, houve uma expansão que expandiu também essa consciência. Mas isso precisava ser mantido. E a questão é que nós tivemos uma época de crescimento [...] e agora eu acho que está difícil... não é que eu acho que deva continuar expandindo, isso não! Mas nós tínhamos que manter o que cresceu e há uma certa dificuldade (COLABORADOR X - UFBA).

De fato, programas como o CsF colocaram a internacionalização da educação superior em pauta, contribuindo para trazer maior consciência e visibilidade para a necessidade de se internacionalizar, seja por parte das instituições universitárias que passaram a prestar mais atenção à gestão de suas relações internacionais, ou por parte do corpo estudantil que, dentre

outras coisas, percebeu a experiência internacional como uma possibilidade de incrementar sua formação acadêmica e expandir sua consciência intercultural. Nesse aspecto, o término do referido programa aliado ao atual momento de dificuldades orçamentárias por parte das IES públicas brasileiras provocou um desequilíbrio entre a demanda e a capacidade de oferta da internacionalização por parte das IES, em especial em se tratando de mobilidade acadêmica internacional. Assim, pensar a dimensão internacional para além das atividades de mobilidade se torna necessário.

Ainda com relação aos obstáculos à internacionalização da educação superior na UFBA, a Coordenadora analisa aspectos estruturais – desde inadequações no sítio institucional até a não existência de vagas nas residências estudantis para acomodação dos estudantes internacionais – e culturais – desde a baixa proficiência em línguas estrangeiras por parte da comunidade acadêmica como um todo até resistências por parte de alguns docentes quanto ao recebimento de estudantes internacionais em suas turmas – como alguns dos impedimentos às atividades de internacionalização em casa. Sem embargo, encontramos em seu Relatório de Gestão de 2016 (UFBA, 2017b, p. 42), referência a um “trabalho de conscientização da comunidade acadêmica quanto à necessidade de expandir os processos que configuram internacionalização” por meio de palestras e *workshops* envolvendo a internacionalização. Há, ainda, menção de tratativas para a construção da versão em inglês do sítio da UFBA o que demonstra que, apesar dos impasses, a instituição tem trilhado caminhos que visam a criação de uma cultura de internacionalização.

Dessa forma, retomamos o argumento de Knight (1994) ao enfatizar que a internacionalização não pode ser vista como uma questão exclusiva da alta administração. Isso é parte do processo de conscientização da necessidade e dos propósitos da internacionalização e fruto da clareza acerca das razões para internacionalizar, além de um esforço integrado para torná-la parte do fazer educacional. Tal clareza, conforme destacamos anteriormente, é fortemente demonstrada na UFBA e não podemos deixar de considerar iniciativas tais como a do PROFICI para elevação da consciência da internacionalização pelo viés linguístico, bem como dos editais internos de apoio à dimensão internacional. Sem embargo, à medida que cresce a importância e a consciência em favor da internacionalização, torna-se ainda mais evidente a necessidade de investimentos nos aspectos estruturais com vistas a elevação do desempenho da Universidade no cenário internacional.

5.3. Razões

Analisando as razões (*racionales*) para internacionalização na UFBA, a produção do conhecimento aparece, mais uma vez, como prioritária, tendo a comunidade acadêmica, bem como o próprio perfil e características da Universidade como principais demandantes pela internacionalização.

O Reitor analisa a dimensão estratégica desse *rationale*, reforçando o posicionamento de participação ativa da UFBA no cenário internacional:

Nós pretendemos quebrar um certo ciclo em que as missões científicas eram feitas ao sabor dos interesses externos. Isso é um lado fundamental. Então, uma das ações hoje que a gestão pretende desenvolver é a identificação de vocações nossas que permitem um diálogo mais consistente com certas instituições lá fora e, dessa forma, também, selecionar que instituições terão o privilégio nessa relação. [...]. Não importa apenas estar fora, importa está de maneira qualificada e naquele princípio de que nossa relação não pode ser unilateral. Nós não somos apenas um receptáculo, nós somos produtores ativos. Então, eu diria que a produção de conhecimento é o principal motor de uma procura da internacionalização (REITOR - UFBA).

Em harmonia com a visão do Reitor, e embora reconhecendo as demandas por parte das agências de avaliação e do próprio cenário global atual, ambos o Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação e o Colaborador X da AAI da UFBA concordam que a busca por internacionalização surge como uma necessidade interna que é intrínseca à essência da Universidade. Para exemplificar, o Pró-reitor nos conta acerca do envolvimento do professor e pesquisador da UFBA, Tales de Azevedo, com a *Columbia University* dos Estados Unidos, através do qual, já na década de 1960, realizava a recepção de diversos estudantes internacionais em sua casa e, dentre eles, o historiador britânico Kenneth Maxwell.

Então, na década de 1960, Tales recebia estudantes de Sociologia, de Antropologia, da Universidade de Columbia, que vinham [para] aqui [para] Bahia estudar fenômenos sociais na Bahia sob a supervisão de Tales. Internacionalização! Aí você pergunta: Tales [estava] recebendo alguma demanda? Tinha a CAPES cobrando do Tales? Não tinha, não tinha. Hoje a CAPES, o CNPq e a UFBA valorizam a internacionalização? Valorizam! É importante que valorizem? É! Mas nós não estamos criando nada propriamente novo que não tenha antecedentes (PRÓ-REITOR DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO - UFBA).

Novamente, na contramão dos movimentos nacionais e globais, a UFBA se posiciona de maneira a demarcar seus interesses no cenário internacional por meio do desenvolvimento de uma internacionalização ativa (e não apenas reativa), com clarificação de suas razões e

objetivos para abertura ao ambiente externo. Tal clareza de articulação é para Knight (2005) o motor do processo de internacionalização, direcionando a tomada de decisões e o desenvolvimento das ações e delineando os resultados esperados.

Além disso, em seu PDI, a UFBA estabelece como diretrizes para sua atuação o fomento à “produção e disseminação da pesquisa, da criação e da inovação de elevada qualidade, ampliando a presença da universidade no cenário científico estadual, nacional e internacional [...]”, bem como a ampliação de seu processo de internacionalização “tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de cooperação internacional para produção e difusão do conhecimento, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade” (UFBA, 2012, p. 20). Aqui também vemos a produção do conhecimento sendo apontada como uma finalidade da internacionalização e, para tanto, a cooperação estratégica com atuação ativa e solidária é ressaltada. Nesse sentido, identificamos como *rationales* para internacionalização da UFBA: (1) a visibilidade internacional; (2) a produção conjunta de conhecimento; e (3) a formação de alianças estratégicas através de acordos de cooperação.

Quanto ao papel dos diferentes *stakeholders* (professores, estudantes, servidores, sociedade, etc.) da UFBA em seu processo de internacionalização, a Coordenadora de Relações Internacionais da AAI menciona o crescente interesse da comunidade acadêmica, bem como os projetos, programas e parcerias nacionais e internacionais, de modo a promover e influenciar o processo de internacionalização da instituição. Para o Colaborador X da AAI, isso é resultante do desenvolvimento, por parte da comunidade interna, de uma consciência da dimensão internacional que os move à internacionalização. Analisada anteriormente, essa consciência parte da evidência dada às atividades de internacionalização, especialmente no que diz respeito à mobilidade estudantil internacional e à cooperação acadêmica interinstitucional, no contexto do programa CsF. Urge, contudo, a clarificação do entendimento da dimensão internacional para além deste conjunto de atividades, mas como um fator estratégico e intrínseco à educação superior.

Acerca dos efeitos do processo de internacionalização para a pesquisa e a pós-graduação, o Pró-reitor analisa o potencial risco de que, ao sair do país, o pesquisador retorne tendo adquirido um senso de superioridade e, conseqüentemente, “pouca tolerância para entender as dificuldades locais”. Inversamente, o Colaborador X da AAI acrescenta que o contato com o outro floresce o sentido de hospitalidade, conforme afirma, citando Jacques Derrida: “ninguém hospeda sem mudar e ninguém se hospeda sem mudar”. Diante disso, retomamos nossa alusão à sátira de Lima Barreto (2005) para argumentar que o “estar fora” não necessariamente significa estar internacionalizado. A abertura ao ambiente externo necessita ocorrer de maneira

crítica, conforme o argumentado em nossa fundamentação teórica. Nesse ponto, o posicionamento de inserção ativa e estruturada no cenário internacional tem sido amplamente reforçado pelos atores da UFBA, nos levando a considerar que os potenciais impactos negativos da experiência internacional para a comunidade, a exemplo da insensibilidade para com as dificuldades locais, serão minimizados ao passo que, de igual modo, suas ações de internacionalização estarão fundamentadas em claros princípios institucionais.

Do mesmo modo, no caso da UNEB, seus agentes apontam para o *rationale* da pesquisa e da visibilidade internacional, privilegiando, contudo, a mobilidade acadêmica internacional como seu principal motor para internacionalização.

Para a Secretária Especial de Relações Internacionais, os principais *rationales* para internacionalização estão na visibilidade e, conseqüentemente, no reconhecimento internacional da instituição, conforme argumenta ser consoante aos objetivos especificados no PDI da Universidade. Além disso, cita a formação de alianças estratégicas e desenvolvimento de corpo discente, docente e técnico-administrativo.

Em contraste, o PDI da UNEB estabelece como um de seus objetivos: “investir na internacionalização com a realização de pesquisas, produção de conhecimento e intercâmbio de pesquisadores em agendas de interesse local, regional e global” (UNEB, 2013a, p. 17). Do mesmo modo, estabelece a cooperação internacional e a formação de pesquisadores no exterior como uma de suas diretrizes de atuação por meio da “articulação de contatos com instituições internacionais, incentivando seus professores, pesquisadores e estudantes a mobilizarem-se academicamente, através de intercâmbios com universidades conveniadas” (ibid., p. 24). Sem embargo, não encontramos fundamentos mais consistentes que justifiquem as razões institucionais para internacionalização, de modo que esta nos parece ser tratada de maneira reativa, como uma resposta às oportunidades existentes no cenário internacional, tal qual indicado por Knight (2005). Dessa forma, verificamos como *rationales* para internacionalização da UNEB: (1) o alcance de uma visibilidade e reconhecimento internacionais; (2) a produção de conhecimento; e (3) o desenvolvimento da comunidade acadêmica como um todo, especialmente através da mobilidade acadêmica internacional.

Relativamente à influência dos diferentes *stakeholders* da UNEB para a forma como a instituição se insere no processo de internacionalização da educação superior, a Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação reforça o papel dos docentes da instituição à medida em que afirma que são estes os que mobilizam os grupos de pesquisa e os estudantes a se engajar em atividades de intercâmbio internacional. Pactuando com este posicionamento, a Secretária da SERINT argumenta que toda a comunidade interna cobra ações de internacionalização,

referindo-se ao intercâmbio de envio e de recebimento de estudantes internacionais. Disso, desde já, deduzimos uma abordagem de atividades para internacionalização na qual, destacadamente, o corpo docente é indicado como protagonista das relações que impulsionam as ações de internacionalização da UNEB, enquanto os estudantes são os atores que cobram e se beneficiam desses esforços.

Por fim, a Pró-reitora analisa os impactos da internacionalização para a pesquisa e a pós-graduação como sendo positivo na medida em que abre o leque de periódicos para publicações, difunde as produções científicas da instituição, além de possibilitar a construção conjunta do conhecimento por meio de parcerias com grupos de pesquisas o que, em seu ver, amplia os horizontes epistemológicos e promove uma renovação no modo de se fazer pesquisa. Quanto aos pontos negativos, observa a falta de apoio institucional para estudantes e professores em seus processos de saída do país, especialmente no que diz respeito à falta de acompanhamento psicológico:

[...] quando tem professores que vão, ou mesmo alunos, que ficam muito tempo fora do país, voltam extremamente revoltados com o Brasil. É como se não pertencessem mais àquele mundo, porque, é lógico, você está conhecendo outra realidade, então teria que trabalhar a maturidade. [...] quando voltam, muitas pessoas que não conseguem trabalhar e não têm ninguém [para] ajudar, elas convivem com o desencantamento (PRÓ-REITORA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - UNEB).

5.4. Abordagens

Relativamente à maneira pela qual a implementação da internacionalização é tratada no contexto da UNEB, ao passo em que observamos a preocupação dos colaboradores em envolver todas as áreas, em institucionalizar as ações e mobilizar a comunidade para participar do processo de internacionalização, fica evidente o foco nas atividades de mobilidade internacional.

Para a Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação da UNEB, atualmente, as prioridades da Universidade para a internacionalização estão na institucionalização e normatização de seus processos, além da necessidade de maior divulgação e transparência das ações de modo a democratizar o conhecimento acerca das oportunidades existentes para a comunidade e socializar o que já vem ocorrendo, enfatizando especialmente as atividades de estudo no exterior. Por sua vez, a Secretária Especial de Relações Internacionais aponta a criação de uma cultura de internacionalização dentro da Universidade, bem como o fortalecimento da pós-graduação como os principais focos de desenvolvimento da

internacionalização. Todavia, a Secretária ressalta que, apesar de ser estratégica para a instituição, a internacionalização não pode ser uma prioridade da UNEB, tendo em vista que suas prioridades residem na manutenção e gestão dos recursos universitários com foco no desenvolvimento de sua comunidade.

Acerca do modo como tem se dado a implementação e o desenvolvimento da internacionalização na UNEB, a Secretária argumenta a concepção de processos, compreendendo que esta perpassa o ensino, a pesquisa e a extensão:

[...] se eu penso na internacionalização como um processo da instituição para pesquisa, para o ensino, eu vou envolver a mobilidade, né? Eu vou envolver desde a [...] citação do professor que tenha a produção conjunta, [...] a participação [em] evento; então, o ensino, mobilidade, orientação ao professor, aos coordenadores do colegiado para reaproveitar o conhecimento do aluno naquela experiência do intercâmbio, não é? A extensão... [...] a internacionalização na UNEB muito forte, desde sempre, foi através da extensão. O NEC [Núcleo de Estudos Estrangeiros], nos anos 80, tinha produção conjunta com o Quebec, produção conjunta com outras universidades da França, com Paris VIII, com *École* de Altos Estudos... [...]. Então, é processo. [...] porque aí envolve todos. Ela vai para dimensão intercultural e transversal (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Assim, ambas as colaboradoras enfatizam a dimensão de processos em sua abordagem para internacionalização de modo a compreender sua transversalidade, bem como a interculturalidade de suas ações. Não obstante, vimos ressaltado em nossa análise até aqui o foco na abordagem de atividades, em especial a da mobilidade acadêmica internacional, demonstrando que esta é também uma prioridade para a UNEB. Essas abordagens estão entre as descritas por Qiang (2003) e Knight (2004) que ressaltam que as abordagens não são fixas e refletem a cultura, história, política e recursos de cada instituição, podendo, portanto, variar de acordo com o período de desenvolvimento de seu processo de internacionalização. Mais ainda, na UNEB, a criação de uma cultura de internacionalização é também enfatizada, demonstrando a consciência da necessidade de institucionalização da dimensão internacional.

Apesar disso, ressaltamos novamente a falta de posicionamento institucional da UNEB acerca de suas diretrizes políticas para internacionalização. Nesse aspecto, possivelmente, os desafios para a internacionalização da educação superior na UNEB, tal qual a carência de institucionalização e normatização dos processos, bem como sua falta de autonomia em relação ao Governo do Estado que impõe barreiras à sua inserção no ambiente externo, estejam obscurecendo os rumos políticos pretendidos pela instituição no cenário internacional. Assim,

analisamos que seu processo de internacionalização ainda se configura de maneira reativa ou passiva, como uma resposta a fatores internos e externos.

A UFBA, por seu turno, apesar de evidenciar o foco nas atividades de mobilidade e cooperação internacional, reflete uma percepção e preocupação pela transversalidade da internacionalização da educação superior por meio de suas ações de gestão e diretrizes políticas.

Do mesmo modo que na UNEB, os colaboradores da UFBA compreendem que, embora a internacionalização seja importante para a instituição, ela não é e não pode ser uma prioridade institucional na medida em que, para seu Reitor, por hora, o objetivo maior da Universidade é superar o atual momento de crise de forma a manter os padrões de qualidade na pesquisa, no ensino e na extensão. Contudo, e apesar disso, o Reitor afirma que a internacionalização favorece esse processo de recuperação de modo que as atuais alocações orçamentárias para atração de professores visitantes, por exemplo, refletem essa preocupação.

Eu diria que num cenário tão atribulado e tendo uma sobrecarga tão grande de demandas orçamentárias, que nós tenhamos reservado espaços e ações para favorecer esse tipo de missões científicas como essas feitas agora com a *Georgia University*⁴⁹, de editais como esse, um edital que mantemos de apoio a pesquisadores para tradução, correção e revisão de seus textos para publicar em inglês, tudo isso mostra que a prioridade é imensa, se não fosse não teríamos preservado esse volume de recursos para essas atividades (REITOR - UFBA).

O Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação, por sua vez, retoma as recorrentes críticas por parte dos colaboradores da instituição quanto ao modelo de cooperação internacional com os países do Norte, priorizado pelos órgãos de fomento governamentais, reforçando que, para a UFBA, a colaboração Sul-Sul é uma prioridade institucional:

Existe uma visão que atualmente tem sido muito incentivada pela direção da CAPES de privilegiar as chamadas interações Norte-Sul. E a UFBA tem tido uma visão de relativizar essas interações, considerando que, por várias razões, nós também temos interesses no que se poderia chamar de relações Sul-Sul. E aí o número de razões é imenso: vai desde a nossa inserção na América Latina, à nossa relação com a África, à formação dessa cidade, o fato de que alguns países na África falam português... então, você tem um leque significativo de razões, digamos assim, que nos indicam que nós não deveríamos ter, não devemos ter e não temos como prioridade, particularmente uma prioridade que

⁴⁹ O Reitor relata a realização de missão científica da UFBA para a *Georgia University* em função da identificação de pesquisas já em desenvolvimento na Escola Politécnica e no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade, o que, em sua perspectiva, relatam o desejo da gestão pela construção de parcerias consistentes.

represente uma exclusividade de um vetor da relação (PRÓ-REITOR DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO - UFBA).

No atual contexto de turbulências políticas e orçamentárias que as universidades públicas brasileiras vêm atravessando, pondo em ameaça o seu pleno funcionamento no que concerne os princípios da gratuidade e da autonomia, por certo, a alocação de recursos para a internacionalização demonstra o interesse da UFBA em priorizar sua dimensão internacional. Aliado a isso, e conforme já demarcado anteriormente, a tradução de suas prioridades institucionais em estratégias explícitas para atuação no ambiente externo se configura em esforço proativo para alavancar a internacionalização com vistas a elevar o desenvolvimento institucional (CHRISTINO, 2012).

Acerca do foco de desenvolvimento da internacionalização na UFBA, pelo viés da AAI, ambos os colaboradores do setor relatam que, concretamente, o cerne de atuação repousa sobre as atividades de mobilidade (de envio e de recebimento de estudantes) e cooperação acadêmica internacional, o que se materializa na própria estruturação do setor. Não obstante, tendo em vista o novo cenário de atuação da CAPES através do programa CAPES-PrInt, bem como das associações as quais a UFBA faz parte, o Colaborador X ressalta a proposta de integrar a dimensão internacional ao ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

E o que eu estou procurando fazer [...] junto com a Pró-reitoria de pesquisa e a Pró-reitoria de Ensino de Pós-graduação e outros setores da Universidade, inclusive Extensão, é dar uma diretriz a isso, ter uma política de internacionalização. Evidentemente que essa política, ela não vai extinguir esse caráter pontual das ações [de mobilidade e cooperação internacional], que isso é impossível. Mas uma coisa nós já definimos: nós não vamos ter áreas prioritárias. Mas nós temos que ter um diagnóstico [para] ver aquelas que precisam de continuar numa dimensão forte de internacionalização e aquelas que precisam adquirir essa dimensão, né. E outra coisa é que nós não temos, também, preferência de parceiros. O que vai definir a parceria é a necessidade do pesquisador, é a necessidade do próprio conhecimento que se quer disseminar (COLABORADOR X - UFBA).

Inversamente ao observado na UNEB, à medida em que a abordagem por atividades é apontada, notamos claramente a intenção de se fortalecer uma abordagem por processos onde a transversalidade da internacionalização passará a ser evidenciada através da atuação conjunta dos diversos setores da instituição, combinando, conforme descrito por Qiang (2003), atividades, políticas e procedimentos de internacionalização. Nesse sentido, algumas diretrizes para atuação são apontadas, enfatizando os rumos que a instituição pretende dar ao desenvolvimento do seu processo de internacionalização.

Em conjunto, o tratamento que a UFBA dispensa à internacionalização demonstra a transição de uma abordagem por atividades, exclusivamente, para uma abordagem por processos onde as atividades de mobilidade e cooperação internacional continuarão a ocorrer com força, elas ganharão diretrizes que direcionarão a internacionalização aos fins desejados pela instituição.

5.5. Comprometimento

Em referência ao compromisso com a dimensão internacional na UFBA, bem como o grau de envolvimento dos seus agentes com essa dimensão, observamos atitudes em termos de financiamento, apoio e demanda das ações de internacionalização que exprimem a forma como seus agentes se envolvem nesse processo.

De modo a retratar o comprometimento da alta administração universitária com o seu processo de internacionalização, ambos o Reitor e o Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação da UFBA descrevem diversas iniciativas que, nas suas visões, demonstram o engajamento da reitoria com o desenvolvimento da internacionalização. Dentre essas ações, encontramos o edital para atração de professor-pesquisador visitante, os programas regulares para formação em línguas estrangeiras, os recursos do PROAP para atividades de internacionalização, que vão desde os programas de apoio à publicação internacional até a participação em eventos internacionais, o edital do Programa Participar⁵⁰ que oferece apoio à participação de estudantes de graduação em eventos de alta relevância científica internacional, além do Programa de Apoio a Jovens Professores Doutores (PROPESQ)⁵¹ que se traduz em apoio à pesquisa e, para o Pró-reitor, portanto, está intrinsecamente ligado à internacionalização uma vez que “a boa pesquisa, via de regra, [...] é internacionalizada”.

Decerto, o comprometimento com a internacionalização deve se traduzir em iniciativas que visem institucionalizar a dimensão internacional no próprio fazer da universidade, dispensando, assim, essas ações os recursos (financeiros, humanos, de políticas, etc.) necessários para dar suporte ao seu processo de internacionalização. Assim, a existência de programas institucionais de apoio à internacionalização nos revela esse comprometimento, especialmente em se tratando de programas, o que pressupõe a regularidade e continuidade das

⁵⁰ Edital de apoio à participação de graduandos em eventos científicos e/ou tecnológicos. Programa Participar 2017. Disponível em: <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_participar_2017.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

⁵¹ Programa de Apoio a Jovens Professores Doutores. Disponível em: <<https://www.ufba.br/noticias/ufba-lan%C3%A7a-edital-do-programa-de-apoio-jovens-professores-doutores>>. Acesso em: 24 set. 2017.

ações. Enquanto Knight (1994) defende que o comprometimento não se restringe a financiamento, é evidente que não há internacionalização sem a definição de recursos financeiros que apoiem seu desenvolvimento. Desse modo, se por um lado a AAI não se configura em Unidade Gestora (ver item 5.6), o que, em partes, impede que o setor disponha de recursos próprios para investir na internacionalização da UFBA, por outro, o financiamento, por parte da Reitoria, dos programas acima mencionados demonstra que a internacionalização é um compromisso da instituição.

Sem embargo, e conforme argumentado por Knight (ibid.), o comprometimento abrange ainda atitudes de apoio à dimensão internacional e, assim sendo, retomamos as críticas dos atores da AAI relativas à necessidade de adequação da estrutura física do setor e de sua carência de recursos humanos como forma de demonstrar a necessidade de maior atenção da alta gestão com as relações internacionais da Universidade.

Em harmonia com essa análise, o Colaborador X afirma que a AAI tem todo o suporte e apoio necessário, funcionando em plena harmonia com o Gabinete da Reitoria. Para ele: “há um compromisso muito grande do Reitor com a dimensão da internacionalização”. Não obstante, a Coordenadora de Relações Internacionais pondera que esse comprometimento por parte da alta administração e da própria AAI se dá de maneira reativa, como um reflexo das demandas do Governo Federal que têm colocado a internacionalização da educação superior em pauta. Apesar disso, ela menciona que a AAI está, em atenção à uma solicitação de seu Reitor, em processo de construção de uma política formal de internacionalização. Ao mesmo tempo em que a construção de uma política de internacionalização reflete um requisito do Governo Federal para participação no programa CAPES-PrInt, indicamos que, por certo, essa política representará um passo à frente no processo de internacionalização da UFBA ao se traduzir em oportunidade de delimitar suas diretrizes e prioridades de atuação no cenário internacional.

Acerca do comprometimento por parte da comunidade interna em favor da internacionalização, a Coordenadora observa que este ocorre na forma de cobranças por ações de internacionalização, especialmente envolvendo a mobilidade, reforçando, mais uma vez, o caráter pulverizado da internacionalização:

[...] os alunos querem de qualquer forma sair. Outros querem vir, principalmente os da área de saúde, que às vezes não têm acesso a pacientes em hospitais e tal, então querem o Brasil que tem essa possibilidade. Com relação aos professores, ou quando está interessado no pós-doc ou porque está fazendo uma pesquisa com outros organismos e [...] que necessite de um acordo de cooperação para que a coisa se desenvolva. Porque se não tiver isso

eles automaticamente vão, fazem, e a gente só fica sabendo quando há algum empecilho burocrático que precisem, aí eles aparecem. É mais nesse sentido (COORDENADORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UFBA).

Assim, ao retratar os anseios da comunidade interna por engajamento internacional, bem como da comunidade externa pelas oportunidades existentes na UFBA, consideramos, novamente, a existência de uma consciência em favor da internacionalização que, contudo, não deixa claro sua extensão ao nível de comprometimento por parte do corpo docente e estudantil. Tal comprometimento é importante, pois, conforme indica Knight (1994), ao passo em que o compromisso da alta gestão conduz o processo de internacionalização, é o comprometimento da comunidade acadêmica que verdadeiramente o impulsionará. Faz-se imperativo, assim, iniciativas que visem a apoiar a participação da comunidade interna, em especial do corpo docente, no processo de internacionalização de maneira a institucionalizar suas ações que, por vezes, podem ficar restritas aos departamentos e aos grupos de pesquisa.

Na UNEB, do mesmo modo, o comprometimento com o processo de internacionalização é avaliado em termos de ações, atitudes e demandas, de forma que tal compromisso vem sendo construído à medida que seus atores se acercam da importância da internacionalização.

Relativamente ao compromisso da alta administração universitária com o desenvolvimento do seu processo de internacionalização, tanto a Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação como a Secretária Especial de Relações Internacionais da UNEB analisam como positivo, indicando ações como a criação da SERINT para orientação e desenvolvimento da internacionalização para toda a comunidade, diferentemente do que ocorria com a ASSECI que tinha como função o assessoramento do Reitor, exclusivamente. A secretária analisa o comprometimento da Reitoria (Reitor, Pró-reitores e toda a equipe de gestão) na medida em que afirma existir grande cobrança por parte da comunidade pela internacionalização:

Como ele [o Reitor] participou de muitos eventos, então ele ficou mobilizado. Eu diria que hoje o Reitor aprendeu sobre o que é internacionalização e a necessidade de. Ele sempre se cobra e cobra de mim e ele faz a reflexão. Quando ele está em algum evento, ele fala da internacionalização como algo que está na agenda dele, sabe? [...]. Ele sabe que ele está sendo cobrado, então, é uma das prioridades dele [...](SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Ao mesmo tempo, porém, aponta a necessidade de maior atenção por parte da alta gestão, especialmente no que diz respeito à estrutura de recursos humanos da SERINT.

Na UNEB, a compreensão da dimensão internacional como uma instância que deve ser integrada às funções da universidade, de modo a se fazer acessível à toda comunidade acadêmica, se traduz em comprometimento com a internacionalização a partir da criação de um órgão executivo para gestão das relações internacionais da instituição. Nesse contexto, e configurada enquanto Unidade Gestora com recursos próprios para o desenvolvimento de sua internacionalização (ver item 5.6), a SERINT lança à frente o processo de inserção internacional da UNEB, demonstrando o compromisso em termos de atitude e financiamento por parte da alta gestão universitária para com a internacionalização.

Entretanto, assim como no caso da UFBA, indicamos que o comprometimento deve se traduzir ainda por meio do reconhecimento das necessidades institucionais em termos de internacionalização, pelo que apontamos as críticas da Secretária Especial de Relações Internacionais da UNEB no que diz respeito à carência de recursos humanos e de adequação da estrutura física da SERINT. Outra de suas críticas reside na frágil gestão do sítio institucional da UNEB que, tendo sido reestruturado recentemente, falha em evidenciar a dimensão internacional da instituição, as ações recentes e o quantitativo atualizado de seus acordos de cooperação internacional. Dessa forma, observamos que o compromisso da alta gestão da UNEB com a sua dimensão internacional precisa ainda se expressar de maneira a perceber as necessidades de seu processo de internacionalização.

Por sua vez, a Pró-reitora cita o lançamento de editais para apoio financeiro à publicação em periódicos internacionais, o PROPUBLIQ⁵² e o recente edital PROFVISIT⁵³ da PPG para recebimento de professores pesquisadores visitantes vinculados às IES internacionais conveniadas, bem como o esforço da gestão em conquistar a autonomia da UNEB tendo em vista, dentre outras questões, a viabilização de ações de internacionalização. Tal qual na UFBA, as atitudes em favor da internacionalização são enfatizadas como forma de demarcar o comprometimento da instituição com sua dimensão internacional. Nesse caso, observamos que não somente a SERINT, por ser o órgão responsável pela gestão das relações internacionais da UNEB, tem a responsabilidade de propor ações de internacionalização, mas a própria transversalidade da dimensão internacional e sua estreita relação com a pós-graduação a torna um compromisso também da PPG.

⁵² Não nos foi possível obter maiores informações acerca do referido edital.

⁵³ Edital para a seleção de propostas para o recebimento de professores pesquisadores visitantes, vinculados às Instituições de Ensino Superior Internacionais Conveniadas (PROFVISIT). Disponível em: <http://www.ppg.uneb.br/wp-content/uploads/Edital-069_2017-Aviso-112_2017-Selecao-do-ProfVisit-PPG.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

Em respeito ao comprometimento da comunidade interna da UNEB, a Secretária observa que este se dá no sentido da cobrança por mais ações de internacionalização:

[...] eles querem mais. Eles querem que eu o comunique e eles estão corretíssimos. Eles criticam mesmo que as coisas não são postas, não são divulgadas, que é uma dificuldade que eu tenho e que a SERINT tem e que a UNEB tem (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Novamente, como relatado no caso da UFBA, existe, por parte da comunidade acadêmica da UNEB, um anseio por maior engajamento intercultural, o que não necessariamente explicita uma relação de comprometimento com o desenvolvimento da dimensão internacional. Iniciativas como a realização do CAFÉ INTER tem aberto espaço para maior participação de estudantes e do corpo docente e técnico-administrativo, se configurando em ação para institucionalização de uma cultura internacional no âmbito da UNEB, o que torna propício a criação de um senso de comprometimento com a dimensão internacional.

5.6. Planejamento

Em relação ao planejamento para a internacionalização, apesar de dispor de um documento que estabelece suas diretrizes para atuação, assim como recursos próprios destinados à internacionalização, os indícios levantados na UNEB apontam para uma carência de estratégias institucionais para esse processo.

Questionadas acerca da existência de uma política ou estratégia explícita de internacionalização, ambas a Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação e a Secretária Especial de Relações Internacionais da UNEB mencionam a existência de um projeto de internacionalização elaborado pela SERINT que se configura em diretriz para a construção de uma política. Assim, a Secretária explica:

[...] eu entendo que nós temos que colocar mais elementos [nesse documento], eu gostaria que fosse com a participação de todos e isso não foi construído com participação de todos... foi construído por mim e, no final, revisado por um grupinho de professores [...]. Eu não considero isso uma política, mas é um projeto de implantação de uma Secretaria e de implantação de uma política [de internacionalização] (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Dessa forma, e por se tratar ainda de um projeto, esse documento não foi ainda institucionalizado, o que nos impossibilitou acessá-lo. Ainda assim, a Secretária nos explana as principais diretrizes desse projeto:

A primeira [diretriz], a multicampia, [...] que é fazer a internacionalização considerando todos os pontos da UNEB e todos os departamentos, que antes era só a Gestão Central e só o Reitor. Outra diretriz, a formação cidadã, que é o quê? Os cursos de idioma. Que para além dos cursos de idioma eu chamaria de educação intercultural, implícita nos cursos de idiomas. Uma outra diretriz [...], multirregionalidade, que são as várias regiões que a UNEB está inserida, com suas características, suas especificidades de desenvolvimento. E inclusão [...]. Porque a UNEB ela trabalha com cotistas, ela é uma universidade popular [...]. E a internacionalização ela não é inclusiva. Para fazer intercâmbio, o aluno tem que ter “bala na agulha”, então, ele tem que saber línguas, ele tem que ter uma cultura familiar que dê um apoio e, na UNEB, eu não tenho isso (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Por sua vez, a Pró-reitora ressalta que a falta de institucionalização das ações de internacionalização da UNEB, bem como de sua política, se reflete no fato de que a instituição termina por simplesmente seguir as tendências impostas pelos órgãos governamentais de fomento à internacionalização, em vez de utilizá-las de maneira estratégica:

A gente ainda não tem uma institucionalização, a gente não tem uma política pública de internacionalização, a gente tem algumas estratégias porque a gente segue a normatização da CAPES e do CNPQ. E a UNEB, ela sobrevive de táticas, sabe? Vem a onda, então a gente acompanha a onda. Então, por isso há uma necessidade muito grande ainda dessa institucionalização (PRÓ-REITORA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - UNEB).

Idealmente, expõe a necessidade de se ter estratégias para acompanhamento dos programas de mobilidade acadêmica, assim como de divulgação e de “devolução” de seus resultados para a Universidade. Nesse sentido, relata diversos casos em que experiências de intercâmbios docente e discente, realizadas por intermédio da UNEB, não resultaram em benefícios para a instituição.

Em relação ao projeto para a construção de uma política de internacionalização da UNEB, observamos que as diretrizes estabelecidas para atuação no âmbito da internacionalização refletem, de forma explícita, as características constituintes da instituição, a exemplo de sua interiorização e capilaridade pelo Estado da Bahia, o perfil socioeconômico de seu corpo discente, bem como o compromisso em promover a formação intercultural de sua comunidade. Nesse seguimento, tais diretrizes indicam clarificação dos objetivos e interesses para internacionalização, estabelecendo prioridades para sua inserção no cenário internacional.

Além disso, destacamos a consistência entre essas diretrizes e os princípios institucionais da UNEB, a saber:

Multicampia e multirregionalidade; Inserção no desenvolvimento regional; Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial; Gratuidade e qualidade do ensino público; Democracia, participação e conduta ética e respeito à cidadania e aos direitos humanos; Acessibilidade, permanência e ações afirmativas; Valorização da pluralidade etnocultural e respeito à diversidade de gênero e sexualidade; Compromisso com a inclusão social; Inovação e desenvolvimento tecnológico; Articulação intra e interinstitucional; Integração entre o ensino superior e a educação básica (UNEB, 2013a, p. 15).

Tais princípios revelam as prioridades para atuação da UNEB no Estado, ressaltando seu compromisso com o desenvolvimento regional, a inclusão e democratização da participação na vida acadêmica, além da atuação em rede para fortalecimento institucional, dentre outros. Ainda nesse aspecto, a UNEB apresenta como missão:

[...] a produção, socialização e aplicação do conhecimento nas mais diversas áreas do saber, em dimensão estratégica, com vistas à formação do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades políticas, econômicas e sociais da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, da justiça social e da pluralidade etnocultural (ibid., p. 13).

Em termos de atuação no âmbito da internacionalização, as estratégias da UNEB estiveram pautadas na interculturalidade das trocas acadêmicas e científicas por parte de sua comunidade interna e na articulação interinstitucional com IES locais e internacionais para fortalecimento do processo de internacionalização. Dessa forma, o Relatório de Gestão de 2016 destaca como meta para a SERINT:

[...] o fortalecimento da política de internacionalização e a difusão e troca de conhecimentos através da realização e apoios a eventos acadêmicos, científicos e culturais, visando a interação entre a Comunidade Unebiana e IES Internacionais, para socializar, potencializar e ampliar o debate sobre conhecimento, culturas e aprendizagens na perspectiva da Interculturalidade (UNEB, 2017b, p. 69).

Nesse contexto, ressaltamos o argumento da literatura corrente (HUDZIK; STOHL, 2009; JENKINS-DEAS, 2009; GREEN, 2012) de que o planejamento para internacionalização necessita estar intrinsecamente alinhado aos objetivos institucionais de modo a poder

impulsionar a instituição no alcance de sua missão. Assim, e retomando os *rationales* para internacionalização levantados na UNEB, evidenciamos que, ao passo em que, de modo geral, tal sintonia é encontrada entre as diretrizes e metas para internacionalização e a missão e princípios institucionais, a falta de institucionalização dessa política indica ainda outra dimensão onde o comprometimento com a internacionalização, por parte da alta gestão, se apresenta frágil. Argumentamos que isso decorre de um contexto em que a internacionalização não é ainda compreendida por seu papel estratégico para a instituição, tal qual o pressuposto pela missão institucional da UNEB que evidencia a dimensão estratégica com que a produção, socialização e aplicação do conhecimento devem ser tomadas. Essa compreensão salientaria os resultados que se pode alcançar por meio da institucionalização da dimensão internacional no cenário acadêmico. Mais uma evidência disso é encontrada no organograma institucional disponível no sítio da UNEB (ver figura 5) onde o órgão indicado para a gestão das relações internacionais é ainda a Assessoria para Cooperação Internacional (ASSECI), sendo que, já em 2014, esse órgão foi extinto, dando lugar à SERINT graças ao projeto de gestão ‘UNEB Democrática e de Qualidade 2014 – 2017’. Mais evidência seriam as críticas da Secretária Especial de Relações Internacionais sobre a dificuldade em atualizar o sítio institucional com informações sobre as ações correntes de internacionalização.

A consistência entre as estratégias de internacionalização, planejamento para desenvolvimento institucional e a missão universitária é condição fundamental para sustentabilidade do processo, considerando que a internacionalização representa altos investimentos financeiros que necessitam, por sua vez, se converterem em benefícios significativos para a instituição. Por isso a crítica da Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação da UNEB quanto à falta de estratégias institucionais para apropriação dos resultados da internacionalização necessita ser ressaltada à medida em que expõe uma lacuna do planejamento institucional para a internacionalização que, por sua vez, pode comprometer toda a estratégia de alavancagem internacional da UNEB.

Nesse contexto, advogamos que internacionalização necessita ainda transcender o *status* de função *ad hoc* no contexto universitário para alcançar o nível estratégico em que servirá para elevar a qualidade da educação superior e contribuir para o desenvolvimento das sociedades por meio da estratégia de produção e difusão do conhecimento. Ponderamos, assim, os argumentos de Knight (2008), Green (2012), Laus e Morosini (2005), Qiang (2003) e van der Wende (1997) de que a internacionalização não é e não pode ser diminuída a uma atividade fim e evidenciamos a necessidade de que tal compreensão possa se encontrar enraizada na política institucional para desenvolvimento da internacionalização no contexto da UNEB.

Relativamente ao aporte financeiro para execução de suas estratégias, a Secretária nos conta ainda que a SERINT dispõe de um orçamento anual variável: no ano de 2014, quando o setor foi criado, o setor recebeu R\$600.000,00; já em 2017, esse valor caiu para R\$300.000,00.

Eu era sozinha e não consegui gastar esses 600 mil, [...] gastei uns 50 mil. Quando foi no ano seguinte, o Governo começou a declarar dificuldades financeiras no final de 2014, e [em 2015] foi para 300 mil. 2016 foi para 250 mil [...]. Quando foi em 2017 eu reclamei tanto, eu briguei tanto, que eles me devolveram os 50 mil e voltou para 300 mil (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Dentro deste quadro, destaca o objetivo de “fomentar a política de internacionalização da UNEB, assessorar os atores da UNEB em todas as questões referentes a viagens, a mobilidade e [ao] intercâmbio e potencializar o ensino e a pesquisa através dessas relações [...] de internacionalização”.

Nesse contexto, salta aos olhos o relato de utilização de menos de 10% do orçamento disponível às ações de internacionalização no exercício de 2014. Considerando que este foi o ano de criação da SERINT, ponderamos que a presença de recursos financeiros necessita ser balanceada pela presença institucional no sentido de prover apoio à gestão desses recursos já que sua alocação, tão somente, pode não ser suficiente para apoiar sua boa gestão. Mais ainda, em se tratando de recursos públicos, devemos considerar a carga de responsabilidade, bem como os riscos de propor e executar esse montante sem o apoio de uma equipe treinada para isso.

A seguir, destacamos as propostas de investimento por parte da SERINT para internacionalização, alocadas dentro do eixo da Produção e Difusão do Conhecimento no Plano de Metas 2016-2017 da UNEB:

SERINT				
META	2016		2017	
	QUANT	INVESTIMENTO	QUANT	INVESTIMENTO
Programa de intercâmbio e mobilidade discente	4	20.000,00	6	30.000,00
Programa de intercâmbio e mobilidade docente e de técnicos	5	20.000,00	5	20.000,00
Política de internacionalização	1	0	1	20.000,00
Congresso internacional Da interiorização à internacionalização do conhecimento	1	50.000,00	1	30.000,00
Simpósio internacional Patrimônios imateriais do Alentejo à Bahia: canti alentajano e capoeira	1	10.000,00	1	0
Conferência magna alusiva ao aniversário da UNEB e importância da língua portuguesa	1	10.000,00	1	0
<i>International Scientific Coffee</i> , nos Departamentos	3	5.000,00	5	15.000,00
XX Encontro FAUBAI Nordeste (instituição sede)	1	25.000,00	-	0
Difusão da política de internacionalização na UNEB	10	5.000,00	12	15.000,00
Produção de <i>baners, posters, folders</i> , manual	0	0,00	0	5.000,00
Ações de internacionalização da UNEB	14	102.500,00	15	112.500,00
Credenciamento da UNEB em instituições e organizações internacionais	1	2.500,00	1	2.500,00
TOTAL FONTE 114		250.000,00		250.000,00

Quadro 1 – Metas da SERINT para 2016-2017

Fonte: UNEB (2016a).

Acerca desse planejamento de metas, destacamos alguns pontos: (1) a existência de uma inconsistência entre o investimento descrito para a SERINT em 2017 pelo Plano de Metas (R\$250.000,00) e aquele relatado pela Secretária (R\$300.000,00); (2) a meta de “ações de internacionalização da UNEB”, que representa quase metade do investimento anual em ambos os períodos de 2016 e 2017, não é clara, contradizendo ainda o entendimento de que todas as outras metas sejam, também, ações de internacionalização por parte da UNEB; (3) a meta de fomentar, fortalecer e difundir a política de internacionalização da UNEB, apesar de ressaltada pelas metas de atuação da SERINT (UNEB, 2017b), pelo objetivo descrito pela Secretária, e pelo Plano de Metas acima, não encontra evidência de um movimento para institucionalização dessa política, um primeiro e fundamental passo para o alcance das metas propostas; (4) do mesmo modo, as metas relativas à política de internacionalização, bem como a destinação de R\$40.000,00 a estas ações, não deixam claro as abordagens e estratégias propostas para fortalecimento dessa política.

Em consulta posterior, a Secretária explicou que o acréscimo de R\$50 mil ao orçamento relativo ao exercício de 2017 deu-se após a publicação do Plano de Metas 2016-2017 e, por

isso, não aparece evidenciado na Tabela 2. Explicou ainda que, atualmente, a equipe da SERINT está trabalhando na construção da política de internacionalização da UNEB.

Já a existência de recursos específicos para internacionalização da pesquisa e da pós-graduação é evidenciada pela Pró-reitora que cita os recursos do PROAP, onde algumas rubricas são destinadas ao custeio de passagens e diárias para o exterior, apoio a publicação, e apoio para trazer professores estrangeiros para eventos e afins na UNEB. Além desses, menciona os recursos destinados aos editais PROFVISIT e PROPUBLIQ, assim como ao Programa de Apoio aos Programas de Pós-Graduação (PROPÓS) da PPG. Tais recursos evidenciam a análise de que, embora na UNEB o setor que realiza a gestão de suas relações internacionais possua autonomia orçamentária para execução de suas atividades, a internacionalização não fica restrita à tal setor, sendo tomada também como uma missão da PPG em função de sua atuação com a pesquisa e a pós-graduação.

Por fim, em seu Relatório de Gestão de 2016, a UNEB ressalta as principais ações de internacionalização desenvolvidas pela SERINT durante esse período:

[...] a realização do XX Encontro da FAUBAI Nordeste, em Salvador, com a participação dos assessores internacionais das IES nordestinas e profissionais renomados; a viagem de duas estudantes para a Itália e a missão interinstitucional àquele país e a participação da UNEB no Projeto *CAMINOS*; o crescente envolvimento dos estudantes interessados em internacionalização; a articulação para a implantação e aprovação do programa de pós-graduação no campus de Serrinha (UNEB, 2017b, p. 70).

Em termos dos resultados descritos, apontamos o fato de que algumas dimensões levantadas se apresentam de forma abstrata, sem menção dos indicadores considerados para fundamentar tais resultados, bem como dos ganhos institucionais que estes propiciam. A título de exemplo, destacamos o dito crescimento do envolvimento da comunidade discente com o processo de internacionalização, o tipo de ações tomadas para apoiar a implantação de curso de pós-graduação em um de seus campi, assim como a relação de tal articulação com a dimensão internacional da UNEB já que um programa de pós-graduação, por si só, não é capaz de indicar incrementos no processo de internacionalização.

Comparativamente, e embora não disponha, todavia, de um documento que institucionalize sua dimensão internacional e proponha diretrizes para sua atuação, observamos, na UFBA, indicativos de clarificação em seus objetivos e interesses para internacionalização que direcionam esse processo.

Para o Reitor, a internacionalização, no contexto da UFBA, faz parte de uma estratégia maior, a de:

[...] transformar a Universidade Federal na Bahia numa universidade ainda mais conceituada. Eu diria que a estratégia seria mais ou menos a seguinte: quanto mais internacionalizados, mais as nossas virtudes acadêmicas aparecerão até no cenário nacional. Então, a internacionalização serve para que a Universidade realize melhor a sua missão. Então, ela faz parte de um projeto global de fazer com que a UFBA, cada vez mais, [...] se posicione no cenário das universidades, inclusive nos *rankings*, com um reconhecimento mais destacado (REITOR - UFBA).

Assim, aponta que, atualmente, a instituição está em processo de construção de sua política de internacionalização para a qual, de antemão, destaca o posicionamento de não definir áreas ou parceiros prioritários, se opondo, dessa forma, às diretrizes para atuação por parte do Governo Federal através do Programa CAPES-PrInt.

Ao posicionar a internacionalização como um objetivo subordinado à missão global da instituição, vemos indicativos claros da compreensão do caráter estratégico da internacionalização para viabilização de melhorias no âmbito institucional que, por sua vez, impulsionará a Universidade ao alcance de sua missão. Nesse seguimento, destacamos o PDI da instituição com referência à missão de:

produzir, socializar e aplicar o conhecimento construído nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural, em especial no estado da Bahia, e promover a formação de cidadãos capazes de atuar na construção da equidade, da justiça social e da democracia e de profissionais qualificados para o mundo do trabalho (UFBA, 2012, p. 18).

Ao passo em que o reconhecimento e a visibilidade internacional, destacados pelo Reitor como estratégias para desenvolvimento da internacionalização, não são objetivos enfatizados por seu planejamento institucional, compreendemos que estes são consequências da execução de sua missão na medida em que o alcance dos objetivos acima declarados, invariavelmente proporcionarão à UFBA maior proeminência no cenário internacional. Nesse contexto, a internacionalização age como um aliado do desenvolvimento institucional, impulsionando melhorias nos processos de produção, socialização e aplicação do conhecimento a partir do relacionamento por meio de conexões globais de pesquisa, promovendo, conseqüentemente, a formação crítica e multireferenciada de seus cidadãos e o desenvolvimento da sociedade. Sem embargo, destacamos a necessidade de se explicitar o estreitamento entre as estratégias de

internacionalização e os objetivos institucionais, evidenciando mais fortemente os *racionales* para internacionalização da UFBA com um alinhamento consistente dos resultados esperados.

Mais ainda, esse alinhamento de estratégias é tratado por de Wit (2009) ao argumentar a necessidade de mensuração do processo de internacionalização em vista dos *rankings* nacionais e internacionais da educação superior que pressionam as instituições universitárias à consolidação de sua dimensão internacional. Nesse aspecto, e resgatando as críticas da Coordenadora de Relações Internacionais da AAI/UFBA acerca da dificuldade de verificação do “nível de internacionalização” atual da Universidade em função da pulverização de suas ações, é que argumentamos ainda que a estratégia de alcance de maior visibilidade e reconhecimento internacionais necessita ser institucionalizada de modo a se tornar uma missão de todos, compreendendo ainda indicadores que deem suporte ao processo de mensuração da internacionalização.

Em outro ponto, enquanto expõe o posicionamento de não indicar áreas prioritárias para atuação no cenário internacional, o Reitor contradiz as diretrizes para internacionalização estabelecidas em seu PDI (UFBA, 2012) que toma para si os objetivos do programa CsF, destacando as áreas da ciência, da tecnologia e da inovação como prioritárias. Não obstante, em face da eminente atualização de seu PDI, essa dissonância reflete uma mudança nas abordagens para internacionalização, confirmando o posicionamento de Knight (2004) de que essas abordagens não são fixas, variando de acordo com o período de desenvolvimento de seu processo de internacionalização e requerendo, por conseguinte, constante avaliação e adequação.

Em termos orçamentários, ambos a Coordenadora de Relações Internacionais e o Colaborador X declaram que a AAI não é uma Unidade Gestora, de modo que as verbas que porventura advenham de órgãos ou editais externos são administrados apenas indiretamente pelo setor. Por sua vez, o Reitor e o Pró-reitor indicam a existência de verbas específicas rubricadas para ações de internacionalização, em função de um histórico de compromisso da instituição, a exemplo do que ocorre com o programa PROFICI, com os editais regulares para revisão e tradução de artigos e para pagamento de taxas de publicações em periódicos internacionais, além dos recursos do PROAP. Adicionalmente, o Reitor menciona as ações discricionárias da gestão, a exemplo da abertura de edital para atração de professores visitantes, o que argumenta demonstrar o interesse da gestão em apoiar as ações de internacionalização.

Fica evidente, desse modo, a pulverização das atividades de internacionalização, tal qual relatado pela Coordenadora da AAI como forma de demonstrar a complexidade em se gerir, monitorar e avaliar as relações internacionais na UFBA. Enquanto tal fato se dá como um

reflexo do caráter inerente da transversalidade da internacionalização, o que, em tese, a torna responsabilidade e compromisso de toda a comunidade acadêmica, ele também reflete a baixa autonomia administrativa e orçamentária da AAI que, apesar de ser demandada por todos os setores da Universidade (UFBA, 2017b), cumpre no assessoramento prestado ao seu dirigente máximo, bem como à comunidade universitária como um todo, a sua razão primária para existência.

Por fim, em termos das ações realizadas, a instituição descreve em seu Relatório de Gestão do exercício de 2016 (UFBA, 2017b) diversas atividades no âmbito de sua dimensão internacional, ressaltando a transversalidade dessa dimensão com vistas a contemplar os interesses do ensino, da pesquisa e da extensão. Dentre as atividades relatadas, destacamos o envio e a recepção de missões internacionais, a promoção e o gerenciamento dos programas de mobilidade estudantil, docente e técnico-administrativo, a coordenação das atividades de cooperação internacional, bem como de programas de cotutela e dupla diplomação, a representação da UFBA em fóruns e reuniões para discussão sobre ações de internacionalização, a construção da versão em inglês do sítio institucional da Universidade, a condução de projetos no âmbito dos programas *Erasmus+*, *Sustain-T*⁵⁴ e Projeto PRECIOSA⁵⁵, articulações para criação e normatização de programas de duplo diploma de graduação e oferecimento de disciplinas em língua estrangeira e o trabalho de conscientização de sua comunidade quanto à necessidade da internacionalização.

A descrição dessas atividades evidencia os caminhos percorridos pela UFBA para consolidação de seu processo de internacionalização, com ênfase nos esforços em institucionalizar a dimensão internacional no âmbito dos programas de graduação e de seu sítio institucional, este último corroborando a estratégia de promover maior visibilidade internacional à instituição.

⁵⁴ Projeto da Comissão Europeia em parceria com a *Erasmus Mundus*, coordenado pelo *Politecnico di Milano* e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visa aprimorar a capacidade internacional das IES europeias e latino-americanas no âmbito das tecnologias inovadoras para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.sustain.t.eu/>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

⁵⁵ Projeto que visa a oferecer oportunidades de mobilidade entre a América Latina e a Europa para estudantes em diversos níveis de ensino, além de corpo docente e técnico-administrativo, em várias áreas de estudo. Disponível em: <<http://www.em-preciosa.eu/pt/projecto-preciosa.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

5.7. Operacionalização

Em relação à dimensão da operacionalização de internacionalização no âmbito da UNEB, observamos esforços de ações conjuntas e de articulação interinstitucional que buscam evidenciar a transversalidade e a solidariedade de sua internacionalização. Mais ainda, percebemos uma preocupação com a democratização do acesso à vivência e à formação estudantil internacional. Não obstante, problemas relativos à gestão de seus acordos de cooperação foram identificados, de modo a expor algumas das fragilidades da UNEB em sua busca por internacionalização.

Acerca do papel da Pró-reitoria para a implementação das estratégias de internacionalização, a Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação argumenta ser esse um dos mais importantes dentro da UNEB, tendo em vista que o próprio fazer do pesquisador, dos processos de inovação e da formatação dos cursos de pós-graduação estão intrinsecamente relacionados à dimensão internacional. Destaca, com isso, que, após a realização do projeto PPG Itinerante, em que a Pró-reitoria realizou visitas aos programas de pós-graduação em todo o Estado, foi constatado que a internacionalização era uma das grandes demandas dos programas de pós-graduação:

Daí foi quando eu fui convidada para o Grupo Coimbra, aí foi um momento muito importante [para] mim, conhecer, e daí eu disse, “olha a gente não pode mais trabalhar e nem planejar sem pensar coletivamente”. Daí a gente já sentou muitas vezes, fizemos um evento esse ano juntos, que foi um *workshop* dos programas de pós-graduação junto com a SERINT. E aí a SERINT foi também mostrando [onde] que vai emperrando os processos [de saída do país], porque ninguém sabia porque [um] era aprovado e outro não [...]. E aí foi quando os coordenadores resolveram fazer a carta para o Governador sobre autonomia universitária – que até então ninguém tinha pensado (PRÓ-REITORA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - UNEB).

Nesse sentido, observa o trabalho de articulação da PPG com a SERINT, haja vista o papel estratégico da internacionalização para a instituição:

[...] por isso que a gente tem se aproximado muito da SERINT, que a gente tem cobrado [...] informações e participação. [...]. Então, [para] gente, é extremamente estratégico. Aí, é lógico, as estratégias são: a gente está criando as condições da normatização dos programas e uma aproximação com a SERINT. E a gente também está cobrando, junto com a Reitoria, a necessidade da PPG estar nesses encontros que a CAPES está para falar de

internacionalização, que o Grupo Coimbra [está], que a ABRUEM⁵⁶ está [...] (PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - UNEB).

Por sua vez, a Secretária Especial de Relações Internacionais ressalta, também, a articulação da SERINT com as Pró-reitorias da UNEB no sentido de conceder a transversalidade das ações de internacionalização:

Sempre a SERINT procura articular as ações ou as intenções com os devidos atores, com as Pró-reitorias: Graduação, Pós-Graduação, Extensão, os grupos de pesquisa. Não dá para articular sozinha porque a SERINT não tem o poder de fazer ação sozinha. Se não vai se isolar, não é transversal (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Da mesma forma, observa o relacionamento e articulação da UNEB com as demais universidades estaduais, federais e privadas do Estado, de modo a criar parcerias para o desenvolvimento de projetos e colaboração em ações de internacionalização:

E essa articulação se dá a nível nacional e internacional, porque às vezes eu não tenho como fazer sozinha, aí chamo a UEFS, entendeu? Chamo a [...] UFBA. [...]. A UNIFACS, por exemplo, eu tinha um grupo grande de professores [para] ir para a China, sabe o que a UNIFACS fez? Chamou o parceiro da China, o cara veio aqui, fala português, a gente se reuniu, eu, ele e o reitor. Ele conseguiu hospedagens para os nossos professores da UNIFACS e da UNEB, gratuitas. Conseguiu alimentação [...]. Conseguiu um monte de coisa, a gente só tinha que pagar a passagem (SECRETÁRIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNEB).

Fica evidente, desse modo, que a articulação em torno da operacionalização da internacionalização na UNEB ocorre de forma a envolver as diversas instâncias internas e externas à instituição, num processo que se fortalece através da solidariedade e do trabalho conjunto, demonstrando como forte a compreensão de que a internacionalização é responsabilidade de todos. No âmbito interno da UNEB, a aproximação às demandas da comunidade por ações de internacionalização, bem como o seu próprio caráter transversal e, portanto, interdependente, têm causado a mobilização de agentes e setores, em especial da Reitoria, em prol da internacionalização. Ainda nesse contexto, observamos o papel de órgãos

⁵⁶ A Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) é composta por cerca de 45 instituições de ensino superior municipais e estaduais e visa “aprofundar permanentemente as discussões de temas prioritários para a agenda do Ensino Superior, sempre almejando a harmonia entre Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização”. Disponível em: <<http://www2.abruem.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

de apoio ao desenvolvimento da educação superior, tais como a CAPES, o Grupo Coimbra, a FAUBAI e a ABRUEM, de modo a promover maior disseminação da cultura de internacionalização entre os gestores e a comunidade acadêmica, suscitando o interesse e o acercamento destes às questões que envolvem e dificultam a institucionalização de sua dimensão internacional.

No âmbito externo, analisamos que a articulação interinstitucional da UNEB, em especial na perspectiva da região Nordeste, é estratégica para o desenvolvimento de sua internacionalização na medida em que possibilita o fortalecimento de sua atuação no cenário internacional por meio da colaboração com instituições similares em estrutura e *rationales* para internacionalização. Nesse espaço, destacamos a realização do Primeiro Fórum de Assessores de Relações Internacionais das IES baianas, do Primeiro Congresso INTERnacional: Internacionalização do Conhecimento na Perspectiva das IES do Nordeste Brasileiro, bem como a XX Reunião da FAUBAI Regional Nordeste, realizados em 2016 e organizados pela UNEB, tendo em vista o objetivo de “agregar esforços para o fortalecimento da internacionalização do Ensino Superior na Bahia” (UNEB, 2016b, n.p.).

As principais ações de internacionalização desenvolvidas pela SERINT são, conforme destaca a Secretária, a mobilidade discente e docente, realização e o apoio à participação em eventos, além do que chama de “articulações”, exemplificando a realização de missões, o estabelecimento de acordos de cooperação acadêmica internacional e o apoio ao desenvolvimento de projetos de cunho internacional. Em termos estratégicos, destaca a realização do CAFÉ INTER como forma de difundir a cultura de internacionalização no âmbito de sua comunidade interna. Já em relação aos programas de mobilidade, conta que esses são desenvolvidos através de apoio externo, a exemplo do programa de bolsas Santander Universidades e dos programas da *Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales* (AIESEC), e interno, por meio de editais de bolsas de estudo do programa permanente de mobilidade da UNEB⁵⁷. Já em relação aos acordos de cooperação

⁵⁷ Os mais recentes editais internos de mobilidade internacional da UNEB estão disponíveis na página <<https://portal.uneb.br/serint/editais/>>. A título de exemplo, destacamos o edital para bolsas de estudos para a Universidade de Havana, em Cuba, destinado aos campi de Salvador, Guanambi e Senhor do Bonfim, disponível em: <https://portal.uneb.br/serint/wp-content/uploads/sites/56/2017/08/edital_cuba_02_2017.pdf>; e os editais para bolsas de estudos para a Universidade de Coimbra, em Portugal, disponível em: <https://portal.uneb.br/serint/wp-content/uploads/sites/56/2017/08/edital_042017_DCHT_XVII.pdf> para o campus de Bom Jesus da Lapa e <https://portal.uneb.br/serint/wp-content/uploads/sites/56/2017/08/edital_032017_DCHT_XXI.pdf> para os campi de Ipiaú e Serrinha. Acesso em: 01 out. 2017.

internacional da UNEB com IES estrangeiras, observa que apenas 20 a 25% desses são ativos, gerando ações de intercâmbio, pesquisa conjunta e projetos envolvendo o ensino e a extensão.

Relativamente aos projetos de pesquisa conjuntos com instituições estrangeiras, a Pró-reitora citou o desenvolvimento de vários desses com países da Europa, América do Norte e Sul. Esses projetos, geridos pelos professores da instituição, envolvem publicações conjuntas, visita e recepção de pesquisadores do exterior e participação destes em palestras anuais de aula inaugural. Os procedimentos de cotutela, por sua vez, são geridos pela PPG e ocorrem por com a demanda. “A UNEB tem muitas táticas para fazer a internacionalização”, afirma a Pró-reitora.

Nesse contexto, resgatamos o enfoque institucional da UNEB por meio de sua abordagem de atividades em internacionalização, em especial as envolvendo a mobilidade acadêmica internacional, ressaltando, assim, sua preocupação em gerir sua mobilidade acadêmica de maneira democrática e contínua, por meio de um programa permanente de mobilidade que oferece bolsas de estudo para o corpo estudantil. Tal iniciativa indica o objetivo de possibilitar a formação internacional e intercultural à comunidade discente, haja vista o seu já mencionado perfil socioeconômico diferenciado. Dado o caráter seletivo e elitista das ações internacionais que envolvem, em particular, o corpo estudantil e a vivência internacional, a UNEB se destaca por se posicionar na contramão dos movimentos globalizantes que, conforme analisa Bauman (1999), impõem segregações e exclusões por todas as partes, num cenário onde o dualismo global *versus* local dita as regras do jogo.

Por outro lado, a gestão da cooperação internacional da UNEB sobressai pela baixa efetividade de sua operacionalização, segundo o já relatado por Leiro e Rosário (2016, p. 19) ao evidenciar a existência de “fragilidades no registro de informações, ações intermitentes de acompanhamento, comunicação episódica e superficial e instruções normativas precárias” da instituição. Corroborando tal afirmação, destacamos a inconsistência entre o número de acordos de cooperação internacional no sítio institucional da UNEB (39)⁵⁸ e o relatado por sua Secretária Especial de Relações Internacionais (cerca de 60), evidenciando mais uma deficiência desse processo. Diante disso, reforçamos o argumento de Leiro e Rosário (ibid.) de que é necessário que os acordos de cooperação internacional sejam vistos por seu papel estratégico para a expansão do diálogo científico, levando em conta, ainda, que a produção e socialização do conhecimento foram alguns dos *rationales* para a internacionalização levantados na UNEB.

⁵⁸ Convênios e Acordos de Cooperação da UNEB. Disponível em: <<https://portal.uneb.br/serint/acordos-de-cooperacao/>>. Acesso em 29 dez. 2017.

Finalmente, acerca da existência de estratégias com o uso das TIC para promoção de atividades e experiências de internacionalização dentro do campus da instituição, a Secretária afirma não haver. Menciona, contudo, já estar em articulação com uma IES peruana através da pesquisadora Olivos Rossini (2016), a qual desenvolveu um estudo sobre experiências de utilização das TIC para desenvolvimento do processo de IaH no Peru. Menciona ainda um de seus acordos de cooperação com uma IES americana em que “a condição do acordo [é] potencializar, financiar ou patrocinar um projeto [com o uso das] tecnologias”. Contudo, aparentemente, esses projetos ainda não estão em andamento. Adicionalmente, menciona o uso das TIC para participação em palestras e conferências.

Em consonância com as ações que visam possibilitar a experiência internacional à sua comunidade acadêmica por meio do financiamento do programa de mobilidade estudantil, ressaltamos o potencial das TIC de democratizar a formação intercultural de docentes, discentes e pessoal administrativo, com baixo custo e alta abrangência, conforme o argumentado por Leask (2004) ao enfatizar a possibilidade de, tendo uma experiência mediada pelas TIC, todo estudante possa se tornar um ‘estudante internacional’. Assim, reforçamos a importância de se impulsionar o uso dessas tecnologias no contexto da UNEB com vistas a fornecer suporte ao seu processo de internacionalização na medida em que promove, de maneira efetiva, a institucionalização da cultura internacional e intercultural aos seus objetivos e funções, ao mesmo tempo em que consolida sua inserção no cenário internacional.

Comparativamente, no âmbito da UFBA, apesar da compreensão acerca da importância da internacionalização enquanto uma atividade transversal que perpassa a Universidade como um todo, em especial no que tange as áreas de pesquisa e pós-graduação, observamos baixa interação entre a AAI e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI), de modo que o desenvolvimento da internacionalização é contemplado pela gestão universitária como sendo uma responsabilidade da AAI.

As ações de cooperação acadêmica internacional são avaliadas pelo Reitor da UFBA em termos do fortalecimento e atualização dos componentes ligados à pesquisa e ao ensino universitário, de forma a pôr sua instituição em contato com o estado da arte do conhecimento, à medida que o diálogo com a comunidade internacional se desenvolve. Ao mesmo tempo, internamente, analisa que essas relações impulsionam melhorias na proporção em que “cobra[m] qualidade, porque eleva[m] o padrão com que o conhecimento é medido, [...] cobra[m] capacidade de divulgação, ou seja, cobra[m] a própria procura de meios de tornar acessível e visível o conhecimento produzido na rede mundial”.

Não obstante esse posicionamento, o Colaborador X da AAI expõe a necessidade de se avaliar a cooperação internacional em termos de efetividade das ações e desdobramentos, priorizando, em especial, a cooperação que se dá entre os grupos de pesquisa:

Eu não tenho muito apreço pela quantidade, eu quero que o acordo esteja ativo e funcionando. Então, na minha prática da assessoria, ultimamente, eu não tenho olhado com bons olhos – não é impedimento – mas eu não priorizo aquele acordo que eu vejo assim que é alguém que quer fazer um intercâmbio com a UFBA [...]. Porque só funciona se esse estudante for bem inserido na Universidade. Então, eu priorizo acordos de cooperação entre dois grupos de pesquisa. Grupo que vai ter realmente uma ponta lá e outra cá. De modo que o estudante que venha, seja ele de pós, seja ele de graduação, tenha um acolhimento que dê a ele realmente lastro dentro da Universidade (COLABORADOR X - UFBA).

Percebemos com isso uma clara consistência entre o *rationale* da produção conjunta do conhecimento, levantado anteriormente no âmbito da UFBA, e sua abordagem para a gestão de sua cooperação internacional, ressaltando a intenção da instituição de integrar a dinâmica global de produção de conhecimento em articulação direta com a comunidade internacional, tornando-se, ela mesma, protagonista desse processo. Nesse ponto, embasamos o posicionamento de Souto e Reinert (2004) ao enfatizar que a cooperação internacional se exprime no trabalho conjunto entre IES, na busca de interesses comuns. A UFBA, então, se insere nessa dinâmica de cooperação, tendo em vista o interesse de elevação da qualidade de seu ensino e pesquisa, na busca por alianças que, solidária e autonomamente, conforme o defendido por seu PDI, impulsionem sua atuação no cenário externo de forma a impactar seus processos internos.

Nesse seguimento, a comparação com a abordagem da UNEB para a cooperação internacional se torna evidente ao percebermos que, em contraste com esta instituição, a UFBA demonstra uma preocupação clara com a efetividade, os encaminhamentos e os desdobramentos de seus acordos, por meio da articulação de seus grupos de pesquisa com vistas a fundamentar as bases de sua cooperação internacional, gerando frutos duradouros para a instituição. Sem embargo, o contraste com o PDI (UFBA, 2012) revela uma discrepância relativa ao posicionamento de que a cooperação internacional deva estar cada vez mais vinculada ao papel dos grupos de pesquisa como forma de manter sua efetividade:

[...] o diagnóstico do que vem sendo feito historicamente na UFBA indica que as relações internacionais, fruto dos convênios firmados com instituições parceiras, precisam migrar de um território ainda marcado pelo pesquisador e seu grupo para um panorama no qual sejam observadas as múltiplas e diferenciadas vocações de discentes, docentes e técnicos (ibid., p. 37).

A falta de concordância entre o posicionamento de seus gestores e aqueles constantes nos documentos institucionais expõem a dificuldade em mapear como e onde os acordos de cooperação internacional poderão ser mais efetivos e de que forma estes poderão render mais frutos à comunidade acadêmica como um todo. Para mais além, a Coordenadora de Relações Internacionais indica alguns fatores que dificultam a efetividade dos acordos de cooperação da UFBA, dentre esses, a baixa proficiência em línguas estrangeiras por parte da comunidade acadêmica, tendo em vista a exigência das IES parceiras, em especial as de países anglófonos, por níveis de proficiência mais avançados, além da não oferta de disciplinas regulares em inglês por parte da UFBA⁵⁹, dificultando a recepção de estudantes internacionais que não falam português.

A esse respeito, colocamos em pauta a discussão acerca da imposição do inglês enquanto idioma universal como sendo parte do processo de colonização dos países centrais – o que envolve contextos de dominação política, econômica e cultural – sob os países periféricos. Trata-se, portanto, de um movimento de homogeneização no qual fenômenos locais, tal qual a utilização de determinado idioma, são impostos na dinâmica global de inter-relação entre os países (SANTOS, 1997). Nesse sentido, corroboramos a discussão desenvolvida por Castro e Cabral Neto (2012) e Lima e Maranhão (2009) que evidenciam a existência de um movimento assimétrico no que tange as atividades de mobilidade acadêmica internacional envolvendo países dos Hemisférios Norte e Sul. Nesse caso, os países que mais necessitam expandir sua mobilidade *inbound* (de recebimento de estudantes) e, portanto, desenvolver, de maneira sustentável, seu processo de internacionalização enquanto atraem recursos (humanos, financeiros, etc.) para dentro de suas fronteiras, são os que mais participam da mobilidade *outbound* (de envio de estudantes) para os países centrais, conferindo-lhes, assim, mais e mais vantagens educacionais, econômicas, culturais, tecnológicas e de recursos humanos qualificados. Esse contexto de hegemonia das relações internacionais no âmbito acadêmico tem seus reflexos no desenvolvimento das estratégias de internacionalização universitária na medida em que impõe barreiras à sua operacionalização.

Sem desconsiderar isso, relevamos a importância da utilização de uma língua universal, sobretudo no contexto da Educação Superior em que os processos de produção do conhecimento requerem uma base comunicacional comum que possibilite a difusão e apropriação desse conhecimento em escala global. Sem embargo, e considerando o caso da

⁵⁹ Conforme explica a Coordenadora, “as ofertas em outros idiomas ocorrem nos cursos de Letras e quando algum professor desenvolve algum projeto em parceria com outras universidades estrangeiras”, indicando, assim, o caráter pontual dessas ações.

UFBA e de seu forte posicionamento por maior integração com os países da América Latina e da África, ponderamos a importância de se promover o uso das línguas espanhola e portuguesa no contexto de sua cooperação e articulação, como forma de impulsionar e facilitar a integração entre o Brasil e países estratégicos do Hemisfério Sul, promovendo, assim, o fortalecimento das regiões envolvidas com base no modelo da Cooperação Internacional Horizontal defendido por Morosini (2011) no qual a solidariedade e a consciência internacional são princípios fundamentais na busca pelo o fortalecimento do objeto da articulação, bem como dos atores envolvidos.

Mais além, a iniciativa do PROFICI demonstra que a UFBA não se posiciona passivamente frente às barreiras linguísticas para o desenvolvimento de seu processo de internacionalização. Antes, busca sanar as lacunas existentes de maneira ativa e independente, colocando-se à frente nas iniciativas de cursos de idiomas e ações de internacionalização do país⁶⁰. Para avançar mais ainda, porém, incrementando a institucionalização da dimensão internacional “em casa” através da recepção de estudantes internacionais, a instituição deverá promover a oferta de componentes curriculares regulares em idiomas estrangeiros em seus cursos de graduação e pós-graduação. Quanto a isso, o Relatório de Gestão do Exercício de 2016 dá indícios de que articulações nesse sentido já estão sendo desenvolvidas:

Do ponto de vista acadêmico, a AAI deu prosseguimento à ação conjunta com o Conselho Acadêmico de Ensino (CAE) para discutir e criar normas específicas na UFBA sobre duas novas modalidades de atividades acadêmicas: duplo diploma de graduação e oferecimento de disciplinas em língua estrangeira (inglês). Ao mesmo tempo, foram mantidos entendimentos preliminares para implementar um programa piloto, possivelmente com a Escola de Administração, para o oferecimento de disciplinas em língua inglesa (UFBA, 2017b, p. 42-43).

Relativamente ao papel da PROPCI na implementação das estratégias de internacionalização da UFBA, o Pró-reitor considera como sendo coadjuvante:

Como a internacionalização é importante para a pesquisa e para a pós-graduação, portanto, apoiar a internacionalização é parte da nossa missão. Mas, por exemplo, não é parte da nossa missão pensar a internacionalização. [...] o nosso apoio à internacionalização, ele é indireto, ou seja, na medida em que a gente apoia a qualidade da pesquisa e da pós-graduação, a gente termina

⁶⁰ Conforme mencionado anteriormente, em 2015, a UFBA ficou em primeiro lugar em avaliação das melhores iniciativas de ensino de idiomas e de ações de internacionalização desenvolvidas por IES brasileiras no I Encontro Internacional do Programa Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização e Multilinguismo, do MEC.

apoiando a internacionalização (PRÓ-REITOR DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO - UFBA).

Do mesmo modo, indica não haver relação direta entre a PROPCI e a AAI, havendo, contudo, um entendimento geral por parte dos órgãos da UFBA acerca da internacionalização:

Não temos um relacionamento particular, temos assim uma sintonia dentro da administração. Eu diria assim que, no conjunto da administração da Universidade, tanto a administração superior quanto a administração das unidades, e as coordenações de pós-graduação, todo mundo entende a importância da internacionalização (PRÓ-REITOR DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO - UFBA).

Apesar disso, o PDI da UFBA constitui a internacionalização como uma importante diretriz estratégica no âmbito das atividades de Pesquisa, Criação e Inovação (PCI),

[...] tanto no que se refere ao desenvolvimento de projetos de PCI em cooperação com instituições estrangeiras, quanto na formação de recursos humanos, com base nos princípios da autonomia e reciprocidade, em todos os níveis. Assim, ações de indução da participação dos corpos docente, técnico-administrativo e discente em cursos, estágios, projetos conjuntos de PCI e outras atividades em instituições estrangeiras serão estimuladas (UFBA, 2012, p. 50).

Além disso, o PDI define a meta de “aumentar em 100% o número de bolsistas contemplados em Programas de internacionalização da iniciação à Pesquisa, Criação e Inovação” (ibid., p. 51), evidenciando, em tudo isso, que o ‘pensar a internacionalização’ é, também, uma função estratégica da PROPCI.

Se estabelecermos um comparativo com as evidências encontradas na UNEB quando destacamos sua articulação interna em prol do desenvolvimento de seu processo de internacionalização, vemos que, na UFBA, embora a compreensão acerca da importância da internacionalização para a instituição seja evidente entre os atores dessa pesquisa, com forte presença também nos documentos institucionais, seu desenvolvimento em termos de estratégia é visto enquanto uma responsabilidade da AAI. A partir disso, e considerando sua já evidenciada baixa autonomia administrativa e orçamentária, a AAI executa seu planejamento com apoio direto do Gabinete da Reitoria e indireto por parte das demais instâncias que compõem a Universidade.

Em vista disso, resgatamos a dimensão da consciência em internacionalização, conforme o argumentado por Knight (1994), para ressaltar a necessidade de desenvolvimento de uma cultura internacional dentro da IES de modo a permear os processos da gestão organizacional

a fim de que os valores da internacionalização estejam enraizados em todas as áreas e dimensões desse processo. Se por um lado, de fato, a existência de um setor responsável pela gestão das relações internacionais indica uma centralidade nas ações, por outro, “a internacionalização não pode ser propriedade de um pequeno grupo” (ibid., p. 12).

Em se tratando da mobilidade internacional discente e docente, o Reitor pondera a forte demanda por parte da comunidade interna, mas também externa, em especial na pós-graduação, argumentando que tem, na medida do possível, buscado dar mais apoio a esta atividade. A Coordenadora de Relações Internacionais, por seu turno, nos conta que atualmente essas atividades são geridas por meio de um calendário de inscrição aberto duas vezes ao ano para envio e recebimento de estudantes, ademais dos programas de apoio à mobilidade por parte dos órgãos externos de fomento:

Os editais de bolsa para intercâmbio são recursos [provenientes] das instituições anfitriãs dos estudantes. E os auxílios que já houve para o Programa Amigo UFBA⁶¹, auxílio a mobilidade internacional para estudantes UFBA, assim como auxílio moradia aos estudantes estrangeiros dos programas Bramex e Bracol, são oriundos da verba de internacionalização do SESu [Secretaria de Educação Superior]/MEC (COORDENADORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UFBA).

Em análise do sítio institucional da AAI⁶², não identificamos a existência de editais internos de bolsas de mobilidade internacional com recursos da UFBA, um provável reflexo da falta de autonomia orçamentária do setor. Mais ainda, esse dado se configura como um possível indicativo de contraste entre o perfil socioeconômico do corpo discente da UFBA e da UNEB, resultando em diferentes abordagens para viabilização das atividades de mobilidade internacional.

Finalmente, acerca da utilização das TIC no sentido de viabilizar a inserção da dimensão internacional nos moldes da IaH, fica evidente o seu uso interno, como um facilitador das atividades de gestão da AAI, a exemplo da busca de maior exposição da UFBA através da tradução do sítio institucional – o que, conforme explica o Colaborador X, ainda está em processo de viabilização por meio de parceria entre a AAI e o Instituto de Letras da instituição

⁶¹ O Programa Meu Amigo UFBA visa promover apoio institucional a estudantes internacionais participantes de programa de mobilidade na UFBA mediante a oferta de bolsas de auxílio à estudantes da casa que desejem colaborar na recepção e orientação de estudantes internacionais. Disponível em: <<https://aai.ufba.br/pt-br/amigo-ufba-discente>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁶² Os editais de mobilidade da AAI/UFBA estão disponíveis na página <<https://aai.ufba.br/editais/discentes>>. Acesso em 01 out. 2017.

– e participação em eventos (ex.: bancas de defesa) e reuniões dos consórcios internacionais através de videoconferência. Ainda outra experiência mencionada pela Coordenadora da AAI é relativa a um projeto de extensão através de edital da CAPES em conjunto com o *Fund for the Improvement of Post Secondary Education (FIPSE)*⁶³ do Departamento de Educação dos Estados Unidos, envolvendo estudantes da UFBA e da *Michigan State University*. Nesse programa, tecnologias para videoconferência foram utilizadas, em momentos específicos, de modo a transmitir aulas ministradas em diferentes partes do Brasil e dos Estados Unidos para os estudantes de ambas instituições. Nesse caso, enquanto não fica evidente a existência de qualquer tipo de interação entre os estudantes destas instituições, a experiência relatada revela uma iniciativa de IaH na qual a dimensão internacional, em termos de conteúdo curricular e experiência de classe, foi viabilizada mediante o uso das TIC. Mais informações, contudo, se fariam necessárias para avaliar a incorporação da dimensão internacional ‘em casa’ através do desenvolvimento de competências internacionais e interculturais para a comunidade discente, conforme Beelen e Leask (2011) argumenta se fazer necessário. Nesse caso, as abordagens para conteúdo, os processos de ensino, aprendizagem e interação entre estudantes e docentes, a exploração do componente da culturalidade no desenvolvimento dessa experiência seriam alguns dos aspectos da experiência de IaH.

⁶³ Programa de Consórcios em Educação Superior entre Brasil e Estados Unidos que objetiva “apoiar a inserção dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras no cenário internacional”. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/estados-unidos/capes-fipse>>. Acesso em: 29 set. 2017.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção objetiva sintetizar os resultados da pesquisa de campo apresentada em detalhes no capítulo anterior, à luz do debate teórico acerca do processo de internacionalização em Instituições de Ensino Superior (IES).

O estudo em tela se propôs a analisar as bases que fundamentam o processo de internacionalização da educação superior na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). No decorrer desta pesquisa, procuramos responder aos cinco objetivos específicos traçados, a saber: (a) investigar o contexto sob o qual tem se desenvolvido o processo de internacionalização da educação superior nas duas IES baianas elegidas para este estudo; (b) analisar a consciência e o comprometimento dos gestores institucionais relativos a seu processo de internacionalização; (c) identificar e analisar as razões e abordagens para internacionalização nas IES estudadas; (d) compreender os fundamentos das políticas e planos estratégicos institucionais voltados ao processo de internacionalização nas IES estudadas; (e) analisar as ações para operacionalização das estratégias de internacionalização nestas instituições.

Assim, a execução desta pesquisa envolveu, primeiramente, a discussão teórica em torno do contexto de desenvolvimento do processo de internacionalização na sociedade contemporânea, as bases conceituais sobre as quais esse processo vem se constituindo e suas formas de implementação no nível institucional. Em seguida, através da pesquisa empírica, segundo as orientações do modelo atualizado de Knight (1994) e Christino (2013), investigamos os fundamentos desse processo na UFBA e na UNEB, considerando a perspectiva de seus agentes institucionais, assim como as políticas para internacionalização expressas em documentos oficiais. Considerando a emergência da temática internacionalização no cenário das políticas nacionais da educação superior, intencionamos que este estudo possa oferecer subsídios para a construção de políticas de internacionalização em ambas as IES estudadas, em harmonia com seus objetivos e prioridades institucionais.

A seguir, passamos a considerar o modelo de internacionalização levantado nestas instituições:

	UFBA	UNEB
Análise do Contexto	<p>Em seu nascedouro até o perfil atual de seu corpo docente, a instituição apresenta características internacionais. Demonstra ampla compreensão acerca dos fenômenos que influenciam seu processo de internacionalização, posicionando-se de modo a demarcar seus objetivos e prioridades no cenário externo. Ressalta o paradoxo entre a crescente demanda por internacionalização por parte da comunidade acadêmica e o atual momento de restrições financeiras que atravessam as IES públicas brasileiras como uma barreira à sua internacionalização.</p>	<p>Desde a sua constituição, tendo ressaltada sua multicampia e capilaridade pelo Estado da Bahia, a instituição apresenta características internacionais. Demonstra compreensão acerca do potencial estratégico da internacionalização para o desenvolvimento do Estado, observando como positivo as pressões externas à medida que impulsiona seu processo de internacionalização. Destaca sua baixa visibilidade internacional e falta de autonomia universitária em relação ao Governo do Estado como fragilidades de seu processo internacionalização.</p>
Conscientização	<p>Tem como principais benefícios da internacionalização a elevação de sua visibilidade internacional, a participação na dinâmica global de produção do conhecimento e a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade baiana. As restrições orçamentárias e os aspectos estruturais são apontados como obstáculos para o desenvolvimento da internacionalização. Considera a existência de resistências por parte do corpo docente quanto ao recebimento de estudantes internacionais.</p>	<p>Tem como principais benefícios da internacionalização a melhoria de seus processos internos, o aumento de sua visibilidade internacional e a possibilidade de atração de recursos financeiros externos. Em termos de obstáculos, considera a baixa compreensão da comunidade acadêmica, bem como dos agentes do Governo do Estado e suas Secretarias sobre a internacionalização. Afirma não haver resistências internas para o desenvolvimento desse processo.</p>
Razões	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade internacional; • Produção conjunta de conhecimento; • Formação de alianças estratégicas mediante a cooperação internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade e reconhecimento internacionais; • Produção de conhecimento; • Desenvolvimento da comunidade acadêmica, mediante as atividades de mobilidade internacional.

Abordagens	Embora seu foco repouse sobre uma abordagem de atividades, as ações de gestão e as diretrizes políticas da instituição refletem uma preocupação pela transversalidade da internacionalização, evidenciando uma tendência para a institucionalização de uma abordagem de internacionalização por processos. Ao traduzir suas prioridades institucionais em estratégias explícitas para atuação no ambiente externo, configura um esforço proativo para alavancagem de sua internacionalização.	Embora ressalte o desenvolvimento da internacionalização mediante a abordagem por processos, de modo a evidenciar seu caráter transversal e envolver todos os atores institucionais, torna-se evidente o foco na abordagem de atividades, em especial envolvendo a mobilidade acadêmica internacional. Seu processo de internacionalização ainda se configura de maneira reativa ou passiva, como uma resposta a fatores internos e externos.
Comprometimento	O compromisso com a dimensão internacional é evidenciado por meio de atitudes para financiamento, apoio e demanda por ações de internacionalização. Porém, mais atenção por parte da alta gestão sobre as necessidades de sua AAI, assim como pela urgência de monitoramento das ações de internacionalização é destacado como sendo necessário.	O comprometimento com o processo de internacionalização é evidenciado em termos de ações, atitudes e demandas, de forma que esse compromisso vem sendo construído à medida que seus atores se acercam da importância da internacionalização. Ações de conscientização estão sendo realizadas. Contudo, a necessidade de maior atenção por parte da alta gestão a respeito da estrutura de recursos humanos de sua SERINT é destacada.
Planejamento	Embora não disponha, todavia, de um documento que institucionalize sua dimensão internacional e proponha diretrizes para sua atuação, indicativos de clarificação em seus objetivos e interesses para internacionalização são observados, de modo que direcionam esse processo. A AAI, contudo, não é uma Unidade Gestora e, portanto, não dispõe de recursos próprios para financiar suas ações.	Apesar de dispor de um projeto de política de internacionalização (ainda não institucionalizado) que estabelece suas diretrizes para atuação, assim como de recursos próprios destinados a financiar suas ações de internacionalização, os indícios levantados sugerem uma carência de estratégias institucionais que direcionem esse processo.
Operacionalização	As ações de internacionalização ocorrem, majoritariamente, por meio de sua AAI e há indícios de uma baixa interação entre esta e os demais setores da alta gestão no que tange a operacionalização da internacionalização são levantados. É ainda evidente a preocupação pela efetividade, os encaminhamentos e os desdobramentos de seus acordos de cooperação internacional.	Esforços de ações conjuntas e articulação interinstitucional são evidenciados, tal qual a preocupação em apoiar, por meio de editais de bolsas de estudo, o desenvolvimento de ações de mobilidade internacional. Não obstante, a gestão de seus acordos de cooperação internacional se sobressai por suas fragilidades de operacionalização e baixa efetividade.

Quadro 2 – Modelo de internacionalização UFBA e UNEB

Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo do contexto de desenvolvimento do processo de internacionalização nas instituições estudadas, pudemos compreender como este é demarcado por contradições onde, de um lado, a atual configuração do cenário internacional força estas instituições a buscar meios para se inserir no ambiente externo, conformando-se, assim, aos padrões da dinâmica global de produção e difusão do conhecimento; de outro, fatores como a política internacional e os movimentos anti-migratórios em várias partes do mundo, a atual crise político-econômica e orçamentária no Brasil, a falta de estrutura (física, tecnológica e humana) para gestão das relações internacionais nestas IES, o alto nível de controle por parte do Estado, além da crescente demanda por internacionalização por parte da comunidade acadêmica, têm tornado o esforço para internacionalizar mais exaustivo e, também, urgente.

Diante disso, é cabível a retomada das definições de globalização de Knight e de Wit (1997) e Altbach (2004) adotadas em nossa fundamentação teórica, de acordo com as quais a globalização é o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores e ideias através das fronteiras, que direta e inevitavelmente afetam a educação superior. Reconsideramos aqui tal adoção mediante a constatação de que essas definições remetem a uma neutralidade do fluxo de influências promovidas pelos movimentos globalizantes e que, portanto, não refletem a complexidade da relação educação superior *versus* globalização, conforme apontam os achados deste estudo no que tange o contexto de desenvolvimento da internacionalização da educação superior. Antes, a internacionalização tanto influencia como é influenciada pelo fenômeno da globalização (KNIGHT, 2003) e é esse sistema de retroalimentação que promove avanços na ciência, na tecnologia, na economia, no conhecimento, nas pessoas, nos valores e nas ideias por entre as fronteiras. Esse processo, porém, é revestido de incongruências à medida que é, por si mesmo, parte de um jogo de poder e de dominação que demanda homogeneização ao mesmo tempo em que cria desigualdades.

Nesse cenário, é destaque a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no que tange o incentivo para a inserção das IES brasileiras no cenário internacional. De um lado, esse apoio por parte do Governo Federal é de suma importância para a sustentabilidade do processo de internacionalização destas instituições na medida em que contribui com a injeção de recursos financeiros, o estabelecimento de diretrizes para a construção de políticas institucionais de internacionalização, além de evidenciar a urgência dessa temática no cenário nacional, do mesmo modo como ocorreu durante a vigência do Programa Ciência sem Fronteiras. Por outro lado, restou claro nesta pesquisa que a concepção de internacionalização da CAPES, bem como suas razões e prioridades nesse processo nem sempre correspondem àquelas das IES brasileiras, e em especial das que configuraram em

objeto deste estudo que, a partir da singularidade de seus contextos e do conhecimento dos anseios e demandas de sua comunidade interna, vêm delineando seus processos de internacionalização desde seu nascimento. Evidentemente que as dificuldades e as lacunas nos processos de internacionalização encontradas nestas instituições tornam latente a necessidade de intervenção da CAPES no sentido de verificar e direcionar os rumos da internacionalização da educação superior no Brasil. Sem prejuízo disso, argumentamos que a internacionalização não pode ser imposta em moldes únicos a todas as IES, da mesma forma como vem ocorrendo em escala global a partir dos movimentos de homogeneização da educação superior. Antes, esse processo necessita estar fundamentado no diálogo e na compreensão de internacionalização como uma estratégia de nível institucional que necessita avançar para beneficiar a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo.

Ainda nesse sentido, refletimos sobre a importância do papel que vem sendo desempenhado por algumas associações nacionais que tratam de apoiar o desenvolvimento de aspectos emergentes da educação superior, em especial da temática da internacionalização de suas instituições associadas, a exemplo da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Essas instituições, ao passo em que mobilizam os gestores institucionais para a urgência em promover o desenvolvimento de sua internacionalização, difundindo, de tal modo, essa cultura entre suas IES associadas, promovendo e, em alguns casos, financiando ações de internacionalização, atuam como basilares da inserção internacional na medida em que possibilitam o debate, a integração e a articulação interinstitucional.

Seguindo as diretrizes do modelo de internacionalização adotado neste estudo, as dimensões da consciência e do comprometimento foram úteis para revelar os valores institucionais em favor da internacionalização. Nos casos da UFBA e da UNEB, vimos que essas dimensões se apresentam fundamentadas na concepção do potencial estratégico da internacionalização para alavancagem da educação superior e dos processos que esta compreende, sendo, então, traduzidas em termos de financiamento, atitudes de apoio e promoção à cultura internacional nos âmbitos internos. Além disso, ambas as instituições observam sua relação com o ambiente em que estão inseridas, percebendo na internacionalização um meio de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, em face da consciência acerca do conturbado contexto de desenvolvimento de seus processos de internacionalização, a carência de um documento que institucionalize sua dimensão

internacional se traduz em uma lacuna no comprometimento com a internacionalização em ambas as universidades, uma vez que é este documento que permitirá que essas instituições possam se posicionar frente às condições do ambiente externo, fazendo uso das oportunidades disponíveis para avançar em seus objetivos de internacionalização. Do mesmo modo, a carência de recursos humanos e a precariedade das instalações físicas dos setores que gerem as relações internacionais em ambas as instituições demonstram ainda outra dimensão em que o comprometimento com a internacionalização se revela frágil.

Nesta pesquisa, contudo, não foi possível analisar a dimensão do comprometimento por parte da comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnicos), já que estes agentes não configuraram objetos desta investigação. Além disso, indicamos que o cruzamento entre os achados das categorias da consciência e do comprometimento, em termos de benefícios, impactos, atividades e atitudes de apoio à internacionalização, com as reais necessidades das instituições, tanto em termos de suas dimensões (físicas, geográficas e quantitativas) como pela perspectiva de seus *stakeholders*, poderia se configurar num interessante viés de pesquisa. Assim sendo, uma sugestão deste trabalho está na realização de estudos que aprofundem na investigação dessas categorias de análise, tendo em vista a compreensão de que a internacionalização deve ser um processo inclusivo (KNIGHT, 1994), no sentido de envolver seus diversos agentes com um objetivo comum, bem como pela necessidade de mensuração e monitoramento desse processo (DE WIT, 2009).

Por seu turno, a análise das razões e abordagens para internacionalização revelou semelhanças e diferenças entre os modelos da UFBA e da UNEB que apontam para o tratamento que essas instituições dispensam ao seu processo de internacionalização. Observamos que ambas apresentam intenções similares ao buscarem se inserir no cenário externo, entre essas o alcance de visibilidade e reconhecimento no âmbito global e a produção de conhecimento em conjunto com seus parceiros internacionais. Esses *rationales* implicam na criação de estratégias explícitas que direcionem e fundamentem sua atuação no cenário externo. Tal abordagem é encontrada na UFBA por meio de um modelo de internacionalização proativo que, com diretrizes e objetivos de internacionalização bem delimitados, vem expandindo sua atuação internacional com vistas ao desenvolvimento institucional. Não obstante, no caso da UNEB, os indícios apontam para a existência de um modelo de internacionalização reativo ou passivo que se desenvolve como uma resposta aos ambientes internos e externos, carecendo, assim, de diretrizes políticas e estratégicas para internacionalização.

Acerca dessas diferenças, ressaltamos o próprio histórico bicentenário da UFBA⁶⁴ em comparação aos cerca de 35 anos de história da UNEB, o que certamente contribui para que seu processo de internacionalização ainda caminhe rumo à uma consolidação. Mais ainda, a alta dependência da UNEB com relação ao Governo do Estado e a já apontada ineficiente estrutura de gestão da educação superior por parte de sua Secretaria de Educação corroboram para as dificuldades que a instituição encontra para se internacionalizar.

Por fim, as dimensões do planejamento e operacionalização das estratégias de internacionalização corroboraram a análise de que o modelo encontrado na UFBA se apresenta bem fundamentado, com clareza de seus objetivos e interesses para atuação internacional e em consonância com sua missão institucional. Sem embargo, e diante da iminente institucionalização de seu novo PDI, bem como da construção de sua política formal de internacionalização, verificamos a necessidade de alinhar tais documentos com as razões e abordagens para internacionalização levantadas na instituição, conforme relatamos em nossa análise de dados a existência de alguns pontos dissonantes entre essas dimensões. A título de exemplo destacamos a evidência de transição na abordagem de internacionalização que indica o posicionamento de não se trabalhar com áreas ou parceiros prioritários, embora seu PDI atual aponte disposição contrária, assim como a observância de como e onde seus acordos de cooperação internacional poderão ser mais efetivos, se diretamente atrelados ao papel dos grupos de pesquisa, conforme afirmam seus gestores, ou não, conforme expressa seu PDI.

Comparativamente, a UNEB se sobressai em termos de estrutura organizacional e orçamentária para a gestão das relações internacionais. Enquanto na UFBA o apoio à internacionalização é realizado pela Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI), órgão consultivo ligado ao Gabinete da Reitoria, que não dispõe de recursos orçamentários próprios, nem de autonomia administrativa para gerir os recursos captados externamente, na UNEB, um novo projeto de gestão concebeu, em 2014, a criação da Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT), órgão com autonomia administrativa e recursos orçamentários próprios para gerir e fomentar sua internacionalização. Como reflexo disso, vimos ressaltado em diversos momentos, no caso da UFBA, dificuldades relativas ao monitoramento das ações de internacionalização, o que não foi observado no caso da UNEB, embora destaquemos seu modelo de gestão multicampi. Tal resultado corrobora a análise de que a vasta capilaridade da UNEB pelo Estado da Bahia pode atuar em benefício de seu processo de internacionalização

⁶⁴ Considerando sua fundação em 1808 como a então Escola de Cirurgia da Bahia com o primeiro curso universitário do Brasil (UFBA, 2017a). A instituição, porém, só foi constituída oficialmente em universidade em 1946.

na medida em que pressupõe a gestão de um modelo complexo que lida com as barreiras do tempo-espço em seu cotidiano. Outra análise possível é relativa ao nível de centralização das iniciativas de internacionalização que, no caso da UFBA, dado a falta de autonomia orçamentária de sua AAI, é menor que no caso da SERINT/UNEB que, por sua vez, detém os recursos destinados às ações de internacionalização.

Ainda em observância das dimensões do planejamento e da operacionalização na UNEB, as evidências coletadas sugerem a ausência de estratégias institucionais que direcionem sua internacionalização, criando, assim, mecanismos para aumentar a eficiência de seus processos e institucionalizar suas ações. Todavia, notamos a existência de um funcionamento solidário entre a SERINT e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG) em relação ao desenvolvimento da internacionalização em sua transversalidade, assim como entre a UNEB e diversas instituições públicas (estaduais e federais) e privadas de ensino superior do Estado, e com associações nacionais de apoio à internacionalização, a exemplo do GCUB, da ABRUEM e da FAUBAI. Assim, embora sua internacionalização se encontre ainda em processo de desenvolvimento, tendo evidenciado fragilidades que comprometem a efetividade de suas ações, observamos que as bases (organizacionais, orçamentárias e de articulação intra e interinstitucional) que estão sendo construídas refletem o potencial de sua inserção internacional no longo prazo. Comparativamente, no caso da UFBA, observamos indicativos da urgência de uma política para a internacionalização que, mais que uma ação de gestão, evidencie sua dimensão internacional de forma institucionalizada, mobilizando seus diversos agentes internos em prol da criação de uma cultura de internacionalização para permear os processos organizacionais e as relações interinstitucionais da Universidade.

É, portanto, que, no âmbito da internacionalização em instituições universitárias, reforçamos a ideia de abertura crítica para o ambiente externo, em vista do alcance de melhorias da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a promoção da formação cidadã de sua comunidade acadêmica e do desenvolvimento da sociedade. Em face da intrínseca relação entre a internacionalização da educação superior e o processo de globalização das sociedades, bem como considerando as incongruências inerentes a esse processo, a abertura ao ambiente externo necessita estar fundamentada em princípios claros e prioridades bem definidas, o que parte da consciência e do comprometimento com a dimensão internacional, assim como da definição das razões e abordagens para internacionalização que guiarão a IES nos processos de planejamento e operacionalização de suas ações. Somente assim será possível evitar que a internacionalização nas IES estudadas se estabeleça ao sabor dos interesses políticos e

econômicos externos, mas, sim, em conformidade com os objetivos e metas institucionais, demonstrando, nisso, o seu caráter estratégico para o avanço da educação superior.

Mais ainda, num cenário em que o dualismo global *versus* local dita as regras do jogo, impondo segregações e desigualdades que culminam em diferentes níveis de participação no contexto internacional, indicamos a necessidade de estudos acerca do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação para desenvolvimento da Internacionalização em Casa como um meio de proporcionar a qualificação acadêmica, intercultural e internacional de professores, estudantes e pessoal técnico-administrativo, superando as barreiras geográficas, administrativas e de financiamento que antes tornavam a experiência internacional algo para poucos.

Por fim, considerando as lacunas conceituais existentes no campo dos estudos envolvendo a internacionalização da educação superior e, do mesmo modo, a complexidade com que se reveste esta temática na atualidade ao abranger fenômenos amplos e em constante mutação, ponderamos que este quadro tem, de fato, influenciado o processo de desenvolvimento da dimensão internacional nas IES estudadas, refletindo a falta de institucionalização que obscurece os rumos da internacionalização nessas IES. Assim, sublinhamos a necessidade de maiores investimentos em pesquisas que aprofundem o entendimento dos diversos aspectos concernentes à internacionalização no contexto das IES brasileiras, de modo a demarcar as singularidades e potencialidades deste processo e promover o fortalecimento e a consolidação de sua inserção internacional.

REFERÊNCIAS

- AAI-UFBA. 2017. Disponível em: <<https://aai.ufba.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.
- ALTBACH, P. G. **Globalisation and the University: myths and realities in an unequal world**. Tertiary Education and Management. London: Routledge, 2004.
- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3/4, set. 2007.
- AMADO, J.; FERREIRA, S. A entrevista na investigação educacional. In: AMADO, J. (Org). **Manual de investigação qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- AQUINO, S. B. de. **Estudo da internacionalização em uma universidade brasileira baseado em mobilidade acadêmica, aspectos institucionais e cenários externos: o caso da Universidade Federal da Bahia**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2016.
- BARRETO, L. **Os Bruzundangas**. Positivo, 2005. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br/classicos/obras/Os_bruzundangas.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2016.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEELEN, J. (Eds.). **Toolkit 2: Implementing Internationalisation at Home**. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 2007.
- _____. The Long Wait: researching the implementation of Internationalisation at Home. In: **Internationalisation Revisited: new dimensions in the Internationalisation of Higher Education**. Amsterdam: Carem, 2011.
- BEELEN, J.; LEASK, B. Internationalisation at Home on the move. In: **Internationalisation of European Higher Education Handbook**. Berlin: Raabe, 2011.
- BELLI, M.; HEEMANN, C.; SEHNEM, P. R. Internacionalização do Currículo (IoC) no Ensino Superior: um estudo na disciplina de inglês técnico. **XVI Coloquio Internacional de Gestión Universitaria - CIGU**. Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad. Arequipa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171001/OK%20-%20101_00521.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jul. 2017.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. (Coleção Ciências da Educação). Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 239, de 14 dez. 2011. Seção I, p. 7-8.

CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020. v. 1. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.

_____. Mais Ciência mais Desenvolvimento: um programa para internacionalização das IES brasileiras. 2017. Disponível em: <http://prppg.ufrpe.br/sites/www.prppg.ufrpe.br/files/formularios/mcmd_27.01.17_internacionalizacao.docx>. Acesso em: 25 mar. 2017a.

_____. A Internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES. Brasília: CAPES, 2017b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/A-internacionalizacao-nas-IES-brasileiras.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. v. 1, 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, A. M. D. A.; BARBALHO, M. G. C. Globalização e Educação Superior: discutindo tendências de internacionalização. In: CABRAL NETO, A. REBELO, M. da P. P. V. (Org). **O Ensino Superior no Brasil e em Portugal: perspectivas políticas e pedagógicas**. Natal: EDUFRN, 2010.

CASTRO, A. M. D. A.; CABRAL NETO, A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, 21, p. 69-96, out. 2012. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. A expansão da pós-graduação em cenários de globalização: recortes da situação brasileira. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 339-362, maio/ago., 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/interacao/article/view/26108/15059>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

CASTRO, A. M. D. A.; OLIVEIRA, L. M. da C. F. Internacionalização da Educação Superior: A Mobilidade Estudantil na Pós-Graduação Brasileira. **XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/LarissaMariaDaCostaFernandesOliveira-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr., 2014.

CHAN, W. W. Y. International Cooperation in Higher Education: Theory and Practice. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 32-55, mar. 2004.

CHRISTINO, A. M. **Internacionalização de Ensino Superior: estudo de casos em cursos de Administração de instituições públicas de ensino superior**. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2013.

COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. **Research Methods in Education**. 6 ed. London: Routledge, 2007.

DE WIT, H. Chapter 1 - Measuring success in the internationalisation of higher education: an introduction. In: _____. (Eds.). **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper 22. European Association for International Education (EAIE), 2009.

_____. Internationalisation of Higher Education: Nine Misconceptions. In: **Internationalisation Revisited: New Dimensions in the Internationalisation of Higher Education**. Amsterdam: Carem, 2011.

FARIA, L.; COSTA, M. C. da. Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, pp. 159-91, 2006.

FINARDI, K. R.; GUIMARÃES, F. F. Internacionalização, *Rankings* e Publicações em Inglês: A Situação do Brasil na Atualidade. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, v. 28, n. 68, p. 600-626, 2017.

FINARDI, K. R.; SANTOS, J.; GUIMARAES, F. A Relação entre Línguas Estrangeiras e o Processo de Internacionalização: Evidências da Coordenação de Letramento Internacional de uma Universidade Federal. **Interfaces Brasil/Canadá**, v. 16, p. 233-255, 2016.

FLICK, U. **Métodos de Pesquisa**: introdução à pesquisa qualitativa. Tradução: Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

GREEN, M. F. **Measuring and Assessing Internationalization**. NAFSA: Association of International Educators, 2012.

HÉNARD, F.; DIAMOND, L; ROSEVEARE, D. **Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice: A Guide for Higher Education Institutions**. Paris: OECD Higher Education Programme IMHE, 2012.

HUDZIK, J. K.; STOHL, M. Modelling assessment of the outcomes and impacts of internationalization. In: DE WIT, H. (Ed). **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper 22. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 2009.

JENKINS-DEAS, B. Chapter 10 - The impact of quality review on the internationalisation of Malaspina University-College, Canada: a case study. In: DE WIT, H. (Ed). **Measuring success in the internationalisation of higher education**. EAIE Occasional Paper 22. Amsterdam: European Association for International Education (EAIE), 2009.

JORIS, M.; VAN DEN BERG, C.; VAN RYSSSEN, S. Home, but not Alone: Information and Communication Technology and Internationalisation at Home. **Journal of Studies in International Education**, v. 7, n. 1, p. 94-107, mar. 2003.

KNIGHT, J. Internationalization: Elements and Checkpoints. **CBIE Research - Canadian Bureau for International Education**, n. 7, 1994. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED549823.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

_____. Internationalization of higher education: a conceptual framework. In: KNIGHT, J.; DE WIT, H. (Eds.), **Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries**. Amsterdam: European Association for International Education, 1997.

_____. Updated Definition of Internationalization. In: KNIGHT, J. et al. International Higher Education. **The Boston College Center for International Higher Education**, n. 33, 2003.

_____. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1. Association for Studies in International Education, mar. 2004. Disponível em: <<http://jsi.sagepub.com/content/8/1/5.full.pdf+html>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges. In: DE WIT, H. et al. **Higher education in Latin America: the international dimension**. Washington: The World Bank, 2005.

_____. **Higher Education in Turmoil: The Changing World of Internationalization**. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

_____. Student Mobility and Internationalization: trends and tribulations. **Research in Comparative and International Education**, v. 7, n. 1, p. 20-33, jan. 2012.

KNIGHT, J.; DE WIT, H. Strategies for Internationalisation of Higher Education: Historical and Conceptual Perspectives. In: DE WIT, H. (Ed.). **Strategies for Internationalisation of Higher Education: a comparative of Australia, Canada, Europe and the United States of America**. Amsterdam: The EAIE, 1995.

KRÜGER, K. El concepto de 'Sociedad del Conocimiento'. Biblio 3W, **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 11, n. 683, 25 sep. 2006. Disponível em: <<http://app.ute.edu.ec/content/3288-14-14-1-18-4/Concepto%20sociedad%20del%20conocimiento.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internationalization of Higher Education in Brazil. In: DE WIT, H. et al. **Higher education in Latin America: the international dimension**. Washington: The World Bank, 2005.

LAUS, S. P. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2012.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEASK, B. Internationalisation Outcomes for all Students Using Information and Communication Technologies (ICTs). **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 4, p. 336-351, dez. 2004.

LEIRO, A. C. R.; ROSÁRIO, A. O. S. Acordos de Cooperação Internacional da UNEB: diagnóstico, desenvolvimento científico e desafios estratégicos. **6ª Conferência FORGES**, UNICAMP, 2016. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/4-Augusto-Leiro-et-al_-Acordos-de-Cooperacao-internacional.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. de A. O Sistema de Educação Superior Mundial: entre a Internacionalização Ativa e Passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009.

MARQUES, M. I. C.; AGUSTÍ, M. S. Processo de Bolonha: reforma e gestão universitária para a internacionalização da educação superior na união europeia. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 127-138, jul./dez., 2012.

MAUÉS, O. C.; BASTOS, R. dos S. As políticas de educação superior na esteira dos organismos internacionais. **RBP AE**, v. 32, n. 3, p. 699-717, set./dez., 2016.

MIURA, I. K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo**: um estudo de três áreas de conhecimento. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

_____. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 93-112, abr. 2011.

NILSSON, B. Internationalisation at Home from a Swedish perspective: The Case of Malmö. **Journal of Studies in International Education**, v. 7, n. 1, p. 27-40, mar. 2003.

OLIVOS ROSSINI, L. M. **Internationalization at Home**: technology-supported multicultural learning in Peru. Tilburg: CentER, Center for Economic Research, 2016.

QIANG, Z. **Internationalization of Higher Education**: towards a conceptual framework. *Policy Futures in Education*, v. 1, n. 2, 2003.

SABILLÓN, C. M.; BONILLA, M. H. S. Letramento Digital: una nueva perspectiva conceptual. **Anais do SENID**, 2015. ISSN 2238-5916. Disponível em: <<http://senid.upf.br/2016/images/pdf/151349.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2017.

SANTOS, B. de S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, p. 11-32, 1997.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. de. **A quarta missão da universidade:** internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Ed.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SIUFI, G. Cooperación internacional e internacionalización de la educación superior. **Educación Superior y Sociedad - Nueva época**, v. 14, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <<http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/view/55/42>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

SORIA, K. M.; TROISI, J. Internationalization at Home Alternatives to Study Abroad: Implications for Students' Development of Global, International, and Intercultural Competencies. **Journal of Studies in International Education**, v. 18(3), p. 261–280, ago. 2013.

SOUTO, A. J.; REINERT, J. N. Cooperação Internacional Interuniversitária: o caso da UFSC. **IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, 2004.

SOUZA JÚNIOR, J. M. de. A Internacionalização e a Mobilidade na Educação Superior: o debate na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da F.F.C.**, v. 10, n. 2, p. 1-17, 2010.

TOFFLER, A. **A Terceira Onda:** a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

UNESCO. **Educação Superior:** reforma, mudança e internacionalização. Anais. Brasília: UNESCO Brasil; SESU, 2003.

_____. **2009 World Conference on Higher Education:** The New Dynamics of Higher Education and Research for Societal Change and Development. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/WCHE_2009/FINAL%20COMMUNIQUE%20WCHE%202009.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2016.

UFBA. 2012. Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016. Salvador, 2012. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. 2015a. UFBA em números 2015 – Ano Base 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B4AQ18WpsT2gU2dURGpWM28wOW8/view>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. 2015b. Organograma da UFBA. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Organograma_UFBA_2015_novo.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. 2017a. Disponível em: <<https://www.ufba.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. 2017b. Relatório de Gestão – Exercício 2016. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/relatorio_de_gestao_tcu-ufba_2016_final_0.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

UNEB. S.d. Pró-Reitorias e Secretarias. Disponível em: <http://www.uneb.br/files/2010/08/contatos_pro_reitorias_secretarias.pdf/>. Acesso em: 27 maio 2017.

_____. 2012. Regimento Geral da UNEB. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.uneb.br/files/2009/10/REGIMENTO-GERAL-DA-UNEB-2012.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. 2013a. Plano de Desenvolvimento Institucional 2013 – 2017. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/files/2015/03/pdi_uneb.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2017.

_____. 2013b. Estrutura organizacional da UNEB. Disponível em: <http://www.uneb.br/proplan/files/2010/04/organograma_uneb_horizontal_2013_.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. 2016a. Plano de Metas 2016-2017. Disponível em: <http://www.uneb.br/proplan/files/2016/06/PLANO-DE-METAS2016-2017_WEB.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. 2016b. Carta Convite do I Fórum de Assessores Internacionais da Bahia. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B-S9AHevUSpULW8zR0Y2Y09fUHRjWk5ITzhJWFdvOEV4OVp3>>. Acesso em: 4 dez 2017.

_____. 2017a. Disponível em: <<http://www.uneb.br/>>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. 2017b. Relatório Anual de Atividades de 2016. Disponível em: <<http://www.uneb.br/proplan/files/2010/06/RAQ20161.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

VAN DER WENDE, M. Missing links: the relationship between national policies for internationalization and those for higher education in general. In: KÄLVEMARK, T.; VAN DER WENDE, M. (Eds). **National Policies for the Internationalization of Higher Education in Europe**. Stockholm: National Agency for Higher Education, 1997.

VERHINE, R.E.; DANTAS, L.M. Higher Education and Federalism in Brazil. In: CARNOY, M.; FROUMIN, I.; LESHUKOV, O.; MARGINSON, S. **Federalism and Higher Education: a comparative study**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, (no prelo).

VILALTA, L. A. **A Internacionalização do Ensino Superior Brasileiro: conceito e características do processo em Instituições Privadas de Ensino Superior**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

WÄCHTER, B. Internationalisation at home – the context. In: CROWTHER, P. et al. **Internationalisation at Home**. a position paper. European Association for International Education (EAIE), 2000.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista com Reitores

Cargo: _____

Nome: _____

Instituição: _____ Data de realização da entrevista: ____/____/____

1. Análise do Contexto

- a. Como o(a) senhor(a) analisa a questão da internacionalização em instituições de ensino superior no contexto atual?
- b. Como os ambientes externo (a nível nacional e internacional) e interno influenciam na forma como sua instituição se insere no processo de internacionalização?
- c. Em sua opinião, a estrutura atual (física, de recursos humanos, etc.) do setor de relações internacionais corresponde à estrutura ideal para o desenvolvimento da internacionalização?

2. Conscientização

- a. Que benefícios a internacionalização traz para sua instituição?
- b. Atualmente, existem obstáculos enfrentados pela instituição no que diz respeito à internacionalização? Quais?

3. Razões

- a. Quais são as principais razões que têm levado a instituição a se internacionalizar? (ex.: reputação e reconhecimento internacionais; desenvolvimento da comunidade interna; formação de alianças estratégicas; produção de conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas).

4. Abordagem

- a. Como se situa a internacionalização entre as prioridades de sua instituição?

5. Comprometimento

- a. Que esforços a Reitoria dispensa no sentido de apoiar e promover o processo de internacionalização da instituição?

6. Planejamento

- a. A internacionalização faz parte de uma estratégia maior? Se sim, de que forma?
- b. Como são definidos os recursos para internacionalização dentro do planejamento estratégico institucional no composto geral do orçamento da instituição?

7. Operacionalização

- a. Qual a sua percepção acerca da mobilidade internacional de seus estudantes e professores (envio e recepção de estrangeiros)?
- b. Que contribuições a cooperação internacional oferece para o ensino, pesquisa e extensão de sua instituição?

8. Informações Adicionais

- a. Existe algum comentário ou observação que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar à esta pesquisa?

Apêndice B – Roteiro de Entrevista com Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação

Cargo: _____

Nome: _____

Instituição: _____ **Data de realização da entrevista:** ____/____/____

1. Análise do Contexto

- a. Como o(a) senhor(a) analisa a questão da internacionalização em instituições de ensino superior no contexto atual?
- b. Como os fatores externos (a nível nacional e internacional) e internos influenciam na forma como a pesquisa e a pós-graduação se inserem no processo de internacionalização?
- c. Existem programas de apoio, em nível nacional e/ou estadual, aos esforços institucionais de internacionalização da pesquisa e da pós-graduação? Quais e como ocorrem?

2. Conscientização

- a. Que benefícios a internacionalização traz para a pesquisa e a pós-graduação?
- b. Atualmente, existem obstáculos enfrentados por esta Pró-reitoria no que diz respeito à internacionalização? Quais?

3. Razões

- a. De onde parte a demanda para internacionalização? Por quê?
- b. De que maneira a internacionalização tem impactado na pesquisa e na pós-graduação? (Efeitos positivos e negativos).

4. Abordagem

- a. Quais são as prioridades institucionais em termos de internacionalização da pesquisa e pós-graduação?

5. Comprometimento

- a. De que forma tem se traduzido o compromisso da alta administração da instituição com a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação?

6. Planejamento

- a. Existe uma política ou estratégia explícita de internacionalização da pesquisa e da pós-graduação? Se sim, quais são as principais diretrizes desse documento? Como se deu sua construção?

- b. Existe orçamento específico para as atividades de internacionalização da pesquisa e pós-graduação? Como o(a) senhor(a) avalia essa realidade?

7. Operacionalização

- a. Qual é o papel desta Pró-reitoria na implementação das estratégias de internacionalização da instituição?
- b. Quais são as principais ações de internacionalização promovidas e desenvolvidas pela Pró-reitoria?
- c. Existe desenvolvimento de projetos de pesquisa com instituições estrangeiras? Quais? Como são geridos?
- d. Existem experiências de programas de Cotutela ou Dupla Diplomação na pós-graduação da sua instituição? Se sim, como têm se desenvolvido?
- e. De que forma a Pró-reitoria tem se relacionado com a Assessoria/Secretaria de Relações Internacionais da instituição no sentido de apoiar o desenvolvimento da internacionalização?

8. Informações Adicionais

- a. Existe algum comentário ou observação que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar à esta pesquisa?

Apêndice C – Roteiro de Entrevista com Gestores de Relações Internacionais

Cargo: _____

Nome: _____

Instituição: _____ **Data de realização da entrevista:** ____/____/____

1. Análise do Contexto

- a. Como o(a) senhor(a) analisa a questão da internacionalização em instituições de ensino superior no contexto atual?
- b. Como o ambiente externo (a nível nacional e internacional) influencia na forma como sua instituição se insere no processo de internacionalização?
- c. Em sua opinião, a estrutura atual do setor de relações internacionais corresponde à estrutura ideal para o desenvolvimento da internacionalização?
- d. Existem programas de apoio, em nível nacional e/ou estadual, aos esforços institucionais de internacionalização de instituição? Quais e como ocorrem?

2. Conscientização

- a. Que benefícios a internacionalização traz para sua instituição?
- b. Atualmente, existem obstáculos enfrentados pela instituição no que diz respeito à internacionalização? Quais?
- c. Existe alguma resistência interna quanto ao processo de internacionalização de sua IES? Se sim, por quem e a que se deve essa resistência?

3. Razões

- a. Quais são as principais razões que têm levado a instituição a se internacionalizar? (ex.: reputação e reconhecimento internacionais; desenvolvimento da comunidade interna; formação de alianças estratégicas; produção de conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas).
- b. De onde parte a demanda para internacionalização? Por quê?
- c. De que maneira os diferentes *stakeholders* (professores, estudantes, servidores e sociedade) têm influenciado na forma como sua instituição se insere no processo de internacionalização?

4. Abordagem

- a. Como o ambiente interno influencia na internacionalização da instituição?
- b. Como se situa a internacionalização entre as prioridades de sua instituição?

- c. Qual é o foco principal para desenvolvimento da internacionalização em sua instituição? (ex.: **atividades**: intercâmbio, cooperação internacional, etc.; **at home ou em casa**: criação de uma cultura de apoio ao entendimento internacional com foco em atividades no campus; **processo**: integração das dimensões internacional/intercultural ao ensino, pesquisa e extensão pela combinação de atividades, políticas e procedimentos de internacionalização).

5. Comprometimento

- a. De que forma tem se traduzido o comprometimento da alta administração da instituição com a internacionalização?
- b. Em que sentido o(a) senhor(a) percebe o comprometimento da comunidade interna (estudantes, professores, servidores) em favor da internacionalização da instituição?

6. Planejamento

- a. Existe uma política ou estratégia explícita de internacionalização? Se sim, quais são as principais diretrizes desse documento? Como se deu sua construção?
- b. Existe orçamento próprio para a realização de atividades do setor? Como o(a) senhor(a) avalia essa realidade?

7. Operacionalização

- a. Quais são as principais ações de internacionalização promovidas e desenvolvidas por sua instituição?
- b. De que forma tem se desenvolvido os programas de mobilidade internacional na instituição?
- c. Quais são os propósitos/objetivos dos acordos de cooperação de sua instituição com IES estrangeiras? (Ex.: mobilidade, reforma curricular, execução de seminários e conferências, pesquisa conjunta, etc.).
- d. Como o(a) senhor(a) analisa a efetividade e o impacto de tais acordos para o ensino, pesquisa e extensão?
- e. Existe desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão com instituições estrangeiras? Quais? Como são geridos?
- f. Existe alguma estratégia com o uso das TIC no sentido de promover atividades/experiências de internacionalização dentro da instituição? Como?

8. Informações Adicionais

- a. Existe algum comentário ou observação que o(a) senhor(a) gostaria de acrescentar à esta pesquisa?

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo: “Internacionalização da Educação Superior: um estudo de caso em instituições públicas de ensino superior do Estado da Bahia”.

Pesquisadora Responsável: Paula Souza de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Maria Couto Cunha

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o(a) senhor(a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como tem se dado o processo de internacionalização da educação superior em instituições de ensino superior baianas a partir da perspectiva de seus gestores. Essas informações serão obtidas através de entrevistas semiestruturadas com agentes chave envolvidos no processo de internacionalização. Intencionamos, com a devida permissão, que essas entrevistas sejam gravadas em áudio e que os cargos e instituições dos entrevistados possam ser divulgados no relatório final de pesquisa.

A pesquisa não oferece qualquer risco para a sua relação social e profissional, bem como para a sua segurança. Como benefício, intencionamos contribuir para uma reflexão acerca dos rumos e possibilidades para o processo de internacionalização em sua instituição, trazendo visibilidade e melhor compreensão ao tema e, possivelmente, servindo de base para (re)formulação e fundamentação de políticas formais de internacionalização em consonância com os objetivos institucionais.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e não acarreta o pagamento de nenhum valor ou compensação.

O(A) senhor(a) tem a liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

DECLARAÇÃO

DECLARO, outrossim, que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto, voluntariamente, em participar desta pesquisa para a qual autorizo a divulgação do meu cargo e instituição, declarando ainda que o termo foi assinado em duas vias, uma ficando comigo e outra com a responsável pela entrevista.

Salvador, _____ de _____ de 201_____

Nome do Participante:

Nome do Responsável:

Paula Souza de Oliveira

(Participante)

Contato responsável: Paula Souza de Oliveira

E-mail: paulaoliveira@ifba.edu.br